

Relatório de

ENTRE GAS

Sejusp

Secretaria de Estado
de Justiça e Segurança
Pública de Minas Gerais

Gestão

Rogério Greco

Período

2021 › 2024



JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



FICHA TÉCNICA

Romeu Zema Neto
Governador do Estado de Minas Gerais

Mateus Simões
Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

Cel. BM Edgard Estevo da Silva
Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública

Ana Luisa Silva Falcão
Chefe de Gabinete

ELABORAÇÃO

Assessoria Estratégica – Aest/Sejusp MG
Marco Antônio Territo – Assessor-Chefe
Thiago Alvarenga Araújo – Coordenador de Processos
Alícia Maricel Oliveira Ramos – Assessora Estratégica
Rayane Monique Grizante Coelho – Assessora Estratégica
Thiago Augusto Silva Guimarães – Assessor Estratégico

DIAGRAMAÇÃO

Assessoria de Comunicação – Ascom/Sejusp MG
Rafael Costa Novaes e Felipe Ernane P. de Souza

REVISÃO

Assessoria de Comunicação – Ascom/Sejusp MG
Ana Paula Drummond Guera
Telma Gomes de Jesus Viana

FOTOS

Tiago Ciccarini – Ascom/Sejusp MG
Bernardo Carneiro – Ascom/Sejusp MG
Dirceu Aurélio – Imprensa
Gil Leonardi – Imprensa

COMO LER ESTE DOCUMENTO

Este material apresenta as ações realizadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) durante o quadriênio 2021-2024. Trata-se do resumo das principais atividades desenvolvidas pelas áreas sob coordenação da Sejusp: Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC); Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE); Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas (SUPOD); Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia (SULOT); Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada (SUINT); e Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN).

As atividades e ações foram organizadas de acordo com os Eixos Estratégicos definidos no [Plano Estratégico Sejusp MG 2022-2026](#) e cada um dos eixos compõe o item intitulado de *Alinhamento Estratégico da Gestão*, demonstrando o concatenamento da gestão com seu ferramental técnico-administrativo. Eventualmente haverá referência ao quadriênio como “gestão”, cujo início deve ser considerado a partir de janeiro de 2021.

Dentro dos subitens relativos aos Eixos Estratégicos, algumas atividades, ações e iniciativas são apresentadas de modo retrospectivo, buscando posicionar o leitor dos avanços ocorridos a partir do ano de 2021.

Na sequência a estes apontamentos podem existir alguns **destaques**, que são textos em formato semelhante a artigos com o objetivo de ilustrar os dados estatísticos e reforçar feitos da gestão. Os destaques podem ter sido adaptados de fontes diversas, como notícias e reportagens. Neste caso, você verá no canto superior da página um emblema como o que aparece ao lado.

Além disso, devido ao grande volume de realizações e feitos da gestão do quadriênio 2021-2024, a exibição de todo o conteúdo disponível se torna algo um tanto quanto desafiador. Ao mesmo tempo, entende-se que deve constar de algum modo no presente relatório. É o caso de imagens de obras e reformas com o potencial de demonstrar o antes e o depois das situações herdadas e enfrentadas. Neste sentido, o leitor poderá ser direcionado tanto para os anexos do presente documento quanto para links externos não clicáveis.



SUMÁRIO

1 – OS DESAFIOS DO QUADRIÊNIO (2021 – 2024)	06
2 – ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO	09
2.1 Expansão e Qualidade do Atendimento	11
2.1.1 Avanços no sistema socioeducativo e penitenciário	12
2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário	13
2.1.3 Vagas criadas e melhoria da infraestrutura penitenciária	27
2.1.4 Regionalização do atendimento socioeducativo	29
2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa	31
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional	35
2.1.7 Política sobre drogas	56
2.1.8 Prevenção social à criminalidade	61
2.2 Inovação e Otimização da Gestão e das Políticas Públicas	69
2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia	70
2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos	74
2.2.3 Economia para os cofres públicos	79
2.2.4 Índices SUASEPlan	80
2.2.5 Gestão da Central de Vagas e Gestão do Socioeducativo	81
2.2.6 Tomada de contas e responsabilização	83
2.3 Gestão da informação e Transparência	84
2.3.1 Criação da Agência Central de Inteligência (ACGI)	85
2.3.2 Criação do Centro de Inteligência Cibernética (Ciberint).....	87
2.3.3 Criação da Agência Central de Inteligência Socioeducativa	88
2.3.4 Transparência	89
2.4 Fortalecimento e Articulação Institucional	91
2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade	92
2.4.2 Repressão à criminalidade organizada	102
2.4.3 Convivência pacífica nas escolas	103
2.4.4 Sistema Estadual de Inteligência	104
2.4.5 Parcerias interinstitucionais	105
2.4.6 Identidade institucional	123
2.5 Valorização e Desenvolvimento Profissional	126
2.5.1 Capacitação de servidores	127
2.5.2 Centros biopsicossociais e valorização do servidor	129
2.5.3 Concursos públicos e normatização de carreiras	131
3 – RESULTADOS E IMPACTOS CONCRETOS	132
3.1 Redução da criminalidade em Minas Gerais	133
3.2 Reconhecimento e premiações	141
3.3 Resultados da Política de Saúde – PNAISP	144
3.4 atendimentos durante a pandemia	145
3.5 Resultados na Segurança Interna.....	146
3.6 Resultados SUASEPlan	148
3.7 Disque-Denúncia Unificado (DDU).....	152
3.8 Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD).....	153
4 – CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS	154
5 – RESOLUÇÕES	157
6 – ANEXOS	164

1

OS DESAFIOS DO QUADRIÊNIO (2021 - 2024)



1 – OS DESAFIOS DO QUADRIÊNIO (2021-2024)

Em Minas, há avanços que não podem ser negados. São como verdades que não podem ser caladas. Porque estão comprovadas em estatísticas, podem ser verificadas em documentos ou constatadas durante uma simples caminhada pelas ruas. Segurança Pública e Justiça são compromissos inegociáveis para o Governo do Estado. Tarefa assumida por uma gestão que não tapou os ouvidos para o clamor do cidadão mineiro.

Entre 2021 e 2024, enfrentamos desafios históricos – uma pandemia global, o avanço do crime organizado e decisões judiciais que exigiram transformações profundas no sistema prisional. Mas Minas Gerais não recuou. Pelo contrário: agimos com planejamento, investimentos robustos e parcerias estratégicas.

Decisões tomadas com responsabilidade e baseadas em diagnósticos permitiram avanços importantes. O Termo de Cooperação nº 248/2024, firmado com o

TJMG e o MPMG, foi um marco. Traçamos metas ousadas: 5.800 novas vagas no sistema prisional, reformas em 15 unidades, construção de presídios modernos e mais seguros e políticas de ressocialização. Os resultados colhidos foram as quedas expressivas de 80% nos ataques a caixas eletrônicos, de mais de 50% nos crimes patrimoniais e de 14,7% nos crimes violentos.

Convictos de que a infraestrutura é um fator fundamental para promover transformações, investimos R\$ 170 milhões em obras que ampliaram vagas e garantiram dignidade. Os presídios de Ubá e Iturama foram entregues, cada um com 388 vagas, celas adaptadas e áreas de convivência. A Penitenciária de Juiz de Fora foi ampliada em 140%, ganhando 516 novas vagas. O Complexo da Nelson Hungria ganhou 4 km de muralhas reforçadas e guaritas modernizadas, com uma obra de R\$ 12 milhões.



Humanização e inovação

Criamos a 1ª unidade prisional exclusiva para LGBTQIAPN+ do Brasil, em São Joaquim de Bicas. Implantamos cozinhas-escola, como a do Complexo Feminino Estevão Pinto, onde detentas se qualificam e reduzem a pena. O monitoramento eletrônico foi expandido em 93,2%, chegando à marca de 7.895 tornozeleiras, em 2024.

Educação e trabalho serviram como caminhos para conduzir cidadãos privados de liberdade para um futuro melhor. No período, 5.149 presos concluíram o Ensino Fundamental, outros 3.236 cursaram o Ensino Médio e 177 ingressaram no Superior. Quatrocentas toneladas de alimentos foram produzidas em hortas prisionais e doadas a instituições. Tivemos R\$ 19,8 milhões ressarcidos ao Estado, por meio de trabalho prisional.

Para o combate ao crime organizado, criamos o GERCO, grupo que prendeu líderes do Comando Vermelho e bloqueou recursos ilícitos. Tivemos R\$ 44,9 milhões captados via emendas parlamentares para a aquisição de drones, câmeras e capacitação de servidores, com o mesmo objetivo.

Segurança Pública é feita por pessoas e para pessoas. Pensando nisso, o investimento da Sejusp MG na capacitação dos servidores tem sido constante. Concluímos a capacitação de 65.748 servidores, no quadriênio. Os cursos de destaque foram voltados para o atendimento pré-hospitalar em combate e de uso de armamentos também em combate.

Tivemos ainda treinamentos em Procedimento Administrativo Disciplinar no Sistema Prisional, Noções Introdutórias de Justiça Restaurativa e Defesa Pessoal Policial, entre outros. Ao todo foram 28.953 servidores capacitados em cursos operacionais, sendo os outros 36.795 capacitados em cursos de especialização. A aquisição de armamentos, por sua vez, também teve destaque, sendo alvo de um investimento de mais de R\$ 38 milhões, de 2021 a 2024.

O futuro se constrói a cada dia. Sabemos que problemas complexos exigem respostas à altura. Por isso, este balanço não é um ponto final, mas um alicerce. Avançamos na regionalização socioeducativa, nos Núcleos de Práticas Restaurativas e no Disque Denúncia Unificado, o DDU 181, que teve 1,3 milhão de chamadas atendidas.

Minas Gerais hoje é referência em segurança pública não por acaso. Os avanços são fruto do trabalho feito com dignidade, tecnologia e participação social. Sabemos que os desafios persistem, mas as conquistas dos últimos anos mostram que Minas está no caminho certo.

A todos os mineiros, reafirmamos aqui nosso compromisso de manter o direito à segurança como prioridade. E seguiremos trabalhando, todos os dias, para honrar essa missão.


Rogério Greco
 Secretário de Estado de Justiça e
 Segurança Pública de Minas Gerais



2

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO



2 – ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO

No quadriênio 2021-2024, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) alcançou resultados expressivos e consistentes, alinhados aos eixos estratégicos do Plano Estratégico Sejusp MG 2022-2026. As ações implementadas refletiram a integração entre planejamento estratégico e execução prática, promovendo avanços significativos em áreas essenciais para a segurança pública e justiça em Minas Gerais. Nesse contexto, as próximas páginas deste documento apresentam os principais resultados da gestão, organizados conforme os eixos estratégicos estabelecidos no [**Plano Estratégico Sejusp MG 2022-2026**](#).



Os 5 Eixos Estratégicos:

1 - Expansão e qualidade do atendimento:

Ampliar o alcance das políticas públicas ofertadas pela Sejusp MG frente a demanda, assim como ofertá-las com qualidade, considerando-se população, órgãos públicos e privados, instituições parceiras e servidores.

2 - Inovação e otimização da gestão e das políticas públicas

Atentar-se a novas e melhores possibilidades de gerir a Sejusp MG e, também, de executar as políticas públicas de justiça e segurança pública.

3 - Gestão da Informação e Transparência

Organizar a captação, organização, apuração, tratamento, produção, uso e divulgação de informações, de modo a garantir a perpetuidade do conhecimento, a assertividade na tomada de decisão, a transparência e a *accountability*.

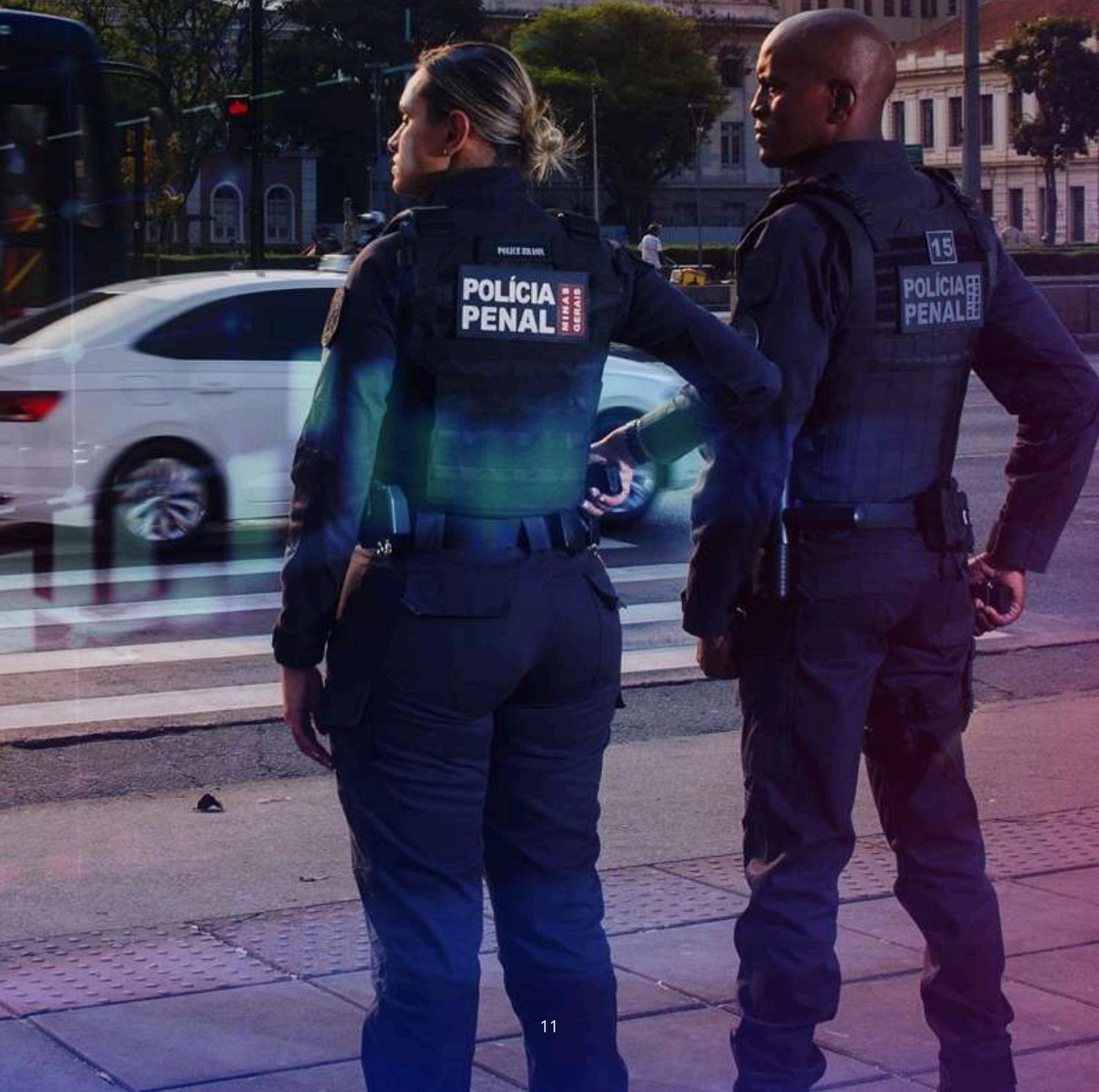
4 - Fortalecimento e articulação institucional

Reafirmar a posição da Sejusp MG enquanto ator fomentador de cooperação e integração das políticas de justiça e segurança pública no estado de Minas Gerais.

5 - Valorização e desenvolvimento profissional

Fortalecer e implementar maneiras de valorização dos profissionais, pelo aprimoramento das habilidades e capacidades operacionais e de gestão de pessoas.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.1 Avanços no sistema socioeducativo e penitenciário

Ao longo do quadriênio 2021–2024, houve a promoção de uma verdadeira transformação na infraestrutura dos sistemas prisional e socioeducativo de Minas Gerais, com um **volume inédito de obras concluídas e iniciativas estruturantes em todas as regiões do estado**. Trata-se de uma das frentes mais concretas e visíveis de atuação da Secretaria de Estado de Justi-

ça e Segurança Pública (Sejusp MG) durante o período, viabilizada por meio de uma gestão técnica, articulada e comprometida com a superação das fragilidades históricas do sistema. Ao todo, **foram investidos R\$171.303.144,40 em reformas, ampliações e novas construções**.

FORAM
MAIS DE

> **R\$170 milhões**

INVESTIDOS EM
REFORMAS, AMPLIAÇÕES
E NOVAS CONSTRUÇÕES

Além dos avanços em infraestrutura, o período também foi marcado por importantes feitos de gestão que contribuíram para a modernização e o fortalecimento dos sistemas socioeducativo e penitenciário. Destacam-se a implementação de contratos inéditos para expansão do monitoramento eletrônico, a regionalização das unidades socioeducativas para garantir maior proximidade com as famílias e o Judiciário, bem

como diversos outros aspectos (próximas páginas e seções) que revelam a sinergia da gestão. Essas ações consolidam um modelo de administração orientado por resultados concretos, com foco na dignidade das pessoas privadas de liberdade, na segurança da sociedade e no fortalecimento institucional da Sejusp MG.

**R\$
75 MILHÕES**
VALOR CAPTADO NO
ACORDO VALE BRUMADINHO



para obras de adequação da infraestrutura em unidades prisionais e socioeducativas



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

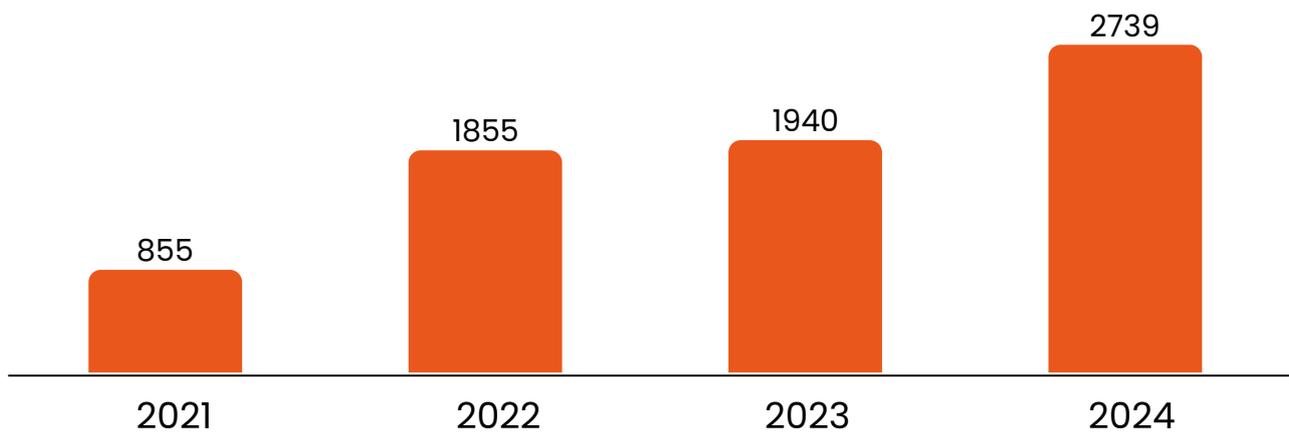
2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

A construção do novo Presídio de Ubá, com investimentos de R\$ 24,8 milhões, resultou na criação de **388 novas vagas**. A unidade foi entregue em maio de 2024, é dotada de 48 celas, possui vários espaços para oferta de trabalho e estudo aos detentos, além de oferecer mais segurança. As obras foram realizadas pela Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra) e custeadas com recursos do Governo Federal, conforme termo de compromisso firmado entre o estado de Minas Gerais e o Ministério da Justiça e Segurança Pública. O município de Iturama também ganhou uma nova unidade prisional, com investimento de R\$ 26.071.120,00 e geração de 388 vagas. A obra foi finalizada em 2022.

Entre as ampliações finalizadas que geraram novas vagas estão:

- Em 2021, o Presídio de Itajubá, a Penitenciária José Edson Cavaliere (Juiz de Fora) e o Presídio de Vespasiano, que, juntos, somam 855 novas vagas.
- Em 2022, a Penitenciária de Alfenas e o Presídio de Floramar, com 612 novas vagas.
- Em 2023, o Presídio Dutra Ladeira passou a contar com mais 85 vagas.
- E em 2024, a Penitenciária de Teófilo Otoni e o Ceresp Gameleira (BH) somaram 799 novas vagas.

Gráfico 1 – Acumulado de novas vagas no sistema prisional: 2021–2024



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Em **2021**, o Presídio de Divinópolis, a Penitenciária de São Joaquim de Bicas – Professor Jason Soares de Albergaria, o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves – CAMP e o Presídio de Ribeirão das Neves passaram por reformas que incluíram reparos preventivos e corretivos, manutenção e adequação de estruturas. No mesmo ano, foram executados serviços de manutenção e reparos nas instalações do edifício alojamento do Comando de Operações Especiais (COPE) e adequação da rede elétrica da Central de Suprimentos.

Em **2022**, foram reformadas ou passaram por manutenções corretivas ou preventivas as unidades Casa do Albergado Juiz de Fora, Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin, Presídio de Cataguases, Penitenciária de Belo Horizonte, Penitenciária de São Joaquim de Bicas – Professor Jason Soares de Albergaria, Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena – Jorge Vaz e Complexo Penitenciário Nelson Hungria. O Centro de Atenção Biopsicossocial – Projeto Cuidar Bem de Quem Cuida também recebeu reparos preventivos e o Edifício Itamaraty passou por manutenção dos vazamentos e infiltrações, bem como o tratamento de paredes e tetos umedecidos e realização de pintura.

Em 2023, as unidades Penitenciária Ariosvaldo Juiz de Fora, Penitenciária de Muriaé, Penitenciária Carmo do Paranaíba, Penitenciária de Belo Horizonte – PIEP, Presídio de Cataguases, Presídio de São Joaquim de Bicas e Presídio Professor Jacy de Assis foram contempladas com reformas e adequações. A AISP Dom Silvério ainda teve a construção de muro de contenção de talude para conter os riscos de desabamento apontado pela defesa civil municipal.

Finalmente, em 2024, foi a vez das unidades Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, Ceresp Juiz de Fora, Complexo Penitenciário Nelson Hungria, Penitenciária de Belo Horizonte – PIEP, Presídio de João Monlevade, Presídio de Teófilo Otoni, Penitenciária Professor Aluísio Ignácio de Oliveira, Hospital Jorge Vaz – Barbacena, Ceresp Betim, Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin, Complexo São Joaquim de Bicas, Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin e Presídio de Vespasiano.

OBRAS EM ANDAMENTO:

Complexo Penitenciário de Juiz de Fora, Presídio de Campo Belo, Presídio de Curvelo, Penitenciária de Contagem – Nelson Hungria, Penitenciária de Formiga, Penitenciária Francisco Floriano de Paula – Governador Valadares, Presídio em Lavras, Presídio em Poços de Caldas.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2021:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R\$)
Presídio de Divinópolis	Manutenção e adequação de redes externas de esgoto sanitário e de drenagem de água pluvial conforme projetos/croquis	R\$387.378,48
Comando de Operações Especiais – COPE	Execução de serviços de manutenção e reparos nas instalações do edifício alojamento do COPE e adequação da rede elétrica da Central de Suprimentos	R\$239.698,94
Penitenciária de São Joaquim de Bicas – Professor Jason Soares de Albergaria	Adequação geral do Pavilhão 1	R\$799.601,99
Presídio de Itajubá	Obra de ampliação com geração de 306 vagas	R\$9.810.121,31
Penitenciária de Juiz de Fora – José Edson Cavalieri	Adequação geral – Recuperação, conservação/reparos da Unidade Prisional – com geração de 516 vagas	R\$5.873.757,63
Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves – CAMP	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos nos alojamentos	R\$952.124,35
Presídio de Vespasiano	Construção de beliches – Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos, com geração de 33 vagas	R\$177.401,19
Comando de Operações Especiais – COPE	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos nas instalações	R\$280.497,76
Presídio de Ribeirão das Neves	Execução de serviços de manutenção e adequação dos blocos de saúde	R\$1.432.313,42

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2022:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R\$)
Casa do Albergado Juiz de Fora	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos	R\$200.808,13
Centro de Atenção Biopsicossocial – Projeto Cuidar Bem de Quem Cuida	Execução de serviços e reparos preventivos	R\$314.343,44
Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin	Ligação elétrica	R\$49.453,26
Presídio de Ubá (2ª Etapa)	Conclusão da construção da Cadeia Pública masculina de Ubá – padrão 388 vagas	R\$2.384.230,00
Presídio de Ubá (1ª Etapa)	Construção da Cadeia Pública masculina de Ubá – padrão 388 vagas	R\$22.295.479,91
Presídio de Cataguases	Execução do alambrado	R\$315.000,00
Penitenciária de Belo Horizonte	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos nas instalações da edificação da futura Central de Escolta (CEAOP 3)	R\$265.958,18
Penitenciária de São Joaquim de Bicas – Professor Jason Soares de Albergaria	Execução do alambrado	R\$441.443,16



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Continuação 2022:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R\$)
Penitenciária de São Joaquim de Bicas – Professor Jason Soares de Albergaria	Serviços de captação e distribuição de água para irrigação	R\$390.000,00
Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena – Jorge Vaz	Execução de reparos corretivos de vazamentos e infiltrações, bem como o tratamento das paredes e tetos umedecidos e realização de pintura – Núcleo de Saúde	R\$2.504.938,53
Presídio de Alfenas	Obra de ampliação, com geração de 306 vagas	R\$13.228.867,00
Presídio de Iturama	Construção da Unidade Prisional de Iturama, com geração de 388 vagas	R\$26.071.120,00
Presídio de Floramar	Obra de ampliação com geração de 306 vagas	R\$13.390.812,01
Edifício Itamaraty	Execução de reparos corretivos de vazamentos e infiltrações, bem como o tratamento das paredes e tetos umedecidos e realização de pintura	R\$3.712,44
Complexo Penitenciário Nelson Hungria	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos – Devido ao impacto das chuvas na unidade	R\$248.954,94
Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos no Núcleo de Saúde	R\$1.371.769,75

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade, no ano de 2023:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R\$)
Penitenciária Ariosvaldo Juiz de Fora	Execução de serviços de fundação para reservatório de água	R\$195.947,35
Penitenciária de Muriaé	Execução de serviços de alambrado	R\$494.817,73
Presídio Antônio Dutra Ladeira	Pavilhão III – Execução de instalações elétricas, hidráulica, reboco das fachadas, término de execução de beliches (85 vagas)	R\$3.396.614,64
Penitenciária Carmo do Paranaíba	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos no Pavilhão B, com foco na revisão da rede hidráulica, de esgoto e elétrica	R\$666.109,58
Penitenciária de Belo Horizonte – PIEP	Manutenção geral, execução de serviços de reparos, recuperação, instalações e modernização da cozinha da edificação	R\$737.445,14
Presídio de Cataguases	Execução do alambrado	R\$41.884,28
Presídio de São Joaquim de Bicas	Serviços preventivos e corretivos no portão e adequação de rede elétrica para funcionamento do Centro Vocacional Tecnológico/Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais – CVT/UAITEC	R\$119.807,95
Presídio de São Joaquim de Bicas	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos	R\$56.805,79
Presídio Professor Jacy de Assis	Execução de serviços do projeto de estrutura de concreto para apoio de reservatórios de água, a fim de revitalizar o sistema de abastecimento	R\$162.933,80
AISP Dom Silvério	Construção de muro de contenção de talude para conter os riscos de desabamento apontados pela Defesa Civil Municipal	R\$225.054,58

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2024:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R\$)
Penitenciária de Teófilo Otoni	Manutenção geral do pavilhão individual, onde funcionará uma carceragem específica para o público LGBTQIAPN+, além de intervenções no Pavilhão 3, com geração de 27 vagas e novos pátios de sol	R\$3.831.403,00
Penitenciária Agostinho de Oliveira Junior (Unaí/MG)	Manutenção e revitalização do sistema de abastecimento de água da Penitenciária de Unaí	R\$214.766,99
Ceresp Juiz de Fora	1ª etapa da manutenção geral da unidade com foco no aumento de 200 novas vagas, além do aumento da reservação de água	R\$7.972.104,35
Complexo Penitenciário Nelson Hungria	Reforma da muralha, passarela e guaritas	R\$11.947.944,85
Ceresp Gameleira	Manutenção geral dos pavilhões com aumento de 384 novas vagas	R\$4.890.888,27
Penitenciária de Belo Horizonte – PIEP	Execução de serviços de reparos e manutenções corretivas e preventivas, com atuação no reparo de telhado, galpão e banheiros de alojamentos	R\$986.610,65
Presídio de João Monlevade	Manutenção do pátio de sol, da carceragem e da portaria	R\$1.198.816,15
Presídio de Teófilo Otoni	Manutenção, recuperação e adequação das instalações elétricas e hidrossanitárias da carceragem e do novo abrigo de lixo	R\$1.674.265,37

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Continuação 2024:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R\$)
Penitenciária Professor Aluizio Ignácio de Oliveira – Uberaba	Execução base de concreto para apoio de reservatórios de água, para revitalização do sistema de abastecimento	R\$415.883,53
Hospital Jorge Vaz – Barbacena	Manutenção geral para atender solicitações da vigilância sanitária	R\$1.740.259,91
Ceresp Betim	Manutenção da rede elétrica geral da unidade	R\$1.481.211,20
Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin	Instalações alambrado e manutenção do espaço campo futebol	R\$474.407,95
Complexo São Joaquim de Bicas	Execução de alambrado na Estação de Tratamento de Esgoto – ETE	R\$423.965,72
Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin	Manutenção geral do prédio administrativo da unidade onde funcionará também o almoxarifado	R\$2.136.673,90
Presídio de Vespasiano	Revitalização do pavilhão principal da Unidade Prisional, focado na revisão da rede hidráulica, esgoto e elétrica	R\$1.499.534,84



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Além das obras concluídas, a Sejusp MG manteve, ao final do período, **importantes frentes de trabalho em andamento**, como a 2ª etapa do Cersp de Juiz de Fora, o Presídio de Curvelo, o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, o Presídio Antônio Dutra Ladeira e o Complexo Nelson Hungria. Essas frentes apontam para a continuidade do compromisso da gestão com a melhoria da infraestrutura, mesmo nos momentos de transição.

Em termos quantitativos, a gestão entregou, **até 2024, dezenas de obras concluídas** — volume que revela não apenas um compromisso com a expansão da rede, mas principalmente com a

qualificação da estrutura física, da gestão e da dignidade no cumprimento de medidas penais e socioeducativas.

Essas obras refletem, na prática, o **enfrentamento direto do quadro de violações apontado pela ADPF 347** e a consolidação de uma política pública pautada pela eficiência, pela legalidade e pelo respeito aos direitos fundamentais. Ao ampliar e modernizar suas unidades, a Sejusp MG tornou-se mais capaz de garantir segurança com dignidade, operabilidade com estratégia e, sobretudo, um futuro mais estruturado para a gestão da justiça e da segurança em Minas Gerais.

Veja mais detalhes sobre as obras:



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

SAIU NA MÍDIA!

AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA

Em 2021, a Penitenciária de Juiz de Fora — José Edson Cavaliere passou por uma reforma geral nos pavilhões carcerários, ampliando a sua capacidade em 516 novas vagas, totalizando 882 vagas: um aumento de 140% em sua capacidade.



Fonte: Depen-MG

CONSTRUÇÃO DO NOVO PRESÍDIO DE ITURAMA

Em 2022, foram concluídas as obras do novo Presídio de Iturama, no Triângulo Mineiro, com 388 novas vagas. A nova estrutura conta com uma passarela superior, que permite aos policiais penais uma ampla visão do corredor dos alojamentos, área de vivência e salas multiuso. Por meio deste acesso os policiais são capazes de fazer a liberação dos detentos para o trânsito interno sem a necessidade de contato físico.

A nova estrutura conta com 48 celas com quatro beliches em cada, além de seis celas para pessoas portadoras de deficiência física. A unidade possui ainda espaço para visita íntima, pátios para banho de sol, pátios de visitação, parlatórios para atendimento dos advogados e ala para atendimento de saúde.



Fonte: Depen-MG

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

SAIU NA MÍDIA!

INAUGURAÇÃO DA CASA DE CUSTÓDIA

Em fevereiro de 2022, foi inaugurada a primeira Casa de Custódia exclusiva para policiais penais e agentes de segurança socioeducativos de Minas Gerais. O novo local é administrado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), por meio do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) e da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase). A unidade prisional tem 90 vagas e acautela policiais penais e agentes de segurança socioeducativos que aguardam julgamento ou cumprem pena.



Fonte: Sejusp MG

MELHORIAS NA PENITENCIÁRIA DE BELO HORIZONTE

Em 2023, o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Piep) ganhou uma cozinha-escola totalmente equipada e profissional em que passaram a ser preparadas todas as refeições para as custodiadas. Além da alimentação interna, a cozinha-escola é um espaço de profissionalização. Inicialmente, foram selecionadas 32 custodiadas para receberem capacitação em uma nova profissão, com remuneração e remição de sentença garantidas.



Fonte: Sejusp MG

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

SAJU NA MÍDIA!

MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CERESP GAMELEIRA

Em 2024, as obras no Ceresp Gameleira resultaram numa ampliação de 93% no número de vagas. Com as 384 novas vagas, a capacidade passou de 412 para 796. A unidade passou a oferecer melhores condições de cumprimento de pena e possibilidade da realização de atividades de ressocialização.



Fonte: Depen-MG

CONCLUSÃO DA MURALHA DA NELSON HUNGRIA

O Governo de Minas, por meio das secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) e de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra), concluiu as obras de reforço estrutural dos quatro quilômetros de extensão das muralhas do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Também foram entregues a reforma das guaritas externas e da cerca elétrica, além da substituição parcial das concertinas.



REFORMA DA MURALHA



R\$ 12 MILHÕES

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

O trabalho de Humanização

A Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, localizada em São Joaquim de Bicas, Minas Gerais, tornou-se a primeira unidade prisional do Brasil dedicada exclusivamente à população LGBTQIA+. Inicialmente, a penitenciária contava com uma ala específica para esse público, mas, em 2021, passou a receber apenas pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade.

Ainda, entre 2022 e 2024, o Departamento Penitenciário de Minas Gerais também implementou iniciativas voltadas especificamente a esse público em outras regiões do estado, incluindo a criação de mais uma unidade prisional exclusiva e 19 vivências específicas, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e promover maior acolhimento.

A criação desses espaços busca garantir condições mais seguras e dignas às pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade, reconhecendo a vulnerabilidade desse grupo diante do histórico de situações de violência e discriminação em estabelecimentos prisionais tradicionais.

A instalação dessas vivências representa um avanço significativo na busca por políticas públicas mais inclusivas e respeitosas. A iniciativa destaca a importância de ambientes que reconheçam e acolham as especificidades de gênero e sexualidade, promovendo a dignidade e os direitos humanos dentro do sistema carcerário.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

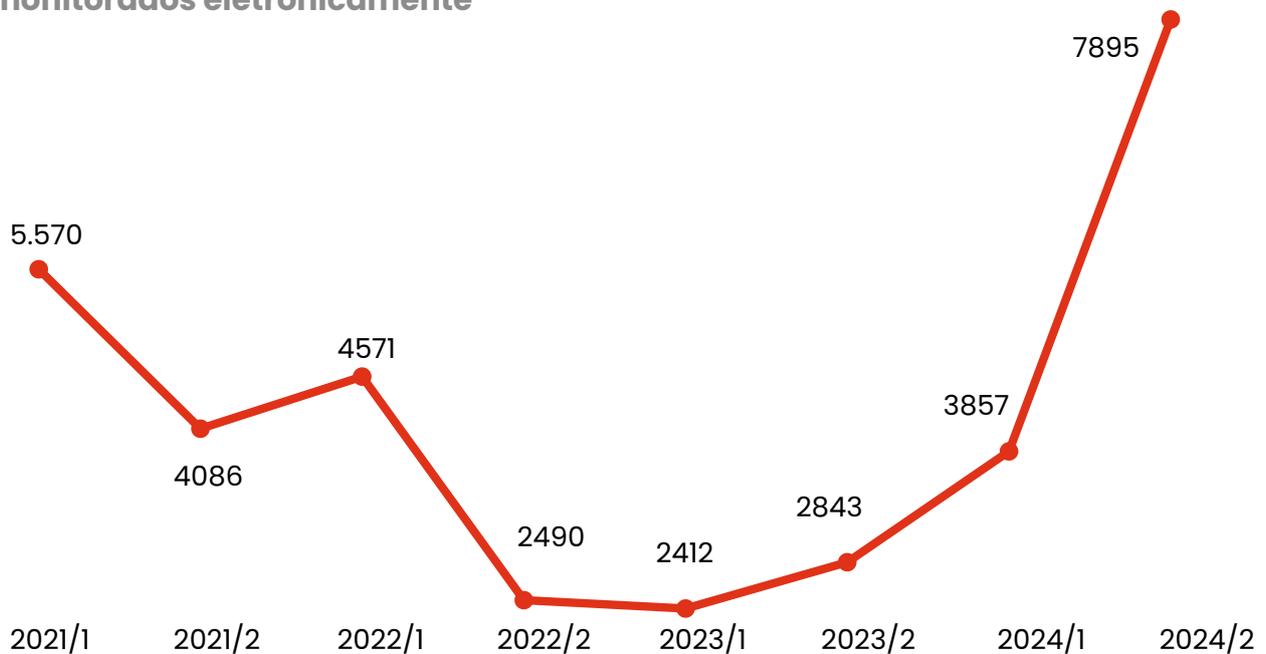
2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

O monitoramento eletrônico de pessoas, previsto na Lei Federal nº 12.258, de 2010, é uma alternativa ao encarceramento. Essa medida consiste no uso de um dispositivo eletrônico pelo indivíduo, que passa a ter sua liberdade controlada por meio de sistemas informatizados de localização, evitando que se distancie ou se aproxime de locais determinados pela Justiça.

Comparando o segundo semestre de 2021 ao mesmo período de 2024, o número de indivíduos submetidos ao monitoramento eletrônico por tornozeleira em Minas Gerais apresentou um expressivo crescimento, passando **de 4.086 para 7.895 monitorados**.

Esse aumento corresponde a um **acréscimo percentual de aproximadamente 93,2%** no período. O avanço reflete, em grande medida, os esforços empreendidos pelo Poder Executivo, em articulação com o Poder Judiciário, para fomentar a adoção do monitoramento eletrônico como uma alternativa viável e eficaz à custódia tradicional. Além disso, o monitoramento eletrônico integra políticas públicas que priorizam medidas de restrição de liberdade menos onerosas ao sistema prisional, sem abrir mão da fiscalização e do controle necessários à preservação da ordem pública.

Gráfico 2 – Número de indivíduos privados de liberdade monitorados eletronicamente



Fonte: Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) – SENAPPEN

7.895

indivíduos submetidos ao monitoramento eletrônico por tornozeleira em 2024.



A ampliação do número de tornozeleiras eletrônicas foi viabilizada por meio de um contrato ([9386052](#)) com vigência de 36 meses, contados a partir de 25/09/2023.

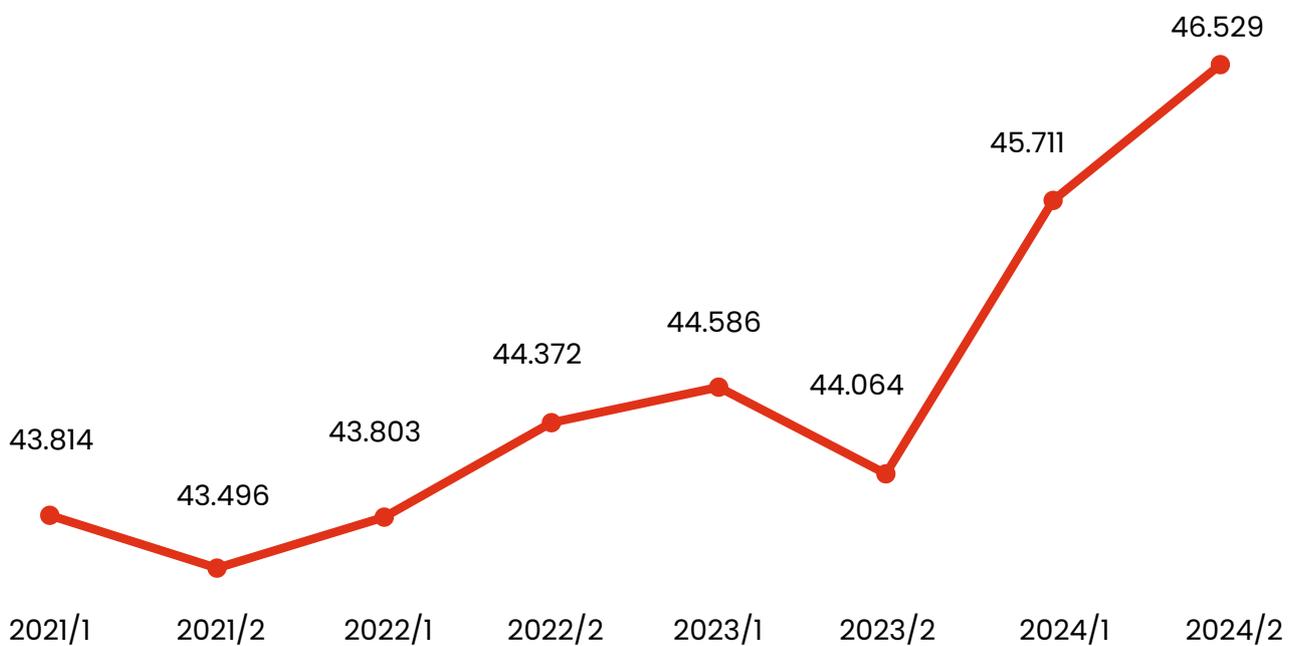
2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.3 Vagas criadas e melhoria da infraestrutura penitenciária

Ao longo do quadriênio 2021–2024, a gestão da Sejusp MG promoveu um dos maiores ciclos de **expansão e requalificação estrutural do sistema prisional** mineiro. As obras executadas em dezenas de unidades – incluindo ampliações, re-

formas, reativações e entregas de novos blocos – tiveram impacto direto na criação de vagas e no alívio à superlotação, contribuindo objetivamente para a qualificação do cumprimento da pena.

Gráfico 3 – Capacidade (vagas - celas físicas) MG – 2021 a 2024



Fonte: Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) – SENAPPEN

Esse processo de transformação física e institucional se traduziu em resultados mensuráveis e progressivos ao longo dos anos, conforme dados oficiais do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN). No início da gestão, no primeiro semestre de 2021, Minas Gerais registrava 43.814 vagas no sistema prisional. Esse número evoluiu consistentemente a cada semestre, **alcançando 46.529 vagas no segundo semestre de 2024** – um **acréscimo de 2.715 vagas líquidas** em relação ao início da gestão, o que representa um **aumento de 6,2% na capacidade instalada** do sistema.

Este crescimento é ainda mais expressivo quando se considera o contexto nacional, marcado por restrições fiscais, exigências legais e históricos déficits de investimentos na área. Em Minas Gerais, o avanço se deu por meio de uma política pública estruturada e coordenada, que aliou uso estratégico de recursos oriundos de acordos de cooperação, reparações judiciais e investimentos do Tesouro Estadual, garantindo que as obras fossem entregues com celeridade, segurança técnica e racionalidade orçamentária.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

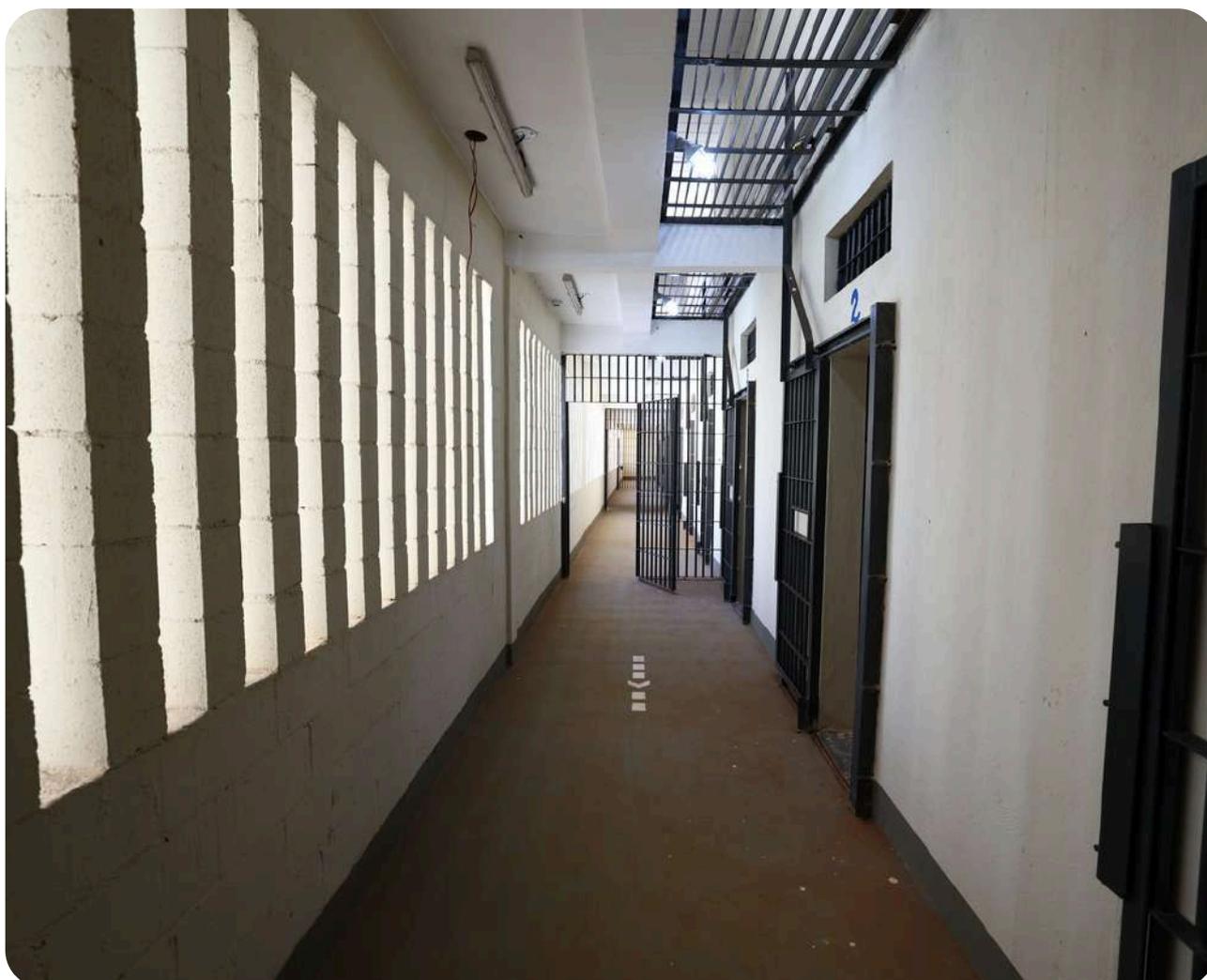
2.1.3 Vagas criadas e melhoria da infraestrutura penitenciária

Entre as principais entregas da gestão estão as ampliações em grandes unidades — como o Presídio de Itajubá, o Presídio de Timóteo e a Penitenciária de Juiz de Fora — e também reformas completas em unidades do interior, como João Monlevade, Ubá, Floramar, Teófilo Otoni e Unaí. Essas obras, além de ampliarem a oferta de vagas, permitiram a **redistribuição interna da população carcerária**, o que impactou positivamente na **qualidade da custódia** e na **segurança das unidades**.

A expansão da capacidade também refletiu um esforço técnico de planejamento e de respeito às normas de segurança, salubridade e dignidade das pessoas privadas de liberdade.

A gestão teve o cuidado de não apenas criar vagas, mas fazê-las com foco na **qualificação da estrutura, regionalização do sistema e adequação às necessidades operacionais das forças de segurança e da administração penitenciária**.

Ao encerrar o quadriênio com crescimento real e sustentado na capacidade do sistema, a gestão reafirma seu compromisso com uma política penal responsável, humanizada e tecnicamente sólida, consolidando Minas Gerais como referência nacional na execução penal.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.4 Regionalização do atendimento socioeducativo

O sistema socioeducativo desempenha papel fundamental na responsabilização e ressocialização de jovens adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, promovendo direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vai além da punição: oferece educação, profissionalização, assistência psicológica e suporte familiar, funcionando como ferramenta essencial para prevenir a reincidência e fortalecer vínculos sociais e familiares. A regionalização desse sistema reforça sua efetividade: ao descentralizar unidades, aproxima os jovens de suas comunidades e redes familiares, melhorando o acompanhamento jurídico, escolar e social, além de reduzir deslocamentos e custos logísticos.

Portanto, trata-se de um sistema regionalizado, com 42 Unidades Socioeducativas em 20 municípios distintos, sendo 24 Centros Socioeducativos (executam medida socioeducativa de internação, de internação sanção e de internação provisória), 17 Casas de Semiliberdade (executam medida socioeducativa de semiliberdade). Historicamente, Minas Gerais estabelece metas territoriais para expandir e qualificar o atendimento socioeducativo (con-

forme previsto nos instrumentos de planejamento, como PPAG), promovendo a implementação de unidades físicas em cada região. Entre 2021 e 2024, **foram geradas 276 novas vagas em diversos centros.**

A regionalização do sistema socioeducativo mineiro se revela essencial para assegurar um atendimento mais qualificado e eficaz aos jovens e adolescentes em conflito com a lei, ao aproximar as unidades de suas comunidades de origem. A ampliação e distribuição das unidades pelo território mineiro demonstram esse compromisso: foram criadas casas de semiliberdade em Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Contagem e Uberlândia (feminina), somando 120 novas vagas nessa modalidade; além disso, a interiorização das vagas de internação se concretizou com a implantação de centros em Araxá (17 vagas), Tupaciguara (38 vagas), Alfenas (80 vagas) e Contagem (21 vagas). Essa estratégia fortalece os vínculos familiares e comunitários dos jovens e adolescentes, além de permitir maior integração com as políticas locais de saúde, educação e assistência social, promovendo um processo de ressocialização mais efetivo e sustentável.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.4 Regionalização do atendimento socioeducativo

Além da geração de vagas regionalizadas, o Sistema Socioeducativo vem implementando os **Núcleos Locais de Práticas Restaurativas** em suas unidades. Esses núcleos são espaços estruturados onde profissionais capacitados — como educadores, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, advogados e agentes socioeducativos — promovem diálogos, círculos de conversa e mediações voltadas à responsabilização, escuta ativa e reconstrução de vínculos entre jovens e adolescentes em cumprimento de medidas, suas famílias e a comunidade envolvida. Esses núcleos atuam como instrumentos de justiça restaurativa, oferecendo oportunidades para que os jovens compreendam o impacto de suas ações, reflitam sobre comportamentos e encontrem caminhos construtivos para a reintegração social, criando uma cultura de responsabilização solidária, empática e colaborativa.

Entre 2021 e 2024, a implantação dos Núcleos Locais de Práticas Restaurativas passou por uma evolução significativa e organizada. A expansão ganhou impulso e organização a partir da Resolução Sejusp MG nº1.469, de outubro de 2023, que instituiu o Núcleo de Orientação Institucional e Solução Pacífica de Conflitos (ÉNÓIS) como instância responsável

pela orientação metodológica, formação e monitoramento das práticas restaurativas nas unidades. A partir dessa medida, foi possível sistematizar os processos de implantação dos núcleos, promover formações específicas para servidores e garantir que as metodologias restaurativas fossem incorporadas de forma alinhada às diretrizes institucionais. Considerando tais atos preparatórios, até o início de 2025 já haviam sido implantados 34 núcleos locais, **cobrando aproximadamente 85% das unidades socioeducativas de Minas Gerais**, resultado de um planejamento articulado e sustentado por políticas públicas consistentes.

Essa trajetória revela que a implantação dos Núcleos Locais de Práticas Restaurativas não foi apenas uma ação pontual, mas um feito de gestão consolidada. A coordenação estratégica, o investimento em capacitação, o monitoramento sistemático de resultados e a ampliação contínua evidenciam uma atuação planejada e eficaz do governo de Minas Gerais. Ao institucionalizar e valorizar práticas restaurativas no socioeducativo, demonstrou-se uma gestão comprometida com inovação e com a promoção de direitos, contribuindo de forma robusta para a redução de conflitos, fortalecimento de vínculos e preparação de jovens para o pleno exercício da cidadania.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

Geração de Vagas no SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Entre os anos de 2021 e 2024, o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) e da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), promoveu avanços significativos na gestão do sistema socioeducativo, com foco na ampliação de vagas, na recuperação de unidades e no fortalecimento da infraestrutura para o atendimento de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Entre as principais ações, destacam-se a inauguração de novas unidades, como o **Centro Socioeducativo Tupaciguara, a Casa de Semiliberdade Uberlândia e a Casa de Semiliberdade Contagem, além da implantação da Casa de Semiliberdade Lavras.**

Também foram realizadas obras de readequação e reabertura de centros, como o **Centro de Internação Provisória São Benedito e o Centro Socioeducativo Lindeia,** possibilitando a retomada de vagas e a melhoria das condições de acolhimento. Além das inaugurações, a obra da nova unidade socioeducativa de Alfenas foi concluída, com geração de 80 novas vagas.

As novas construções, ampliações e reformas buscaram não apenas aumentar a capacidade do sistema socioeducativo, mas principalmente requalificar o sistema e adequar vagas ofertadas pelas unidades mineiras ao preconizado pelo Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (Sinase), otimizando o acolhimento dos jovens e garantindo a estrutura necessária ao seu percurso de recuperação.

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2021:

UNIDADE	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)
CSE Ribeirão das Neves	Reforma geral da unidade	R\$126.845,69
CSE Pirapora	Reforma geral da unidade	R\$20.737,43
CSE Uberaba	Reforma de funcionalidade dos blocos	R\$180.792,20



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

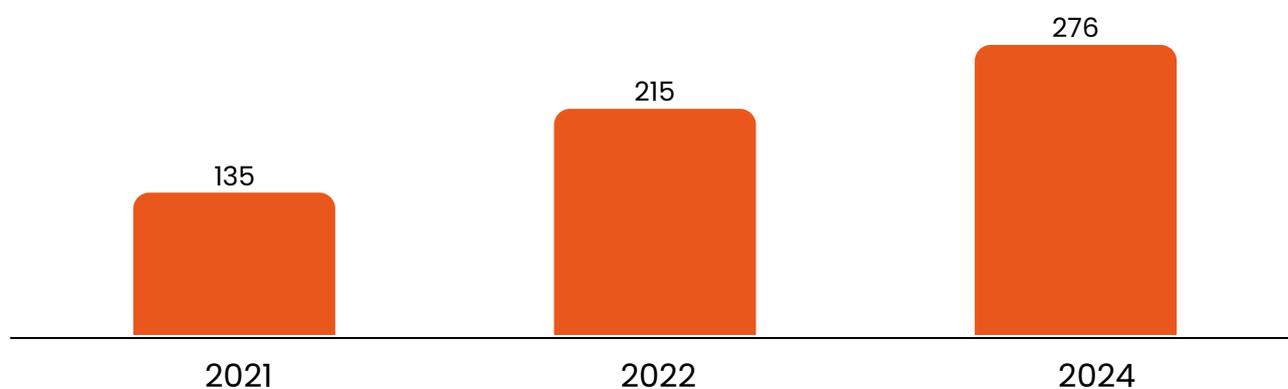
Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2022:

UNIDADE	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)
CSE Teófilo Otoni	Reforma geral da unidade	R\$1.624.158,77
CSE Sete Lagoas	Reforma geral da unidade	R\$862.293,24
Centro Socioeducativo de Alfenas	Construção da unidade com geração de 80 vagas	R\$16.157.395,50
CSE Ribeirão das Neves – Justinópolis	Reforma geral da unidade	R\$180.161,23

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2024:

UNIDADE	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)
CIA-BH	Execução das Obras de Reforma e Adequação	R\$972.152,78
CSE São Benedito	Reforma geral da unidade	R\$762.664,22

Gráfico 4 – Acumulado de novas vagas no sistema socioeducativo: 2021–2024



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

Essas iniciativas foram acompanhadas pela consolidação da **Central de Vagas**, que otimizou o fluxo de admissões e transferências, garantindo uma gestão mais eficiente e equilibrada da capacidade instalada. Todos esses esforços demonstram o compromisso da gestão com a descentralização das unidades e com a regionalização do atendimento, facilitando o contato familiar e promovendo a reintegração social dos jovens.



O **Grupamento de Ações Rápidas (GAR)** foi instituído pela Resolução Sejusp MG nº 228, de 14 de setembro de 2021, com a missão de reforçar a segurança socioeducativa. O GAR possui sede própria em Belo Horizonte/MG, viatura operacional e conta ainda com os instrumentos de menor potencial ofensivo, autorizados pela Resolução Sejusp MG nº 334/2021, visando a garantia da eficiência e da segurança de suas

operações. Nesse sentido, foi também estabelecido um Protocolo de Atuação para apoiar as Unidades Socioeducativas em rotinas e escoltas de modo que o Grupamento se encontre pronto para atuação de forma estratégica, oferecendo suporte às Unidades Socioeducativas e assegurando uma atuação rápida e eficaz sempre que necessário.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

ANO	UNIDADES	VAGAS INTERNAÇÃO	VAGAS SEMILIBERDADE
2021	Casa de Semiliberdade Patos de Minas		20
	Casa de Semiliberdade Patrocínio		20
	Casa de Semiliberdade Uberaba		20
	Casa de Semiliberdade Uberlândia		20
	Centro de Internação Provisória Araxá	17	
	Centro Socioeducativo Tupaciguara	38	
2022	Centro Socioeducativo de Alfenas	80	
2024	Casa de Semiliberdade Contagem		20
	Casa de Semiliberdade Feminina Uberlândia		20
	Centro de Internação Provisória Contagem	21	

Fonte: SUASE/Sejusp MG

276 VAGAS GERADAS

de internação e de semiliberdade
no quadriênio 2021-2024

QUASE **R\$21 milhões**
INVESTIDOS



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

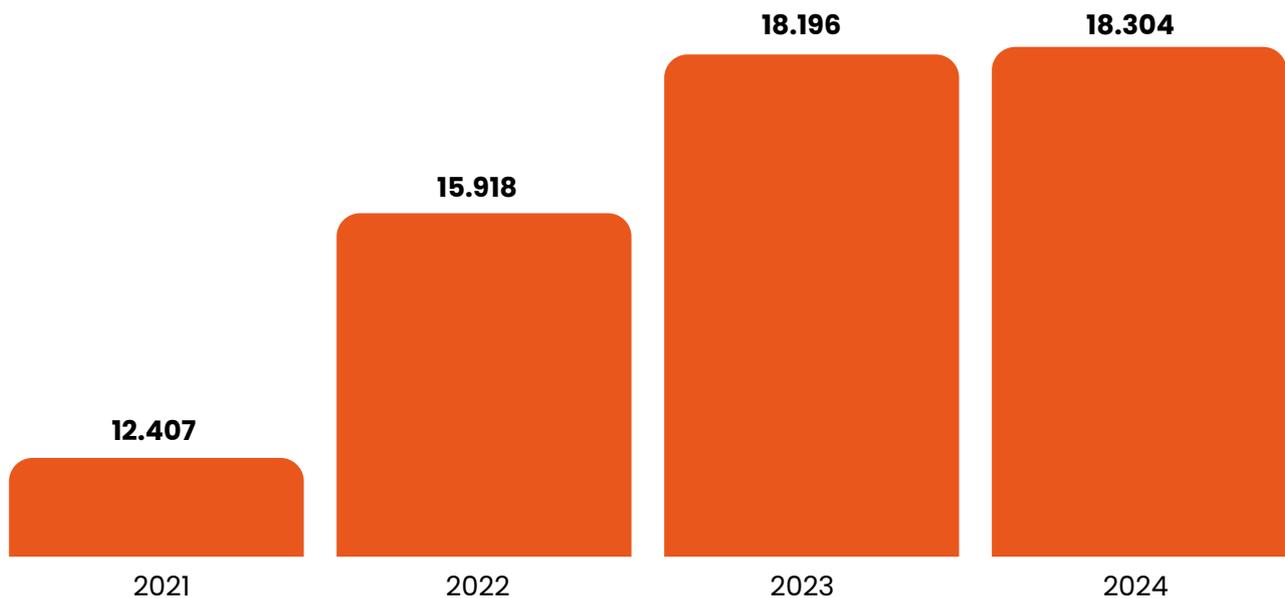
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

A gestão consolidou, no sistema prisional mineiro, uma política de reintegração social baseada no trabalho e na capacitação como ferramentas de transformação. Essa abordagem, articulada com o setor público e privado, ampliou as oportunidades de dignidade, qualifi-

cação e redução da reincidência criminal para milhares de indivíduos privados de liberdade (IPL). De 2021 a 2024, o número de custodiados inseridos em atividades laborais apresentou crescimento expressivo e constante:

Gráfico 5 – IPL em atividade laboral em MG – 2021 a 2024



O aumento representa uma **evolução de 47,5% no período**, resultado direto da ampliação da política de ocupação produtiva e da abertura de novas frentes de trabalho nas unidades prisionais.

Esse crescimento foi viabilizado, em grande parte, pelo **fortalecimento das parcerias**

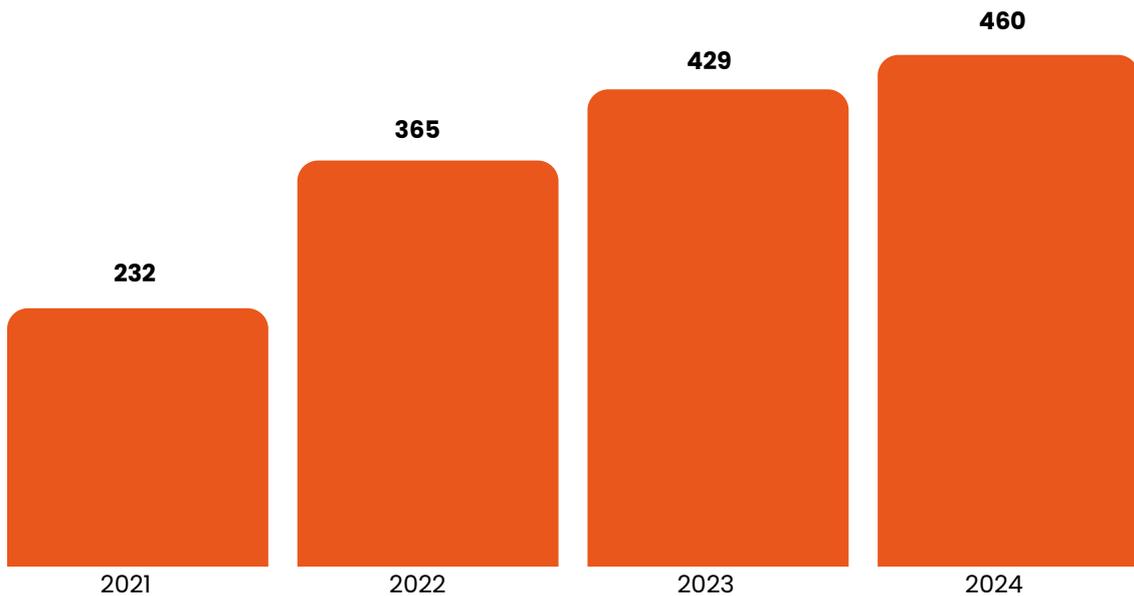
institucionais e empresariais, que saltaram de 232, em janeiro de 2021, para 460, em dezembro de 2024, o que representa um incremento de 98% em apenas quatro anos. Esse avanço permitiu diversificar os ramos de atuação e aumentar a capilaridade dos projetos de trabalho dentro e fora dos estabelecimentos prisionais. Veja no gráfico a seguir:

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

Gráfico 6 – Número de Parcerias de Trabalho Ativas – 2021 a 2024



Fonte: Painel (BI) SHUA/Sejusp MG

Entre as atividades laborais desenvolvidas viabilizadas pelas parcerias ativas, destacam-se:

- Produção de blocos de concreto utilizados em obras públicas e internas.
- Confecção de uniformes, roupas hospitalares, lençóis e itens de vestuário.
- Hortas comunitárias e cultivo de alimentos para autoconsumo e doação.
- Manutenção predial, serviços gerais, lavanderia, marcenaria, serralheria, panificação, jardinagem e elétrica.
- Implantação de cozinhas administradas, com atuação direta dos custodiados na preparação das refeições nas unidades.
- Produção de fraldas e absorventes para uso interno e doações.

Ao promover o trabalho como instrumento de cidadania e ressocialização, a gestão caminha no sentido de transformar o sistema prisional mineiro em um ambiente de reconstrução e oportunidade, com impactos concretos na vida dos custodiados e na segurança pública do estado.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

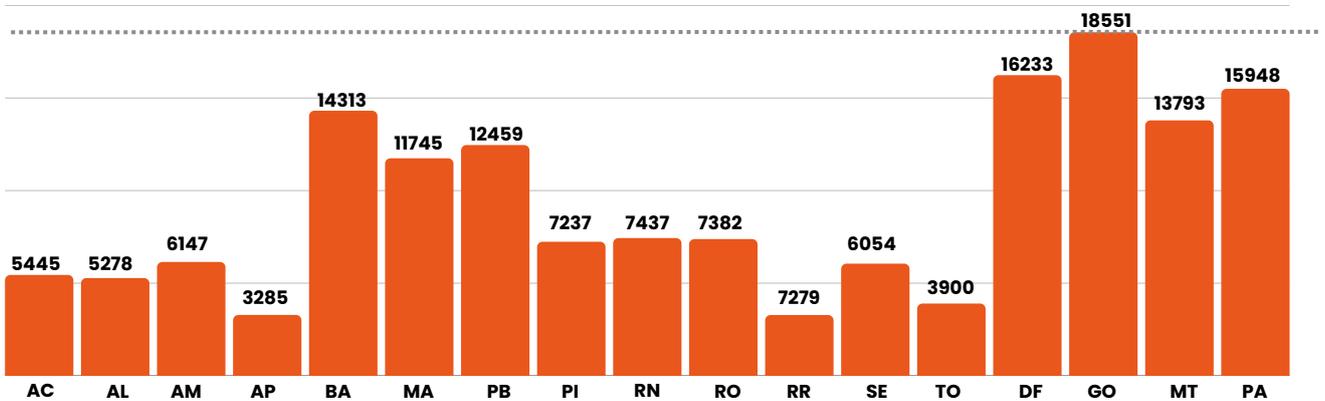
Sistema Prisional

Minas Gerais se destaca como **referência nacional** na promoção da reinserção social por meio do trabalho no sistema prisional. O estado mantém **mais de 400 parcerias ativas**, proporcionando oportunidades de qualificação profissional e ocupação para mais de **18.000 pessoas privadas de liberdade** atualmente envolvidas em atividades laborais.

De acordo com levantamento de informações penitenciárias do SISDEPEN, em 2024 **o número de pessoas privadas de liberdade em atividade laboral em Minas Gerais superou a população carcerária total em regime fechado de 17* estados brasileiros**, evidenciando o avanço de Minas Gerais nas políticas de ressocialização por meio do trabalho prisional.

Gráfico 7 – Quantitativo da população carcerária em estados brasileiros em comparação aos IPLs de Minas trabalhando – 2024/2

18.473 – IPLs trabalhando em Minas Gerais



Fonte: Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) – SENAPPEN

*A quantidade de IPLs trabalhando em Minas não supera a população carcerária total em regime fechado de Goiás, mas é equivalente.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

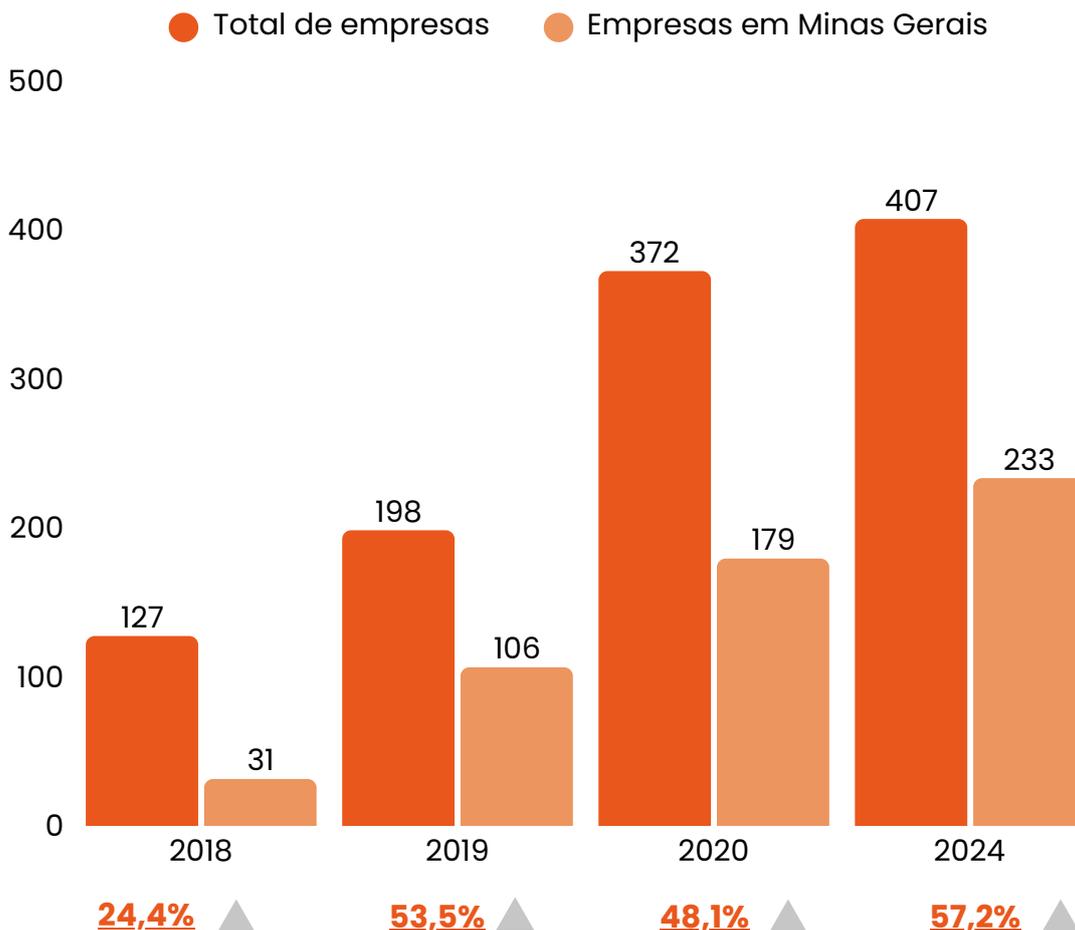
Minas lidera ranking nacional de empresas que contratam presos



Minas Gerais é o estado com o maior número de empresas reconhecidas no 5º Ciclo de Concessão do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Penal. O selo premia organizações que promovem a reintegração social por meio da oferta de trabalho a pessoas privadas de liberdade.

O selo representa uma importante ferramenta de incentivo e reconhecimento às empresas que promovem a reintegração social, ao contribuírem ativamente para a reinserção de pessoas privadas de liberdade no mercado de trabalho e na sociedade.

Gráfico 8 – Histórico Mineiro



Fonte: Sejusp MG

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

DESTAQUES DO QUADRIÊNIO NA SOCIALIZAÇÃO PELO TRABALHO

Confecção têxtil própria

Fabricação dos uniformes e lençóis utilizados no próprio sistema prisional. A mensuração da produção foi iniciada em 2022 e, até o ano de 2024, a produção chegou a **193.701 calças, 213.604 bermudas, 16.958 camisas e 329.325 lençóis.**

Fábrica de artefatos de concreto

Parcerias de trabalho firmadas com prefeituras para a produção de bloquetes/meio-fio para pavimentação de vias públicas. Entre 2021 e 2024, foram **17 novas parcerias formalizadas** com municípios.

Fábrica da Alegria

Produção de brinquedos pedagógicos em madeira, destinados à doação a entidades de assistência social. Ao todo, 10 unidades prisionais fabricam os itens por meio da mão de obra carcerária e, até o momento, **já foram doados 47.490 brinquedos.**

Padaria Escola

Curso de fabricação de pães oferecido pelo Senai, na Penitenciária de Juiz de Fora — José Edson Cavaliéri.

Mobiliando Sorrisos

Produção de móveis para instituições assistenciais.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA OFERTA DE ATIVIDADES LABORAIS

Fabricação de bloquetes em unidades prisionais: trabalho que ressocializa e beneficia a comunidade

A instalação de fábricas de bloquetes dentro de unidades prisionais tem se consolidado como uma estratégia eficaz de ressocialização, aliando capacitação profissional, redução de pena e retorno social direto à comunidade. O modelo funciona com a instalação de maquinário especializado no interior das unidades prisionais, operado por indivíduos privados de liberdade (IPLs), que atuam na produção de bloquetes e outros artefatos de concreto. Essa atividade gera benefícios tanto para os custodiados quanto para a sociedade.

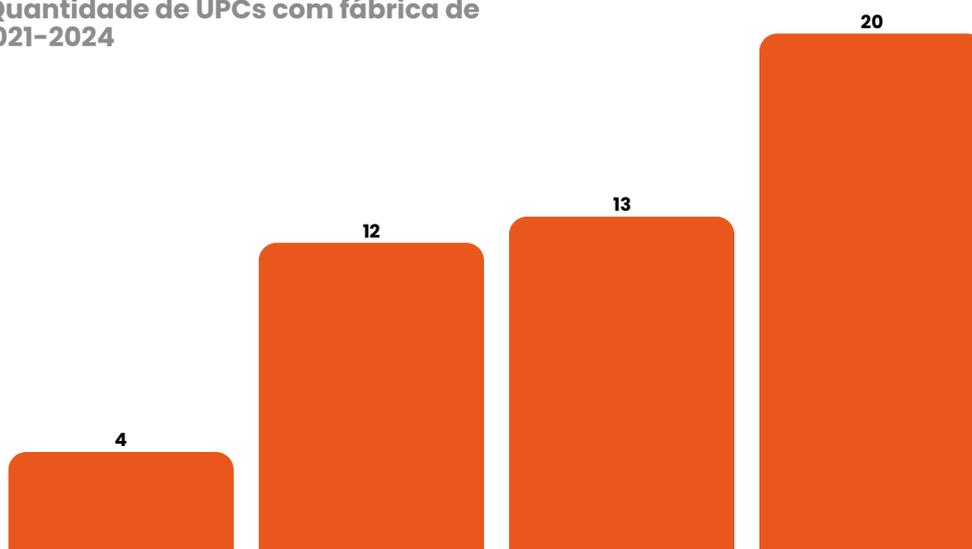
Além de aprenderem um ofício e desenvolverem disciplina e responsabilidade, os IPLs têm direito à remição de pena – a cada três dias de trabalho, reduzem um dia da pena total, conforme previsto na Lei de Execução Penal. Os artefatos produzidos são utilizados principalmente na pavimentação de ruas, calçadas e praças, con-

tribuindo diretamente para a melhoria da infraestrutura urbana de municípios parceiros.

Um exemplo de destaque é o Presídio de Resende Costa, localizado na região do Campo das Vertentes, Minas Gerais, que mantém uma parceria com a prefeitura local para a fabricação de bloquetes de concreto. Esses bloquetes são utilizados na pavimentação de ruas e praças da cidade e dos distritos vizinhos, beneficiando diretamente mais de 11 mil moradores.

Entre 2021 e 2024, houve um crescimento significativo no número de unidades prisionais com fábricas. Em 2021, foram registradas 4 unidades, número que aumentou para 12, em 2022. Em 2023, o crescimento se manteve com 13 fábricas em operação e, em 2024, esse número saltou para 20 unidades, demonstrando um avanço constante e expressivo ao longo dos anos.

Gráfico 9 – Quantidade de UPCs com fábrica de bloquetes 2021-2024



Fonte: Painel (BI) SHUA/Sejusp MG

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA OFERTA DE ATIVIDADES LABORAIS

Em situações de calamidade pública, como as fortes chuvas que atingiram diversas cidades de Minas Gerais, o trabalho de ressocialização realizado pelos presos representa uma importante contribuição tanto para a recuperação das comunidades afetadas quanto para o processo de reintegração social dos indivíduos privados de liberdade.

Em cidades como Salinas, Ponte Nova, Rio Pardo

de Minas, Ipatinga e Santana do Paraíso, detentos receberam autorização judicial para atuar na limpeza de ruas, remoção de lama e destroços, e recuperação de áreas afetadas pelas enchentes. Essas ações não apenas contribuem para a reconstrução física das cidades, como também promovem a remição de pena, permitindo que os presos reduzam sua sentença por meio do trabalho, conforme previsto na Lei de Execução Penal.



Fonte: Depen-MG



Fonte: Sejusp MG

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

Sistema Prisional

LIBERDADE EM CICLOS – PRODUÇÃO DE ABSORVENTES E FRALDAS DESCARTÁVEIS

O acesso a itens de higiene menstrual ainda é um desafio para milhares de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Pensando nisso, o Governo de Minas Gerais implementou, em 2021, o projeto Liberdade em Ciclos, uma iniciativa que busca garantir dignidade menstrual a mulheres privadas de liberdade e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Atualmente, um programa da Sejusp, o Liberdade em Ciclos, iniciou-se como um projeto do **Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) em parceria com a Loteria Mineira.**



Fonte: Sejusp MG

34.948 pacotes produzidos e doados para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), via acordo de cooperação técnica.

5.000 pacotes de absorventes doados em apoio às vítimas das enchentes no **Rio Grande do Sul.**

422 pacotes de fraldas doados para instituição sem fins lucrativos credenciadas.

De 2022 a 2024, o programa já fabricou 41.334 pacotes de absorventes e 5.085 de fraldas.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

Sistema Prisional

LIBERDADE EM CICLOS – PRODUÇÃO DE ABSORVENTES E FRALDAS DESCARTÁVEIS

Atualmente, as unidades prisionais que produzem as fraldas e os absorventes em Minas Gerais são o **Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto**, **Complexo Penitenciário Nelson Hungria**, **Presídio de Tupaciguara**, **Presídio de Ituiutaba**, **Penitenciária de Teófilo Otoni**, **Penitenciária Deputado Expedito Faria de Tavares** e **Presídio de Alfenas**.



O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública reforçou o pioneirismo de Minas, que serviu de exemplo para a todo o território nacional. “O Liberdade em Ciclos foi implantado aqui em Minas Gerais em 2021. O projeto é tão impactante que o **Governo Federal se inspirou na nossa produção e criou um projeto semelhante**, para que a iniciativa pudesse ser replicada em outras unidades prisionais da federação. Ficamos felizes em saber que servimos de exemplo e que, mais uma vez, o pioneirismo é mineiro”, ressaltou Rogério Greco.

“Entre 2023 e 2024, o projeto foi contemplado com mais de R\$ 1 milhão em emendas parlamentares, destinado à aquisição de maquinários e custeio do projeto.”

Fonte : Sejusp MG



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

Sistema Prisional

CULTIVANDO A LIBERDADE (HORTA)

Verduras e legumes fresquinhos cultivados por detentos de todo o estado chegam semanalmente à mesa de quem mais precisa. No quadriênio **de 2021 a 2024, mais de 400 toneladas de alimentos foram doadas**

pelo Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG). A produção, realizada em 45 unidades prisionais, beneficia instituições assistenciais e educacionais, unindo ressocialização e solidariedade.



Governo de Minas colhe **resultados**

400
toneladas
doadas

e vidas transformadas pelo trabalho no sistema prisional



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

COZINHAS ADMINISTRADAS



Desde o início desta gestão, a alimentação administrada, produzida no interior das unidades prisionais pelos próprios IPL, tem sido um prioridade. O projeto possui dois grandes objetivos: em primeiro lugar, **garantir alimentação de maior qualidade para os custodiados**; além disso, a iniciativa ainda oferece capacitação profissional, tendo em vista a ressocialização, a reintegração efetiva à vida em liberdade após o cumprimento da pena, e mais uma oportunidade de trabalho com remição de pena.

O projeto piloto de cozinha-escola no sistema prisional mineiro foi inaugurado em 2023, no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em Belo Horizonte.



Foram 32 custodiadas selecionadas pela Comissão Técnica de Classificação da unidade para receberem a capacitação e atuarem na cozinha-escola.

As intervenções contaram com a implantação de uma recepção/pré-higienização, despensa fria, despensa, cozinha, refeitório, área de circulação, vestiários, escaninhos, depósito de material de limpeza, sala de nutricionista e pátio coberto. Os acessos externos à cozinha também foram ampliados e reformados.

Fonte: Sejusp MG



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

COZINHAS ADMINISTRADAS

Outras unidades que também ganharam cozinhas-escola foram os presídios de Ubá, Iturama e Alfenas. Além dessas, a Penitenciária de Juiz de Fora — José Edson Cavaliéri possui, desde 2021, uma panificadora-escola responsável pela produção diária dos pães para as duas penitenciárias do complexo de Juiz de Fora.

Fonte: Depen-MG



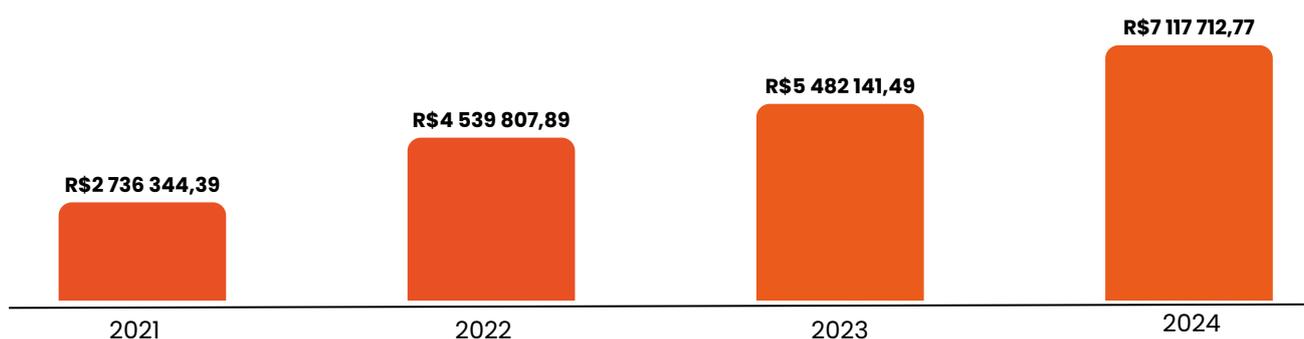
2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

PENA COM REINTEGRAÇÃO / RESSARCIMENTO > **TOTAL ARRECADADO** com ressarcimento no quadriênio > **19.876.006,61**

Gráfico 10 – Valores de ressarcimento por ano - 2021 a 2024



A Sejusp MG formalizou, conforme citado anteriormente, **centenas de novas parcerias** entre 2021 e 2024, obtendo com elas um ressarcimento total de **R\$ 19.876.006,61**.

	2021	2022	2023	2024
Jan	R\$ 194.853,79	R\$ 248.370,25	R\$ 338.771,56	R\$ 485.541,32
Fev	R\$ 219.063,26	R\$ 324.615,62	R\$ 351.991,91	R\$ 527.325,72
Mar	R\$ 219.682,00	R\$ 369.748,75	R\$ 387.750,29	R\$ 505.618,83
Abr	R\$ 192.524,64	R\$ 328.886,99	R\$ 406.504,65	R\$ 571.234,90
Mai	R\$ 210.214,01	R\$ 368.259,11	R\$ 475.897,94	R\$ 551.800,00
Jun	R\$ 190.832,14	R\$ 419.028,61	R\$ 474.083,32	R\$ 572.738,84
Jul	R\$ 225.034,62	R\$ 372.852,12	R\$ 470.847,25	R\$ 603.408,38
Ago	R\$ 238.710,12	R\$ 412.555,58	R\$ 509.687,48	R\$ 628.894,07
Set	R\$ 224.078,26	R\$ 401.161,56	R\$ 454.543,98	R\$ 605.668,72
Out	R\$ 247.908,59	R\$ 414.633,81	R\$ 536.871,14	R\$ 702.308,57
Nov	R\$ 261.631,04	R\$ 437.996,39	R\$ 508.978,53	R\$ 636.605,00
Dez	R\$ 311.811,92	R\$ 441.699,10	R\$ 566.213,44	R\$ 726.568,42

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

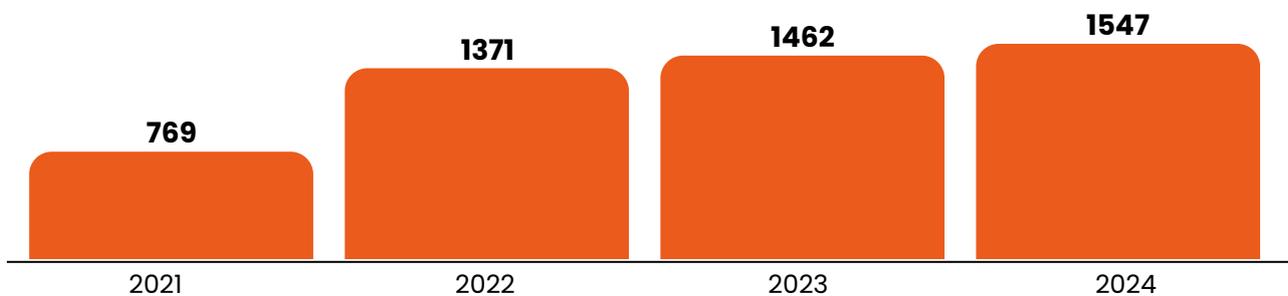
Sistema Prisional

ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Reconhecendo a educação como um dos pilares fundamentais da reintegração social, o Departamento Penitenciário (Depen-MG) tem promovido ações que transformam o período de privação de liberdade em uma oportunidade concreta de reconstrução de trajetórias.

Entre os anos de 2021 e 2024, o número de pessoas privadas de liberdade que **concluíram o Ensino Fundamental passou de 769, em 2021, para 1.547, em 2024** — um crescimento expressivo de 101%. Esse aumento evidencia o fortalecimento das políticas educacionais implementadas no sistema prisional ao longo do quadriênio.

Gráfico 11 – Ensino Fundamental



FORMADOS NO ENSINO
FUNDAMENTAL NO QUADRIÊNIO



5.149



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

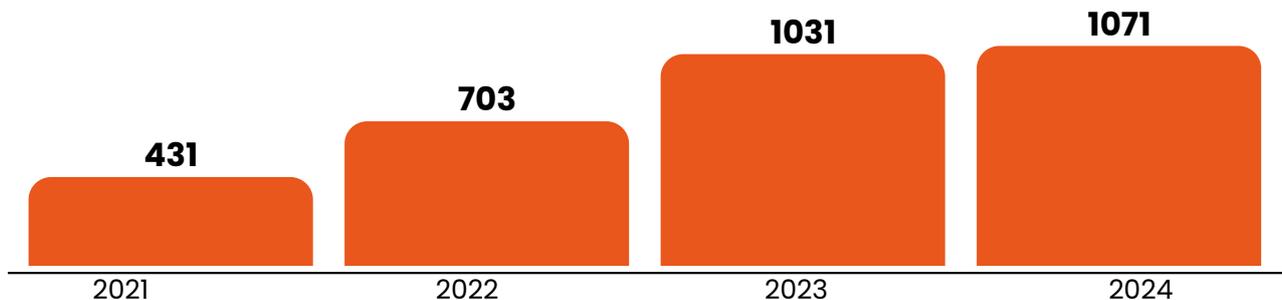
Sistema Prisional

ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Entre os anos de 2021 e 2024, observa-se um aumento no número de pessoas privadas de liberdade que concluíram o Ensino Médio. No ano de 2021, foram registrados 431 formandos. Já em 2022, esse número aumentou para 703, **representando um crescimento de aproximadamente 63%**. No ano seguinte, em 2023, o número saltou para 1.031 formandos, o que corresponde a um **acréscimo de 46,7% em relação ao ano anterior**.

Em 2024, o avanço continuou, ainda que em ritmo mais moderado: foram 1.071 formandos, um crescimento de 3,9% em comparação com 2023. No total, entre 2021 e 2024, **3.236 pessoas privadas de liberdade concluíram o ensino médio dentro do sistema prisional**. Esses números refletem o avanço consistente das iniciativas educacionais no sistema prisional, ressaltando a importância do ensino como ferramenta essencial para a reintegração social e para a construção de novas perspectivas de vida para os indivíduos privados de liberdade.

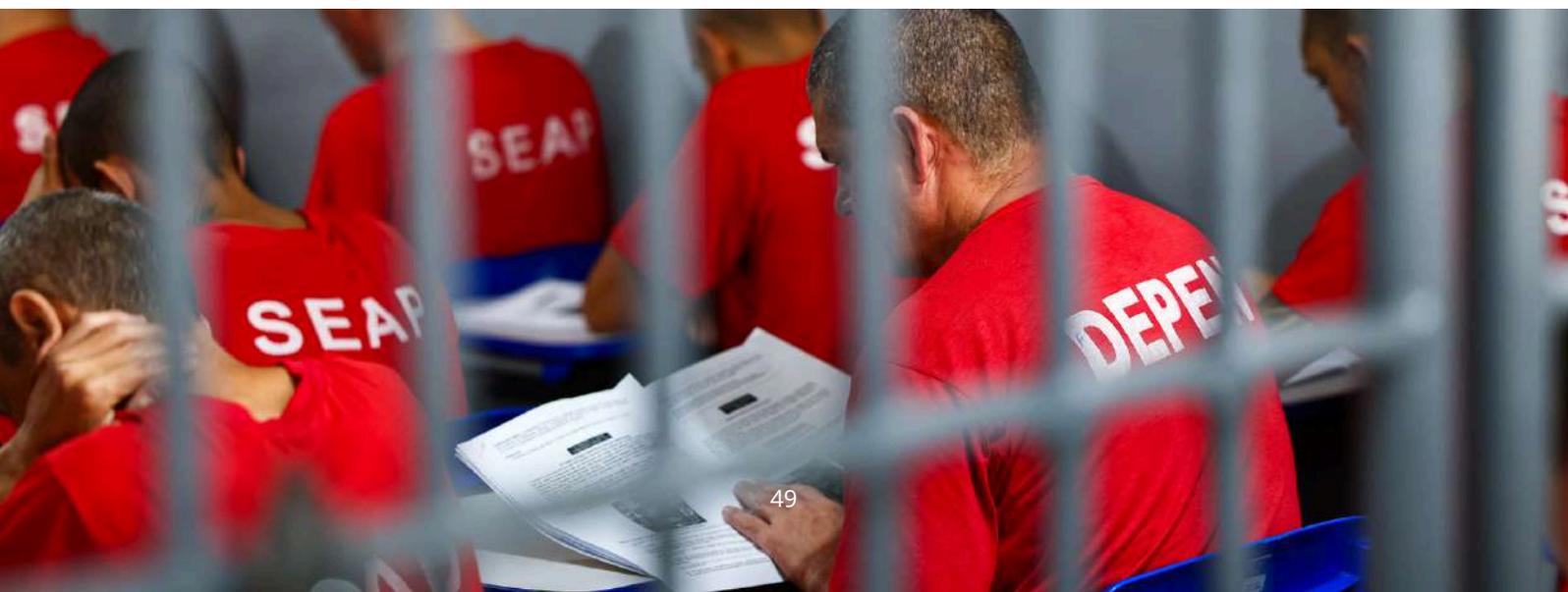
Gráfico 12– Ensino Médio



FORMADOS NO **ENSINO MÉDIO** NO QUADRIÊNIO



3.236



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

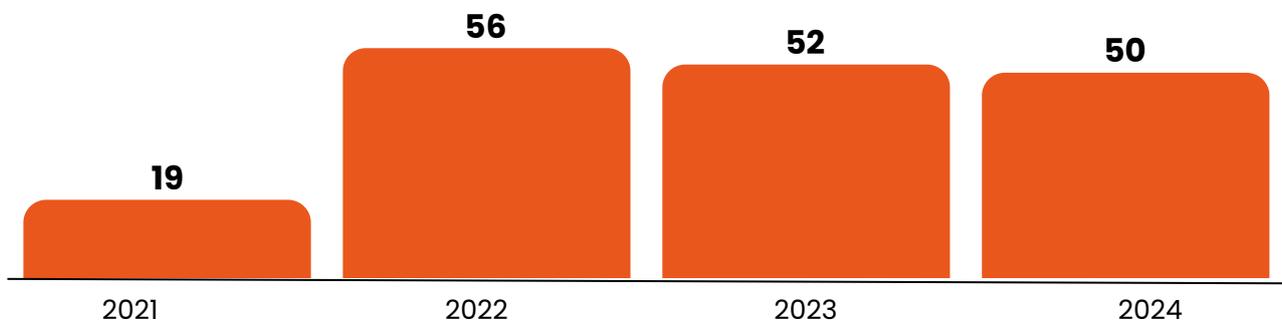
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

A análise dos dados acerca do número de pessoas privadas de liberdade que concluíram o ensino superior revela uma tendência positiva de inclusão educacional nesse segmento ao longo do período analisado. Em 2021, 19 indivíduos concluíram o ensino superior. No entanto, em **2022 houve um crescimento significativo, com o número de formandos saltando para 56 – um aumento de quase 195% em relação ao ano anterior.**

Em 2023 e 2024, observou-se uma leve redução nos números em comparação com 2022, com 52 e 50 formandos, respectivamente. Apesar dessa pequena queda, os dados ainda se mantêm consideravelmente acima dos níveis de 2021, o que demonstra uma consolidação dos esforços na educação superior para a população carcerária.

Gráfico 13 - Ensino Superior



FORMADOS NO ENSINO SUPERIOR NO QUADRIÊNIO

> 177



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

Sistema Prisional

DESTAQUE : ENSINO NO SISTEMA PRISIONAL



Fonte: Sejusp MG

Minas Gerais conquista o segundo lugar nacional em número de inscritos no Enem PPL

Em 2024, **Minas Gerais alcançou o segundo lugar** no ranking nacional de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL), com **6.597 participantes**. Desse total, 69% realizaram efetivamente as provas, que foram aplicadas em 138 unidades prisionais do estado. Esse resultado reflete o compromisso de Minas Gerais com a educação como ferramenta de ressocialização e inclusão social.

Com os resultados do Enem PPL 2023, dos 6.591 inscritos privados de liberdade (IPL), destacam-se os seguintes indicadores: 23 alcançaram 800 pontos ou mais na redação; 3.993 (60,59%) obtiveram nota suficiente para concorrer ao Sisu Unificado de 2024; e 1.807 (27,42%) se habilitaram para participação no ProUni e no Fies.

Presos de Minas conquistam vagas em instituições públicas de ensino superior

O sistema prisional tem se destacado por iniciativas que promovem a educação como ferramenta de ressocialização. Na edição de 2021 do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL), **15 detentos, de um total de 288 inscritos, conquistaram vagas em instituições públicas de ensino superior** por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). As universidades contempladas incluem a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

A conquista dessas vagas é resultado de um **trabalho colaborativo entre pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais das unidades prisionais**. A Diretoria de Ensino e Profissionalização do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) destaca a importância desse esforço conjunto para despertar nos detentos o interesse pelo conhecimento e pela educação.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

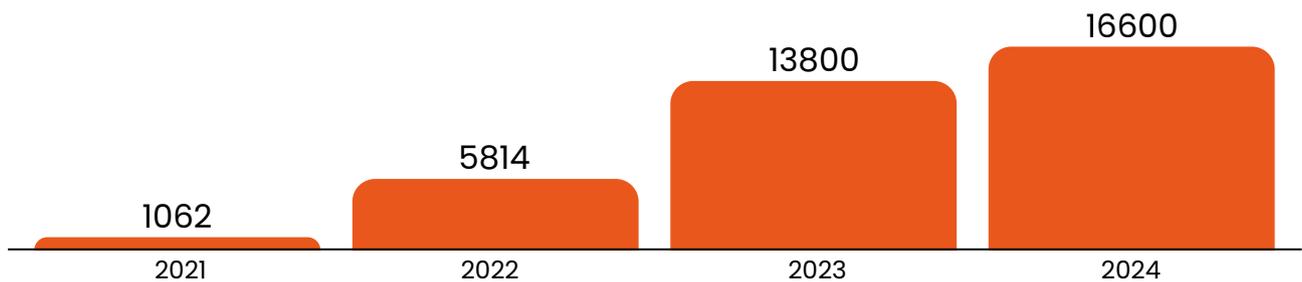
Sistema Prisional

ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Entre 2021 e 2024, o número de IPLs que concluíram cursos profissionalizantes apresentou um crescimento exponencial. Em 2021, foram registrados 1.062 concluintes. Esse número saltou para 5.814, em 2022, mais que quintuplicando em relação ao ano anterior.

Em 2023, o número chegou a 13.800 e, em 2024, atingiu a marca histórica de 16.600 concluintes. Esse aumento representa um crescimento percentual de aproximadamente 1.462% em apenas quatro anos.

Gráfico 14 – Ensino Profissionalizante



FORMADOS NO ENSINO
PROFISSIONALIZANTE
NO QUADRIÊNIO



37.276

TOTAL DE INDIVÍDUOS PRIVADOS
DE LIBERDADE FORMADOS
ENTRE 2021 E 2024



45.838



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

Sistema Prisional

DESTAQUE : RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA OFERTA DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Parceria entre sistema prisional e Instituto Federal Sul de Minas capacita 984 presos



Fonte: Sejusp MG

A parceria entre o Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) e o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais capacitou 984 pessoas privadas de liberdade, promovendo sua reintegração social e inserção no mercado de trabalho. Os cursos oferecidos contemplaram diversas áreas profissionais e foram destinados a detentos que cumprem pena em unidades prisionais e nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac). Essa iniciativa reforça o compromisso do estado com a ressocialização por meio da educação e qualificação profissional, contribuindo para a redução da reincidência criminal e o fortalecimento da segurança pública.

Segundo a pedagoga da unidade prisional, Miriam Célia, a nova capacitação se soma ao trabalho de ressocialização que é feito diariamente na penitenciária. “As expectativas são as melhores. Todas as presas estavam muito ansiosas para o início das aulas. Conversei bastante com elas sobre o quanto o curso é promissor para o momento pós-cárcere, pois elas poderão sair com uma oportunidade”.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS

REMIÇÃO PELA LEITURA

A remição de pena por leitura é um programa que permite os Indivíduos Privados de Liberdade (IPLs) reduzir o tempo de sua pena através da leitura de obras literárias, científicas ou filosóficas. Em dezembro de 2024, **4.779 IPLs participaram do programa.**

As atividades de leitura e produção dos relatórios nas unidades prisionais possibilitam a reflexão, expressão e exercício criativo dos participantes, trazendo benefícios não apenas para os detentos, mas também para toda a sociedade.



ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

As atividades socioculturais promovidas pelo Departamento Penitenciário de Minas Gerais representam um componente essencial da educação não formal no sistema prisional, com foco na reintegração social e no desenvolvimento integral do indivíduo privado de liberdade.

Em dezembro de 2024, **um total de 2.695 pessoas participaram dessas atividades.** Essas ações abrangem diversas áreas e têm como objetivos principais resgatar valores humanos, promover o acesso à cultura e ao lazer, além de oferecer oportunidades de aprendizado, expressão e reconstrução de trajetórias de vida.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Socioeducativo

Oficinas 2021-2024

Durante o quadriênio, foram ofertadas mais de **57 mil oficinas voltadas ao atendimento de jovens e adolescentes** nos mais diversos eixos temáticos: esportivos, culturais, orientação aos estudos, orientação profissional, saúde e temas diversos.

57.961

oficinas desenvolvidas

por meio das quatro modalidades de gestão: direta, cogestão intersetorial, contrato de gestão semiliberdade e termo de colaboração.

PROGRAMA DESCUBRA

O Programa de Incentivo à Aprendizagem de Minas Gerais – Descubra! promove o acesso de jovens e adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade social a programas de aprendizagem e a cursos de qualificação profissional. Foram atendidos 604 jovens e adolescentes em 2021, um total de 1.651 em 2022, tivemos 701 em 2023, e 673 em 2024. Desta forma, ao longo do quadriênio, foram realizados 3.629 atendimentos.

3.629

JOVENS E ADOLESCENTES ATENDIDOS



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.7 Políticas sobre drogas

A POLÍTICA SOBRE DROGAS DE VOLTA À SEJUSP MG

A Lei Estadual n.º 24.313, de 28 de abril de 2023, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do estado de Minas Gerais, **integrou novamente a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas (Supod) à estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG).**

Ela foi regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 48.659, de 28 de julho de 2023, que dispõe sobre a organização e as competências da Sejusp MG, estabelecendo, na Seção XVII, as competências da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.



CREAD

Centro de Referência
Estadual em Álcool
e outras Drogas



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

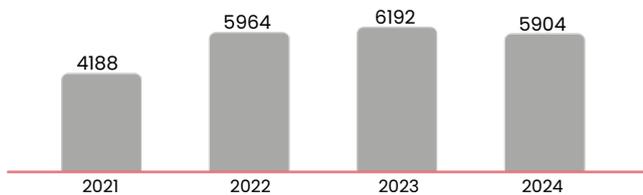
2.1.7 Políticas sobre drogas

REDE COMPLEMENTAR COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

O programa Rede Complementar oferece vagas para reabilitação de dependentes químicos em unidades de acolhimento voluntário, de caráter residencial transitório, no modelo conhecido como Comunidades Terapêuticas Acolhedoras, na forma descrita na Lei Brasileira de Tóxicos, n.º 11.343/2006. Atualmente, a rede conta com **41 instituições parceiras**, localizadas em diferentes municípios do estado, com cerca de **500 vagas**

mensais, totalizando uma disponibilização anual média de **6.000 vagas** de acolhimento, para o público masculino e feminino. Essas entidades do Terceiro Setor atuam de forma complementar às redes formais de saúde e assistência social, e estão previstas na Portaria 3088/2011, do Ministério da Saúde.

Gráfico 15 - Ensino Profissionalizante



Entre os anos de 2021 e 2024, o Programa Rede Complementar realizou :

22.248
atendimentos

LEILÕES

R\$ 14.356.613,09
ARRECADADOS

em leilões de **3.567 itens apreendidos em operações contra o tráfico de drogas** no quadriênio 2021–2024.

Até 2023, os leilões estavam sob responsabilidade da Supec.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.7 Políticas sobre drogas

O Centro de Referência Estadual em Álcool e Outras Drogas é uma política pública com 20 anos de existência, que consiste em um polo de implementação da política pública sobre drogas, com ações que vão desde atendimento a pessoas com dependência química e seus familiares, até iniciativas de articulação de redes intersetoriais de atenção, qualificação profissional, formação e pesquisa. Por meio de equipe técnica multidisciplinar e parcerias com universidades e instituições ligadas à temática, o Cread se estrutura a partir dos seguintes eixos de atuação:

1. **Atendimento ao público:** por meio de equipe técnica multidisciplinar o atendimento direto ao cidadão é realizado em diferentes etapas: acolhimento da demanda, triagem, encaminhamento e acompanhamento. O atendimento prestado ocorre tanto na modalidade individual quanto em grupos de mútua ajuda, contemplando usuários e famílias.

2. **Pesquisa:** promove e fomenta intercâmbio técnico para o desenvolvimento, planejamento e execução de pesquisas científicas que subsidiam ações da Política Pública sobre Drogas baseadas em evidências.

3. **Formação e capacitação:** promove a qualificação profissional dos gestores e profissionais de entidades públicas e privadas, visando ao desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, a atualização e o aperfeiçoamento de conhecimentos, para aprimorar técnicas e rotinas de atendimento aos usuários de drogas.

4. **Informação científica:** coleta dados e dissemina informação, promovendo orientação qualificada e o conhecimento científico referente à Política sobre Drogas, por meio da gestão do site do Sistema Mineiro de Informações sobre Drogas (SISMID), em conjunto com a Superintendência do Observatório de Segurança Pública (SOSP).

5. **Mobilização técnico-social:** articula, integra e mobiliza instituições públicas e privadas por meio de espaços coletivos de participação social.

6. **Assessoramento técnico:** fomenta a intersetorialidade da rede complementar por meio de suporte técnico e formação, com a finalidade de integrar os serviços públicos aos complementares, fortalecendo a transversalidade da Política sobre Drogas.

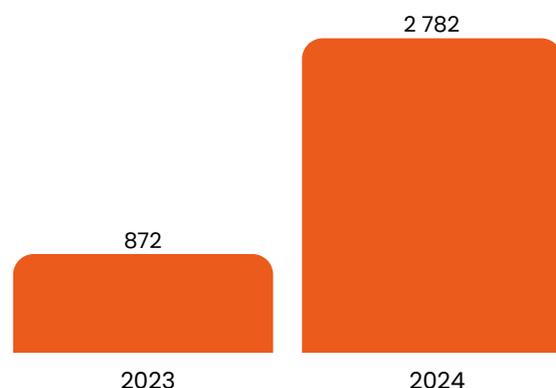
O Cread atualmente é operacionalizado por meio de parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais. O Centro de Referência possui uma única unidade, localizada em Belo Horizonte.

AUMENTO DE

+1.910

ATENDIMENTOS DE 2023 PARA 2024.

Gráfico 16 - Atendimentos



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.7 Políticas sobre drogas

ATENDIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE SUPORTE SOCIAL NA ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO NO EIXO PREVENÇÃO

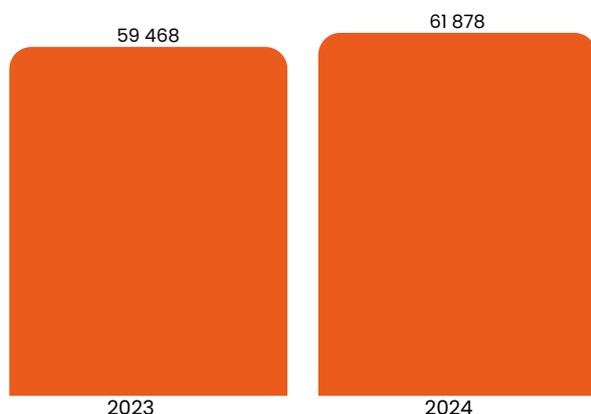
A Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico é um programa que, assim como o Cread, possui 20 anos de existência, e tem como destaque a sua execução ininterrupta. Estabelecido por meio do Decreto Estadual n.º 44.107, de 14 de setembro de 2005, o Programa Rede busca estabelecer uma rede de cooperação com entidades e grupos da sociedade civil que desenvolvam projetos na área de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas, objetivando integrar ações no estado de Minas Gerais.

Atualmente, a Supod possui 13 Termos de Colaboração vigentes com Organizações da Sociedade Civil, selecionadas por meio dos Editais Sedese nº 14/2021 e 01/2022, que tiveram por finalidade, no Eixo Prevenção, a seleção de Propostas Técnicas de Organizações da Sociedade Civil – OSC para a celebração de Termos de Colaboração para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco.

O objetivo é viabilizar a execução de ações de prevenção ao uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, nos níveis de abordagem universal e seletiva, para todas as faixas etárias.

Com uma média prevista de 400 participações ao mês, cabe à OSC realizar no mínimo cinco atividades semanais, assegurando pelo menos 20 participações em cada uma delas. Vale destacar que os atendimentos realizados por meio dos instrumentos ainda vigentes totalizam cerca de **5 mil atendimentos por mês** e, conseqüentemente, mais de **60 mil por ano**.

Gráfico 17 – Atendimentos



AUMENTO DE
+2.410
ATENDIMENTOS NO EIXO
PREVENÇÃO

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.7 Políticas sobre drogas

DESTAQUE – REDE COMPLEMENTAR COMUNIDADES TERAPÊUTICAS



No dia 28 de junho de 2024, o Estádio Independência, em Belo Horizonte, foi palco de um momento histórico: a final do I Campeonato Mineiro de Futebol das Comunidades Terapêuticas.

O campeonato contou com 22 equipes, formadas por cerca de 330 acolhidos em comunidades terapêuticas de diversas regiões de Minas Gerais, incluindo Zona da Mata, Norte de Minas, Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os jogos ofereceram uma experiência completa aos participantes, com vestiários, equipe de arbitragem e ambulância de prontidão, proporcionando um ambiente semelhante ao do futebol profissional.

Além da entrega dos troféus, houve discursos de autoridades e os jogadores assinaram uma bola do América Futebol Clube, anfitrião do estádio, que foi entregue ao governador Romeu Zema.



A subsecretária de Políticas sobre Drogas, Fabiane Oliveira, parabenizou as equipes e frisou a grandiosidade da competição. “Esse jogo marca a vida das comunidades terapêuticas e também a Supod. Sabemos como o esporte é um pilar importante em todas as fases de recuperação e de reabilitação de usuários e dependentes químicos”, disse.

Fonte: Sejusp MG

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

A POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Fica Vivo!

O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! atua na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas que registram maior concentração desse fenômeno.

O Fica Vivo! promove oficinas de esporte, cultura e arte; realiza projetos locais, de circulação e institucionais; faz atendimentos individuais dos jovens e promove atividades de participação social.

Além disso, articula junto à rede de proteção social os encaminhamentos de adolescentes e jovens.

No ano de 2021, o programa realizou 18.879 atendimentos. Já em 2024, o total de atendimentos deu um salto impressionante, passando para 123.690 atendimentos: um **aumento de 555,15% no número total de atendimentos**.

TOTAL DE
ATENDIMENTOS
EM 2021



18.879

TOTAL DE
ATENDIMENTOS
EM 2024



123.690

De janeiro a dezembro de 2023, houve redução de 9,4% no número de homicídios consumados nas áreas de abrangência das UPCs territoriais em comparação ao período de janeiro a dezembro de 2022, na faixa etária do Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos).



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Se Liga

O programa Se liga acompanha Egressos de Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação. O Se Liga é um dispositivo de acesso à cidade e à rede de proteção social, estabelecendo-se como um instrumento de construção no reencontro de seu público com a liberdade.

Trata-se de um programa de livre adesão, pelo qual o(a) egresso(a) das medidas de semi-liberdade e internação em Minas Gerais pode ser acompanhado(a) por até um ano.

Como acompanhamento, entende-se a dimensão dos atendimentos individuais; das ações co-

letivas e de conexão aos serviços; oportunidades de aprendizagem, profissionalização, cultura e lazer; quanto a articulação contínua com as redes de proteção, promovendo o acesso a direitos, contribuindo para a redução dos fatores de risco e ampliando os fatores de proteção.

O programa Se Liga tem demonstrado um crescimento significativo em seu alcance e impacto. Em 2021, foram registrados 512 atendimentos. Já em 2024, esse número saltou para 1.342. Isso representa um aumento expressivo de 162,11% no período.

**TOTAL DE
ATENDIMENTOS
EM 2021**



512

**TOTAL DE
ATENDIMENTOS
EM 2024**



1.342



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Presp

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) existe desde 2003 e tem como objetivo principal propiciar o acesso a direitos e promover condições para a inclusão social das pessoas que passaram pelo sistema prisional. Para isso, busca identificar e intervir nas vulnerabilidades e riscos sociais que perpassam a trajetória de vida daqueles que tiveram sua liberdade privada.

O programa realiza um acompanhamento qualificado do público atendido, possibilitando acesso a direitos sociais, assegurados na Lei de Execução Penal e na Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.

O PrEsp trabalha com a premissa da Segurança Cidadã, buscando contribuir para a diminuição da reincidência criminal e para a manutenção da vida em liberdade.

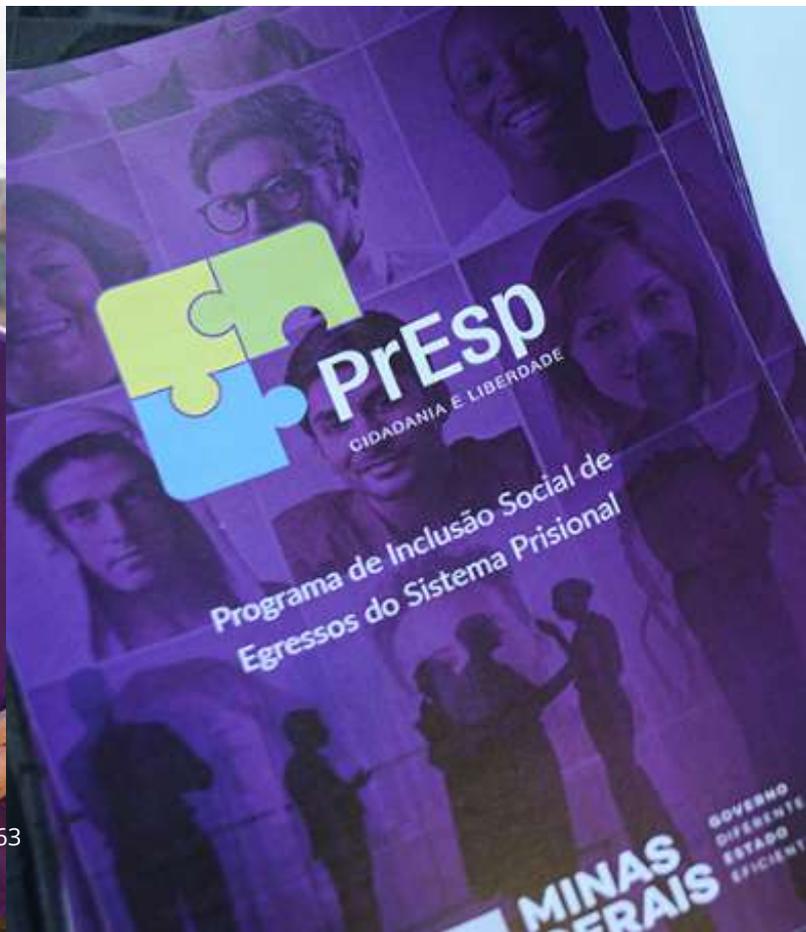
Entre 2021 e 2024, o total de atendimentos registrou um crescimento significativo, passando de 16.835 para 24.083 atendimentos. **Esse aumento representa uma variação de 43,12%.**

TOTAL DE EGRESSOS
ATENDIDOS
EM 2021

> 16.835

TOTAL DE EGRESSOS
ATENDIDOS
EM 2024

> 24.083



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

CEAPA

O programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa), criado em 2002, tem como objetivo geral contribuir para o fortalecimento e a consolidação das alternativas à prisão no estado de Minas Gerais, pautando ações de responsabilização com liberdade.

Os objetivos específicos do Programa envolvem o **aumento da confiabilidade dos atores do Sistema de Justiça Criminal na aplicação das alternativas penais** nos tipos penais cabíveis, a constituição de uma rede de instituições parceiras corresponsáveis pela efetiva execução dessas medidas e a elevação dos índices de cumprimento das penas alternativas. Também se busca qualificar e ampliar as possibilidades de cumprimento da prestação de serviços à comunidade, **promovendo a participação social e o protagonismo do cumpridor** em seu meio.

Além disso, o Programa visa desenvolver abordagens especializadas para determinados tipos penais, promover e consolidar projetos e práticas de Justiça Restaurativa e ampliar as possibilidades de intervenção em conflitos e violências por meio do acompanhamento de pessoas em cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão.

Entre 2021 e 2024, **o total de atendimentos praticamente duplicou**, passando de 40.417 para 87.512. Esse crescimento representa um aumento expressivo de 116,54%.

TOTAL DE ALTERNATIVAS PENAS MONITORADAS EM 2021 > 40.417

TOTAL DE ALTERNATIVAS PENAS MONITORADAS EM 2024 > 87.512



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Programa Mediação de Conflitos

Programa Mediação de Conflitos (PMC) faz parte da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade desde 2005 e está inserido em equipamentos públicos denominados Unidades de Prevenção à Criminalidade, que abrangem mais de 200 territórios. O Programa está presente em 11 municípios de Minas Gerais.

As equipes de analistas sociais do Programa, a partir de diversas técnicas, contribuem para o fortalecimento e a mobilização comunitária, incentivam o diálogo e o capital social, e facilitam o acesso a direitos. A intenção é **construir com os moradores uma segurança pública cidadã e promover meios pacíficos de resolução de conflitos**, a partir dos fundamentos da mediação comunitária, impactando na redução da violência letal.

O Programa possui diversas práticas de atendimento, que contribuem para o alcance dos objetivos traçados pela Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Em relação à violência contra a mulher, por exemplo, o PMC constrói estratégias de prevenção e proteção junto à mulher que demanda o atendimento, levando em consideração o contexto ao qual ela se insere, podendo intervir individualmente, a partir de orientações para acesso a direitos e encaminhamentos, por exemplo, ou coletivamente, ao realizar grupos que visem prevenir o fenômeno. O Programa também atua com a rede de proteção social, visando ao enfrentamento às violências.

Entre os anos de 2021 e 2024, o total de atendimentos mais do que dobrou, passando de 29.755 para 65.743. **Esse crescimento expressivo representa um aumento de 120,93%.**

TOTAL DE
ATENDIMENTOS
EM 2021



29.755

TOTAL DE
ATENDIMENTOS
EM 2024



65.743



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

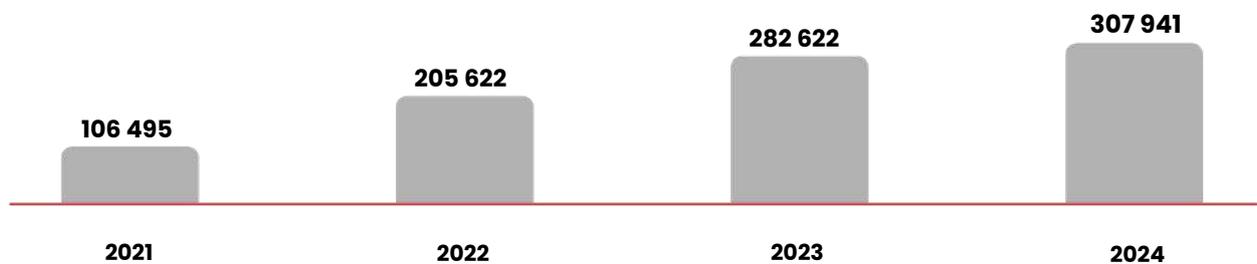
2.1.8 Prevenção social à criminalidade

PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Entre os anos de 2021 e 2024, os programas de prevenção coordenados pela Supec apresentaram um crescimento notável em seu volume de atendimentos. Em 2021, foram registrados 106.495 atendimentos, chegando a 307.941, em 2024. Houve um aumento de 201.446 atendimentos, o que representa uma **expansão de atendimentos de 189,14%** no período.

Esse aumento evidencia o fortalecimento da política pública de prevenção, a ampliação do acesso da população às iniciativas ofertadas e a consolidação da Supec como referência no enfrentamento das causas estruturais da violência.

Gráfico 18 – Número de atendimentos ao longo do quadriênio



189,14%

DE
AUMENTO



**NOS ATENDIMENTOS
ENTRE 2021 E 2024**



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

DUAS REIMPLANTAÇÕES DE UPCs

- Territorial Jardim Canaã — Uberlândia (programas Fica Vivo! e PMC)
- Municipal de Vespasiano (Programa Ceapa)

UMA NOVA IMPLANTAÇÃO DE UPC

- Territorial Bom Jardim — Ipatinga (programas Fica Vivo! e PMC)

2021

EXPANSÃO:
PREVENÇÃO À
CRIMINALIDADE
AMPLIA ATUAÇÃO NO
QUADRIÊNIO

CINCO REIMPLANTAÇÕES DE UPCs

- Territorial Rosaneves — Ribeirão das Neves (programas Fica Vivo! e PMC)
- Territorial Minas Caixa — BH (programas Fica Vivo! e PMC)
- Territorial Primeiro de Maio — BH (programas Fica Vivo@ e PMC)
- Territorial Jardim das Alterosas — Betim (programas Fica Vivo@ e PMC)
- Municipal de Araguari (Programa Ceapa)

2022

58

**Unidades de
Prevenção à
Criminalidade**
ativas ao final de
2024

QUATRO NOVAS UPCs IMPLANTADAS

- Regional Zona da Mata — Juiz de Fora (Programa Se Liga)
- Regional Risp 10 — Patos de Minas (Programa Selo Prevenção)
- Regional Projeto FUNEMP — Curvelo (programas Ceapa e PMC)
- Regional Projeto FUNEMP — Barbacena (programas Ceapa e PMC)

E mais: expansão do programa **PrEsp** para 4 UPCs já existentes com recursos do do Convênio Federal 891551/2019

**Ibirité
Divinópolis
Sete Lagoas
Vespasiano**

DUAS NOVAS UPCs IMPLANTADAS

- Regional Projeto FUNEMP — Pouso Alegre (programas Ceapa e PMC)
- Municipal de Varginha (Programa Ceapa)

2023

TRÊS NOVAS UPCs IMPLANTADAS

- Regional Risp 15 — Teófilo Otoni (Programa Selo Prevenção)
- Regional Triângulo — Uberlândia (Programa Se Liga)
- Territorial Estrela Dalva — Contagem (programas Fica Vivo e PMC)

2024



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

SAIU NA
MÍDIA!

AÇÕES QUE TRANSFORMAM VIDAS

PROTEJA MINAS

Em 2024, a Supec desenvolveu uma metodologia específica de programa para tratar da prevenção à violência contra a mulher. O trabalho realizado ao longo do ano resultou no lançamento, já em 2025, do Proteja Minas, cujo objetivo é abordar e trabalhar a prevenção desse tipo de crime contra mulheres e meninas. Atendimento direto, voltados para elas, são realizados por equipes multidisciplinares de psicólogos, assistentes sociais e profissionais do Direito.

PROJETO ALVORADA

Entre agosto de 2021 e março de 2022 a Supec, por meio do PrEsp, participou do Projeto Alvorada, uma iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) junto aos Institutos Federais de Educação, de promoção de qualificação profissional para egressos do sistema prisional. Foram 60 pessoas formadas em Montes Claros, Uberlândia e Belo Horizonte. A parceria foi renovada para, ao longo de 2025, ofertar mais 90 vagas para públicos também de outros programas de prevenção.



2.2

INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia

A modernização tecnológica foi uma das marcas mais evidentes desta gestão. Alinhada ao eixo estratégico de Inovação e Otimização da Gestão e das Políticas Públicas, a Sejusp MG investiu em soluções digitais e equipamentos que fortaleceram a capacidade de resposta das forças de segurança, aumentaram a eficiência administrativa e melhoraram a prestação de serviços ao cidadão.

O principal destaque do período foi a criação e implementação do **Emergência MG**, uma plataforma tecnológica que revolucionou a forma como os mineiros acionam os serviços de emergência. O sistema permite o envio de **fotos, vídeos, mensagens de texto e localização em tempo real diretamente para as centrais de atendimento da Polícia Militar, Bombeiros e demais órgãos**. Com atuação em todo o estado de Minas Gerais e alcançando mais de 20 milhões de pessoas, o serviço Emergência MG, coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), foi reconhecido com o Prêmio Inovação 2024 e o Selo de Transformação Digital e Inovação, em sua terceira edição, promovido pela Prodemge. A iniciativa se consolida como referência no uso da tecnologia a serviço da segurança.

O Emergência MG é uma iniciativa pioneira no Brasil, **lançada pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG) em dezembro de 2023**, com o objetivo de modernizar e ampliar o acesso da população aos serviços de segurança pública por meio da internet. Inicialmente, o sistema foi implantado como projeto-piloto na cidade de Lagoa Santa onde, durante 30 dias, foram realizados mais de 6,4 mil acionamentos, com tempo médio inferior a quatro minutos.

O Emergência MG é uma iniciativa pioneira no Brasil, **lançada pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG) em dezembro de 2023**, com o objetivo de modernizar e ampliar o acesso da população aos serviços de segurança pública por meio da internet. Inicialmente, o sistema foi implantado como projeto-piloto na cidade de Lagoa Santa onde, durante 30 dias, foram realizados mais de 6,4 mil acionamentos, com tempo médio inferior a quatro minutos.

O serviço permite o acionamento da Polícia Militar (190), Polícia Civil (197) e Corpo de Bombeiros Militar (193) por meio de chat, acessível pelo site **www.emergencia.mg.gov.br**, pelo aplicativo MGApp e pelo Telegram. Além disso, oferece funcionalidades como envio de fotos, compartilhamento de localização e realização de videochamadas, sendo também inclusivo para pessoas surdas, alfabetizadas em língua portuguesa.

Após o projeto-piloto, o Emergência MG passou por várias fases de expansão:

- Na primeira fase, expandiu-se para a Capital e outros oito municípios.
- Na terceira fase, mais 24 cidades foram incluídas.
- Na quarta fase, em junho de 2024, o serviço alcançou 61 municípios, beneficiando mais de 6 milhões de pessoas, o que representava 29% da população do estado.
- Na quinta fase, em outubro de 2024, mais 46 municípios foram adicionados, totalizando 107 cidades atendidas. A trajetória de expansão culminou, em 2025, com o atendimento da **totalidade** dos municípios mineiros.

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia

Além do Emergência MG, destaca-se a **Central de Bloqueio de Celulares de Minas Gerais (Cbloc)**, uma iniciativa pioneira com o objetivo de coibir o uso de celulares roubados, furtados ou utilizados em atividades criminosas. O serviço tem como principal função bloquear o IMEI de aparelhos celulares roubados ou furtados, impedindo seu uso na rede de telefonia e internet móvel.

Entre os anos de 2021 e 2024, a Cbloc registrou um total de 16.469 bloqueios de aparelhos celulares em Minas Gerais. Em 2021, foram realizados 6.058 bloqueios; em 2022, 4.182; em 2023, 3.204; e em 2024, 3.025. Esses números refletem a atuação contínua da Central como uma importante ferramenta de combate ao roubo e furto de celulares no estado ao longo do quadriênio.

	2021	2022	2023	2024	QUADRIÊNIO
SOLICITAÇÕES DE BLOQUEIO RECEBIDAS	10.554	7.831	7.473	5.003	30.861
IMEIS BLOQUEADOS	6.058	4.182	3.204	3.025	16.469



[veja o histórico do CBLOC](#)

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia

O Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), ampliou o acesso ao serviço de bloqueio de celulares roubados ou furtados, conhecido como Cbloc. Desde janeiro de 2024, os cidadãos podem solicitar o bloqueio de seus aparelhos também pelo **aplicativo MG APP**, além do site oficial. Em cinco anos, **mais de 39 mil aparelhos foram bloqueados** por meio da Cbloc. A iniciativa também permite que lojistas e transportadoras solicitem o bloqueio de cargas subtraídas, inibindo o roubo em massa de aparelhos. Essa ação reforça o compromisso do estado e da Integração no combate ao crime, utilizando a tecnologia como aliada na segurança pública e na proteção da população mineira.



> Perdeu o **celular** em um furto ou roubo?



Clique aqui e proteja dados pessoais que estavam no aparelho

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia

Além da implantação do Emergência MG e do CBLOC, a gestão promoveu grandes investimentos em tecnologia para a Sejusp MG:

- Aquisição de **2.472 computadores, 2.039 notebooks, 161 tablets, 1.137 webcams, 101 switches, além de 114 licenças de softwares**, distribuídos entre unidades prisionais, socioeducativas, de prevenção e administrativas.
- Uso de **sistemas digitais para videoconferências, audiências virtuais e registros eletrônicos**, garantindo a continuidade dos serviços durante e após a pandemia.
- Fortalecimento das **salas de inteligência**, com infraestrutura adequada para análise de dados e monitoramento de operações.

Esses investimentos não apenas modernizaram a estrutura da segurança pública mineira, como também otimizaram o trabalho diário das forças de segurança e garantiram maior agilidade no atendimento às ocorrências e demandas da população.

A gestão demonstrou, com esses avanços, que a tecnologia é uma aliada estratégica da segurança pública moderna — mais eficiente, integrada e próxima do cidadão.



Seja bem vindo à Central de Bloqueio de Celulares do Estado de Minas Gerais (**Cbloc**)

O que é Cbloc ?

Nesta plataforma você pode solicitar o bloqueio do seu aparelho celular roubado ou furtado de forma simples, rápida e segura.

O bloqueio impede que quem cometeu o crime possa ativar o aparelho para uso na rede de telefonia móvel. Além disso você exerce sua cidadania e contribui para a redução dos roubos e furtos de celulares em Minas Gerais. Com aparelhos inutilizados e sem possibilidade de ativação em nenhuma operadora, o dispositivo perde valor de mercado no mundo do crime.

A CBLOC também busca inibir o roubo de celulares que ainda não foram vendidos para os consumidores, à medida que lojistas e transportadores poderão bloquear aparelhos que foram subtraídos em crimes de roubo de carga, por exemplo.

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

AQUISIÇÕES DE VIATURAS, ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS

Durante o quadriênio, a gestão se dedicou a garantir a aquisição e renovação dos mais diversos materiais e equipamentos, além de mobiliário e frota, itens essenciais para a gestão da política de segurança pública.

Foram adquiridos e/ou entregues **mais de 4.000 computadores, 600 peças de mobiliário e 200 veículos, além de quase 5.000 armas e mais de 260 mil itens de segurança.** O detalhamento e distribuição destes itens são apresentados a seguir:

VIATURAS, AMBULÂNCIAS E VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS

Com recurso provenientes de diversas fontes, como emendas parlamentares, Fundo Penitenciário Nacional, convênios federais e Fundo Estadual de Saúde, além de recursos próprios do governo de Minas, foram adquiridos 203 veículos. Ano a ano, as compras se dividiram entre:

- 2021: total de 22 veículos, divididos entre 19 para uso administrativos, 1 viatura micro-ônibus e 2 viaturas tipo SUV com cela humanizada.
- 2022: 59 veículos, com 1 administrativo, 55 viaturas com cela, 1 furgão com cela e 1 caminhonete.
- 2023: foram 76 veículos, sendo 6 ambulâncias, 6 vans para transporte de passageiros, 2 viaturas para transporte de cães, 2 viaturas com cela humanizada, 34 viaturas básicas e 26 automóveis administrativos.



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

- 2024 – 46 automóveis, dos quais 10 viaturas com cela, 1 motocicleta, 1 furgão, 1 caminhonete, 1 viatura para transporte de cães, 2 vans para transporte de passageiros, 4 ambulâncias e 26 veículos administrativos.

Ainda em 2023, a Sejusp MG firmou contrato para prestação de serviços de **locação (mensal) de 80 veículos automotores**, sem motorista e sem combustível, tipo viatura (caminhonete pick-up cabine dupla), no valor total de R\$13.664.640,00.



MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

Em relação a itens de informática, durante o quadriênio, foram adquiridos 2.472 computadores de mesa, 2.039 notebooks, 114 licenças de software, 101 switches, 161 tablets e 1.137 webcams.

Também foram adquiridas novas mobílias para equipar as Assessorias Regionais e Setoriais de Informação e Inteligência. No total, foram investidos R\$574.680,55 em:

- 172 mesas para escritório
- 192 armários
- 250 cadeiras
- 19 fechaduras biométricas e
- 185 equipamento para inspeção/identificação



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

ARMAMENTOS, MUNIÇÃO E ITENS DE SEGURANÇA

Entre 2021 e 2024, foram **adquiridos** pela Sejusp MG:

- 96 carabinas 5,56
- 35 carabinas 9mm
- 65 fuzis 7,62
- 293 espingardas cal 12
- 3.943 pistolas 9mm
- 142 pistolas de imobilização

FORAM
INVESTIDOS



R\$ 38.220.266,95



em armamento, munição e itens de segurança (espargidores, coletes etc.) no quadriênio 2021-2024

Além das armas, a secretaria também investiu em equipamentos de proteção individual e coletiva e demais itens de segurança:

- 73 capacetes balísticos
- 9.835 coletes balísticos
- 30 pares de cotoveleiras
- 30 escudos antitotim
- 15 escudos balísticos
- 2.440 algemas
- 7.200 cadeados
- 27 cofres para armamento
- 459.000 munições
- 243.233 instrumentos de menor potencial ofensivo



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

Destaca-se entre as aquisições a entrega de **1.443 pistolas Glock** calibre 9 milímetros, modelo g17 – geração 5, em 2023, e o empenho de mais **1.000 unidades em 2024 para entrega em 2025, totalizando 2.443 pistolas Glock. Foram investidos mais de R\$ 5 milhões na compra das pistolas Glock** destinadas, prioritariamente, para

a cautela fixa de policiais penais que atuam no Grupo de Escolta Tática Prisional (Getap), no Comando de Operações Especiais (Cope), no Grupo de Intervenção Rápida (GIR), na Central de Escolta e Apoio Operacional (Ceaop) e em demais funções estratégicas nas unidades prisionais.

AQUISIÇÃO
DE



2.443

PISTOLAS
GLOCK



5 MILHÕES
INVESTIDOS

PRIMEIRA COMPRA INTERNACIONAL DE ARMAS

Em 2023, o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública realizou a entrega simbólica de 1.500 pistolas Beretta e dois fuzis para o Departamento Penitenciário. As pistolas da empresa *Fabbrica d'Armi Pietro Beretta* vieram diretamente da Itália.

A aquisição desse armamento foi financiada por duas fontes distintas: **1.386 pistolas** foram compradas com recursos próprios da Sejusp MG, enquanto **114 pistolas** restantes foram viabilizadas por meio de emendas parlamentares.



AQUISIÇÃO
DE



1.500

PISTOLAS
BERETTA



3,5 MILHÕES
INVESTIDOS

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

	2021	2022	2023	2024	Total
Armamento (carabina 5,56; carabina 9mm; fuzil 7,62; espingarda cal 12; pistola 9mm e pistola de imobilização)	R\$ 5.581.919,44	R\$ 3.530.758,88	R\$ 559.284,60	R\$ 2.244.610,00	R\$ 11.916.572,920
EPI e EPC (capacete balístico, colete balístico, cotoveleiras, escudo antimotim e escudo balístico)	R\$ 4.733.380,66	R\$ 6.435.971,30	R\$ 2.295.684,23	R\$ 2.861.182,34	R\$ 16.326.218,53
Munição e itens de segurança (algemas, cadeados, cofre para armamento, instrumentos de menor potencial ofensivo e munições)	R\$ 2.275.009,89	R\$ 4.216.323,05	R\$ 2.968.066,56	R\$ 518.076,00	R\$ 9.977.475,50

INVESTIMENTO R\$ 38.220.266,95



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.3 Economia para os cofres públicos

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Instituído por meio Decreto nº 43.846 de 2004 e gerido pela AAADM, o Programa Habitacional LARES GERAES – Segurança Pública tem como objetivo viabilizar a implantação de projetos habitacionais destinados a policiais militares, civis, bombeiros militares e dos agentes de segurança penitenciários do estado de Minas Gerais expostos a riscos por relação direta de suas atividades.

A princípio, 137 unidades habitacionais foram destinadas ao programa. Contudo, a baixa média de ocupação das moradias funcionais observada demonstrou a possibilidade de diminuição desse número que ocasionava um dispêndio financeiro desnecessário e a mobilização de muitos servidores.

Com a reformulação do programa pelo Decreto nº 48.699 de 2023, a operacionalização do programa passou a mobilizar apenas 21 dos 137 imóveis iniciais, o que anualmente representa uma economia média de R\$ 464.000,00.

Nessa toada, a alienação dos imóveis não mais empregados na gestão do Programa culminará no incremento de pelo menos R\$ 20.798,360,00 aos cofres públicos. Ressalta-se que esse montante refere-se, tão somente, ao valor venal dos imóveis, podendo ser acrescido quando da efetivação da comercialização dos referidos imóveis.



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.4 Índices SUASEPlan

Índices SUASEPlan

Os Índices SUASEPlan foram desenvolvidos com o objetivo de avaliar qualitativamente o atendimento prestado aos jovens e adolescentes nas Unidades Socioeducativas. Essa avaliação é realizada de forma simples e compreensível, facilitando o acompanhamento e a análise da qualidade do serviço oferecido.



Baseados nos eixos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), os Índices SUASEPlan são formados por um conjunto de indicadores que monitoram a execução, em nível micro, do atendimento pelas Unidades Socioeducativas.

A metodologia **SUASEPlan** é composta por **8 índices**:



Índice Atendimento Técnico



Índice Família



Índice Profissionalização



Índice Esporte e Cultura



Índice PIA Pactuado



Índice Segurança



Índice Saúde



Índice Ensino

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.5 Gestão da Central de Vagas e Gestão do Socioeducativo

O funcionamento da Central de Vagas tem como objetivo o fortalecimento e a racionalização da gestão de vagas no sistema socioeducativo. A iniciativa busca garantir a definição e a implementação de critérios objetivos para o ingresso de jovens e adolescentes nas Unidades Socioeducativas, bem como o estabelecimento de uma lista de espera estruturada. Dessa forma, assegura-se que os encaminhamentos não ultrapassem a capacidade projetada para as unidades, evitando cenários de superlotação e promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.

A implantação da Central de Vagas ocorreu em abril de 2022 e representou um avanço significativo na coordenação da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE).

Além de fortalecer a gestão das vagas de internação, a iniciativa também possibilitou a criação de um demonstrativo dinâmico, que apresenta um mapa atualizado das vagas disponíveis em todo o estado, aprimorando o monitoramento e a tomada de decisão.

No período de agosto de 2022 a dezembro de 2024, **foram registradas 6.775 solicitações atendidas para a disponibilização de vagas** e contabilizadas **1.231 solicitações atendidas para transferências entre unidades**, o que evidencia o papel crucial da Central de Vagas na organização e no funcionamento do sistema socioeducativo estadual.



CONQUISTAS E VALORIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

GRUPAMENTO DE AÇÃO RÁPIDA

O Grupamento de Ação Rápida (GAR) é responsável pelas primeiras intervenções em eventos críticos – como motins, rebeliões e outros – nas unidades onde jovens em conflito com a lei cumprem medidas socioeducativas. O grupo opera com 15 profissionais devidamente qualificados e conta com um protocolo de atuação próprio para apoiar as Unidades Socioeducativas em rotinas e escoltas.

O Grupamento de Ações Rápidas (GAR) foi instituído pela Resolução Sejus MG nº 228, de 14 de setembro de 2021, com a missão de reforçar a segurança socioeducativa.

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.5 Gestão da Central de Vagas e Gestão do Socioeducativo

PROJETO PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA

Em 2024, a Sejusp MG, por meio da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, assinou um contrato de gestão com o objetivo de **propiciar a prática de atividade física como suporte e orientação na formação dos jovens e adolescentes** em acautelamento provisório e em cumprimento de medida socioeducativa de internação nas unidades socioeducativas do estado geridas pela Administração Direta. A previsão de investimento na ação é de R\$5.478.243,44 e o contrato tem vigência de cinco anos, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

As unidades socioeducativas contempladas foram Centro de Internação Provisória Dom Bosco (CEIPDB), Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves (CSERN), Centro Socioeducativo Sete Lagoas (CSESL), Centro Socioeducativo de Divinópolis (CSED), Centro Socioeducativo de Governador Valadares (CSEGV), Centro Socioeducativo de Juiz de Fora (CSEJF), Centro Socioeducativo Montes Claros (CSEMC), Centro Socioeducativo Pirapora (CSEP), Centro Socioeducativo de Teófilo Otoni (CSETO), Centro Socioeducativo de Uberlândia (CSEUB) e Centro Socioeducativo Horto (CSEH).

PARCERIA PÚBLICO PRIVADA DO NOVO SOCIOEDUCATIVO

MINAS GERAIS: ESTADO PILOTO DO PAÍS

A PPP do Novo Socioeducativo prevê a construção, gestão e operação de duas novas unidades socioeducativas, com capacidade de 90 vagas masculinas, nas cidades mineiras de Betim e Santana do Paraíso.

Entre outras atividades, o parceiro privado a ser selecionado no processo será responsável por manter a infraestrutura adequada do centro e pela prestação de serviços aos jovens, como atendimento multidisciplinar, educação, formação profissional e ações para o fortalecimento de vínculos com a família e a comunidade. Todas as ações serão guiadas pelos padrões estabelecidos pela legislação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A avaliação ocorrerá constantemente por meio de indicadores de desempenho que impactarão diretamente na remuneração.

A iniciativa busca desenvolver um modelo inovador para construção, gestão e atendimento em centros socioeducativos, a ser implementado por meio de parceria público-privada. O projeto foi estruturado com o apoio técnico do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), visando qualificar o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, ampliando as chances de rompimento da trajetória infracional.

O processo licitatório para seleção do parceiro privado da PPP do Novo Socioeducativo está previsto para o ano de 2025.



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

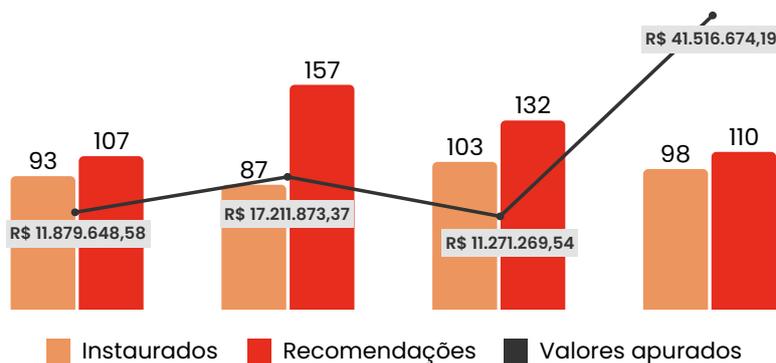
2.2.6 Tomada de contas e responsabilização

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO

A Assessoria de Acompanhamento Administrativo (AAADM) tem como competência promover as atividades de acompanhamento, monitoramento e supervisão de atos administrativos decorrentes das políticas públicas executadas no âmbito da Sejusp MG. A Comissão Processante Permanente (CPP), unidade vinculada à AAADM, tem como competência **conduzir, apurar e instruir, no âmbito da Sejusp MG, os procedimentos de tomada de contas especial, as sindicâncias, os inquéritos e os processos administrativos punitivos.**

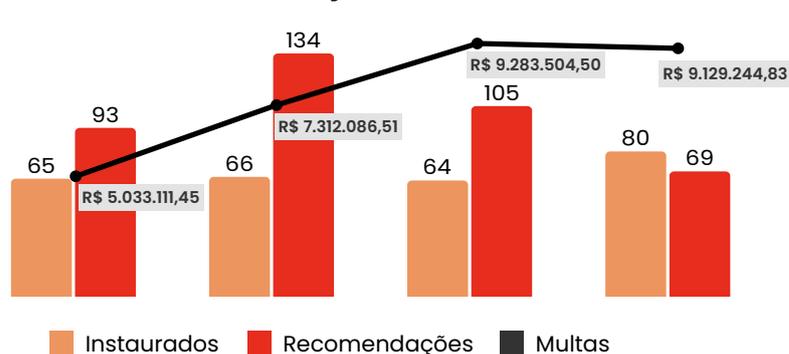
A Sejusp MG é a única Secretaria do estado com estrutura própria para atuar com tais atividades, em especial no que concerne os contratos com empresas de alimentação fornecedoras do Sistema Prisional. De 2021, início da atual gestão, até 2024, **os valores apurados anualmente cresceram 249,5%**. Comparado ao período anterior à gestão, o aumento foi de 2.318,6%, de R\$1.716.736,57, em 2019, para R\$41.516.674,19, em 2024.

Gráfico 19 - Processos e valores apurados pela CPP 2021-2024



Dentre os contratos de alimentação para o sistema prisional, área de atenção especial na gestão de riscos da Secretaria, os valores cobrados em multas somaram R\$ 30.757.947,29 entre 2021 e 2024.

Gráfico 20 - Processos e multas aplicadas pela CPP nos contratos de alimentação 2021-2024



2.3

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA



2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.1 Criação da Agência Central de Inteligência (ACGI)

A criação da Agência Central de Inteligência (ACGI), instituída por meio da Lei nº24.313/2023 e regulamentada pelo Decreto nº48.659/2023, representa um dos principais marcos da gestão contida no quadriênio 2021-2024 no campo da Gestão da Informação e Transparência, conforme estabelecido no Plano Estratégico da Sejusp MG. Trata-se de uma medida que estrutura, qualifica e coordena, de forma permanente, o uso estratégico da inteligência e da informação no âmbito da segurança pública de Minas Gerais.

A ACGI foi concebida como órgão central do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Seisp-MG), com a função de dirigir, coordenar e integrar o planejamento e a execução das atividades de inteligência e contrainteligência, respeitando as competências de cada instituição envolvida. Seu papel é fundamental para subsidiar a tomada de decisão qualificada por parte da Sejusp MG e dos demais órgãos de segurança pública, mediante a produção, análise, salvaguarda e difusão de informações estratégicas.

Ao consolidar o arranjo interinstitucional do sistema de inteligência no estado, a ACGI promove governança compartilhada, padronização de práticas e racionalização de esforços entre diferentes forças e órgãos públicos. Além disso, a Agência é responsável por elaborar o Plano de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais e a Doutrina Estadual de Inteligência, em parceria com as agências setoriais, promovendo coesão e visão sistêmica em torno da atividade de inteligência.

Entre suas atribuições, destacam-se: a representação do estado no Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin, no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública e nas demais instâncias de inteligência em âmbito estadual, nacional ou internacional, nos fóruns nacionais e internacionais de inteligência; o assessoramento direto ao Secretário de estado em temas de inteligência e contrainteligência; a coordenação de soluções tecnológicas aplicadas à coleta e análise de dados; e a execução de ações de segurança da informação voltadas à prevenção de ameaças internas e externas. A ACGI também conduz estudos e estatísticas de interesse da segurança pública, compartilhando dados de forma segura e oportuna com os integrantes do Seisp-MG.



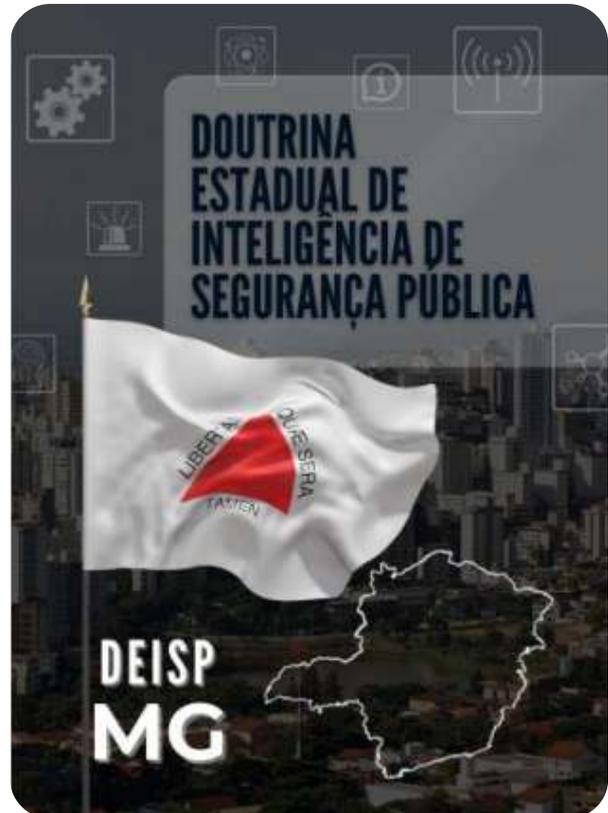
A
G
C
I

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.1 Criação da Agência Central de Inteligência (ACGI)

O impacto da criação da ACGI transcende a reorganização interna da Sejusp MG. Sua implantação fortalece o papel do estado de Minas Gerais como referência nacional na institucionalização da atividade de inteligência de segurança pública, em conformidade com os princípios da legalidade, proteção de dados e respeito aos direitos individuais. A Agência atua não apenas como produtora de informação, mas como indutora de uma nova cultura de decisão baseada em evidências, análise de risco e inteligência estratégica.

Ao instituir a ACGI, a gestão deu um passo decisivo para consolidar uma segurança pública moderna, orientada por dados, eficiente e articulada, reafirmando o compromisso da Sejusp MG com o uso ético e técnico da informação em favor da paz social, da prevenção à criminalidade e da proteção do cidadão mineiro.



CRIAÇÃO DA DOCTRINA ESTADUAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (DEISP/MG)

Após intenso trabalho do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública, o Seisp/MG, coordenado pela Agência Central de Inteligência da Sejusp MG, Minas Gerais passou a ser o segundo estado da federação a contar com uma doutrina própria de inteligência de segurança pública. Publicada em 11/10/2022, pela Resolução Conjunta Sejusp MG/PCMG/PMMG/CBMMG nº13/22, a Doutrina Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais (Deisp/MG) é um marco doutrinário da atividade de inteligência do estado de Minas Gerais e documento orientador das ações implementadas pela comunidade de inteligência de segurança pública em Minas Gerais.

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.2 Criação do Centro de Inteligência Cibernética (Ciberint)

A criação do Centro Integrado de Inteligência Cibernética (Ciberint) é um dos grandes feitos da gestão. Tendo seus atos preparatórios iniciados em 2024 e inaugurado em 20 de maio de 2025 pelo vice-governador Mateus Simões, o Ciberint representa um avanço estratégico e inovador no combate à violência escolar e aos crimes cibernéticos, colocando Minas Gerais na vanguarda da segurança pública no País.

A Sejusp MG apostou em tecnologia, inteligência e articulação institucional como pilares de uma política pública eficiente e proativa. O Ciberint materializa essa visão: trata-se de um laboratório moderno, instalado no Prédio Alterosas da Cidade Administrativa, equipado com tecnologia de ponta para o monitoramento de redes sociais, jogos on-line, deep web e dark web. A proposta é prevenir, neutralizar e reprimir ameaças de ataques a escolas e demais delitos no ambiente virtual.

A iniciativa foi reconhecida nacionalmente no primeiro semestre de 2023.

Fruto do trabalho conjunto da Agência Central de Inteligência (AGCI) e da Assessoria Estratégica, **o projeto foi apresentado ao Ministério da Justiça e concorreu com mais de 700 propostas de todo o Brasil, sendo selecionado em primeiro lugar e recebendo R\$ 3 milhões para sua estruturação.**

Esse reconhecimento não é casual, mas fruto de uma política articulada e fundamentada, que busca soluções reais para os desafios contemporâneos da segurança pública.

Além da função de monitoramento, o Ciberint também atuará como centro de pesquisa e difusão de denúncias, promovendo a integração entre as forças de segurança, o Ministério Público e outros órgãos parceiros. Desde 2023, Minas já desenvolve ações para coibir a violência nas escolas, mas a complexidade dos crimes digitais exigia um espaço especializado para análise de dados, coordenação de esforços e respostas rápidas — lacuna agora preenchida pelo Ciberint. Assim, o Centro é mais que uma obra de infraestrutura: é uma política pública que salva vidas, protege nossas escolas e fortalece o papel do estado na defesa da sociedade.



2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.2 Criação da Agência Central de Inteligência Socioeducativa

A criação da Agência Central de Inteligência Socioeducativa (ACIS), instituída pela Resolução Sejusp MG nº 211, de 24 de agosto de 2021, representa um marco na modernização da política socioeducativa no estado de Minas Gerais. Inserida no contexto da gestão ocorrida no quadriênio 2021-2024, a ACIS é uma iniciativa que reflete o compromisso com a racionalização dos processos decisórios, a proteção dos direitos fundamentais e, sobretudo, relacionada ao eixo estratégico de “Gestão da Informação e Transparência” previsto no Plano Estratégico Sejusp MG 2022-2026.

A vinculação da ACIS ao Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Seisp-MG) assegura sua integração com os demais órgãos da rede de segurança e inteligência, favorecendo o intercâmbio de informações sensíveis de maneira segura, ética e legal. Além disso, sua estrutura organizacional, composta por coordenação, gerências especializadas e núcleos nas unidades socioeducativas, permite capilaridade e agilidade no levantamento e na análise de dados operacionais, sociais e institucionais.

A criação da agência estimula uma cultura interna de valorização da informação como ferramenta estratégica, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas voltadas aos jovens e adolescentes em conflito com a lei. Sua finalidade é permitir uma atuação preventiva, qualificada e humanizada, promovendo segurança com base em evidências e respeitando os direitos individuais.

Ao fomentar a transparência, a rastreabilidade das informações e a *accountability* institucional, a criação da ACIS posiciona-se como uma medida exemplar de gestão estratégica da informação – eixo central do Plano Estratégico Sejusp MG 2022-2026 – e consolida o legado dessa gestão em favor da inovação, da responsabilidade e da modernização da segurança pública e da política socioeducativa em Minas Gerais.



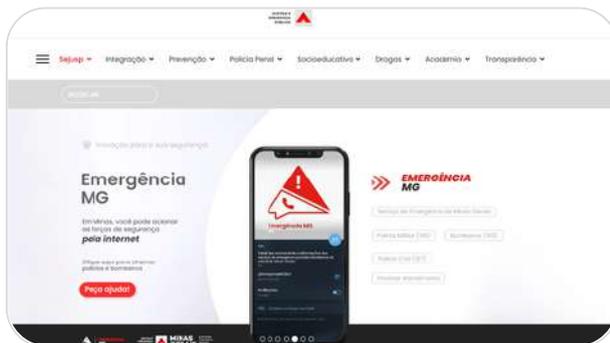
2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.3 Transparência

A transparência institucional é um dos pilares fundamentais da boa governança pública e da construção da confiança entre o estado e o cidadão. No âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG), a gestão promoveu avanços concretos nesse campo, alinhados diretamente ao eixo estratégico de Gestão da Informação e Transparência do Plano Estratégico 2022–2026.

Entre as principais ações desse eixo, destaca-se a reformulação completa do sítio eletrônico oficial da Sejusp MG — disponível em www.seguranca.mg.gov.br. A nova página foi concebida para cumprir a meta institucional de disponibilizar dados, informações e conhecimento sobre segurança pública de forma acessível, clara e responsiva à população mineira.

A reformulação não se limitou a aspectos estéticos ou técnicos: tratou-se de um esforço de reorganização da informação institucional com foco na usabilidade, na prestação de contas e no acesso universal à informação. De forma a complementar esta missão, a Sejusp MG ainda conta com o projeto estratégico “Transparência, Divulgação de Dados e Caderno de Indicadores” que, em breve, disponibilizará dados e indicadores detalhados, fidedignos e atualizados sobre a segurança pública em Minas Gerais — tudo em linguagem clara e com navegação facilitada. Além disso, o portal reúne seções específicas dedicadas à prestação de contas e integridade pública, como o acesso ao Portal da Transparência, à Carta de Serviços ao Cidadão, à Ouvidoria da Sejusp MG, aos relatórios de gestão e aos instrumentos de planejamento estratégico e orçamentário.



Sejusp  em foco



2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.3 Transparência

Também estão disponíveis informações sobre concursos, contratos, nomeações, remunerações e ações das unidades vinculadas, como a Polícia Penal, o sistema socioeducativo e as diretorias regionais.

Outro avanço relevante foi o desenvolvimento e uso sistemático do Caderno de Indicadores de Segurança Pública, instrumento técnico voltado à gestão interna, que subsidia a produção das informações compartilhadas com o público externo. Essa prática reforça o compromisso com uma informação qualificada, baseada em evidências e validada institucionalmente, em oposição à desinformação e à fragmentação de dados.

A reformulação do sítio digital da Sejusp MG representa, portanto, não apenas uma modernização tecnológica, mas um compromisso institucional com a transparência ativa, a *accountability* e o direito à informação. Ao facilitar o acesso da sociedade às informações públicas e aos resultados da política de segurança, a gestão contribui diretamente para o controle social, a participação cidadã e a cultura da legalidade.

Com essa iniciativa, a Sejusp MG se alinha às melhores práticas de governo aberto e reafirma seu papel como órgão gestor de dados públicos sensíveis, que compreende a informação não como um bem interno, mas como patrimônio público a serviço da democracia.



Acompanhe as nossas redes sociais e acesse os diversos conteúdos informativos da Sejusp



Instagram

Siga o nosso perfil no Instagram



YouTube

Inscra-se no nosso canal



Facebook

Acesse, comente e compartilhe

POLÍCIA PENAL



PARA CÍVIL

POLÍCIA MILITAR

MINAS GERAIS

Endereço

Edifício Minas
Rodovia Papa João Paulo II
B.: Serra Verde, nº4143 - BH / MG
CEP: 31630-900

Contato

Fale Conosco
Telefones Úteis

Ouvidoria-Geral do Estado

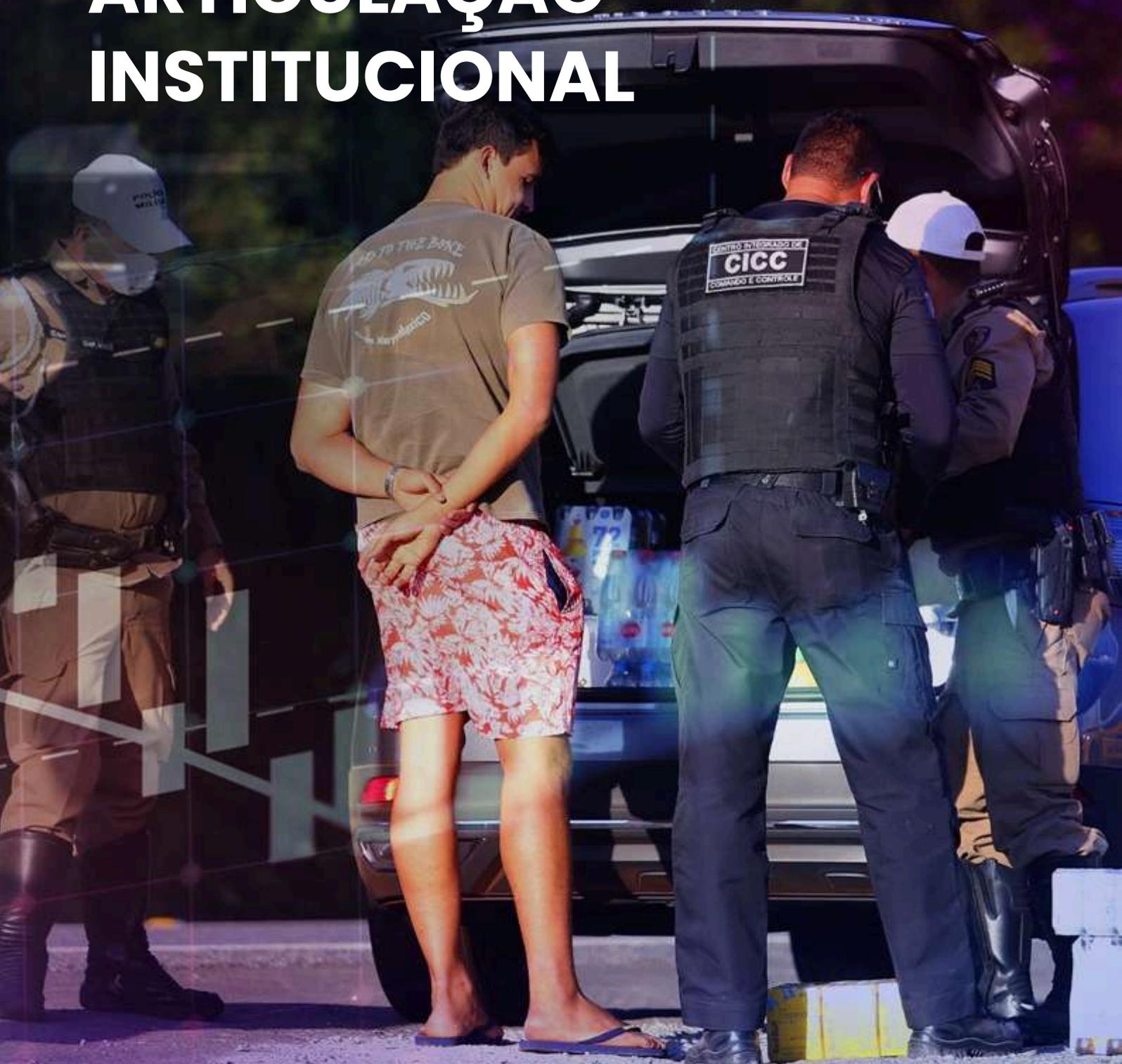
Legal

Política de Privacidade
Aspectos legais e responsabilidades
LGPD na Sejusp



2.4

FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

O Decreto nº48.659 atribui à Superintendência de Integração e Planejamento Operacional (Sipo), da Subsecretaria de Integração da Segurança Pública (Suint), a competência de propor e coordenar diretrizes e ações para integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social, com objetivo de reduzir a criminalidade, as contravenções, os atos infracionais e demais eventos de interesse da segurança pública e da defesa social. Para isso, a Sipo atua em conjunto com as forças, bem como entidades municipais, estaduais, federais e da área da justiça, em ações integradas buscando sempre elevar a eficiência da atuação.

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) funciona como o coração operacional da Segurança Pública de Minas Gerais, sendo coordenado pela Sejusp MG, por meio da Sipo, e

contando com a participação das forças de segurança mineiras e outras instituições de apoio. É um **modelo pioneiro no País de monitoramento, planejamento operacional, pronta-resposta e ação em grandes eventos** – tudo executado de um único lugar.

No local, trabalham lado a lado, de forma totalmente integrada, representantes da Sejusp MG, do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Exército Brasileiro, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Gabinete Militar do Governador/Coordenadoria de Estadual de Defesa Civil (GMG/CEDEC), entre outras forças e instituições que oferecem apoio quando necessário.

FORAM MAIS DE  **148** **OPERAÇÕES INTEGRADAS**  realizadas no quadriênio 2021-2024

PRINCIPAIS OPERAÇÕES INTEGRADAS REALIZADAS

2021:

Sou pela Vida, Dirijo sem Bebida; Fronteiras e Divisas Integradas; Operação Enem; Dia D da Operação Maria da Penha; Narco Brasil; Trigger VI – Interpol; Hoplon; Divisas Integradas.

2022:

Mar de Minas; ações Integradas em eventos; Blitz – Sou pela Vida, Dirijo sem Bebida; Enem e eleições; Maria da Penha; Narco Brasil; ações do Maio Amarelo.

2023:

Carnaval; Átria; Mar de Minas, Shamar; Salamina; Represa de Miranda/Uberlândia; Operação Mais Fortes que o Mal; Operação Virtude; Operação Apate.

2024: Hermes; Átria; Maio Amarelo; Operação COSUD; Operação Integrada para Proteção à Pessoa em Situação de Rua; Shamar; eleições e Enem, Operação Hagnos; Operação *Fluminis Custus*.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

RESULTADOS ALCANÇADOS NO QUADRIÊNIO

Tipos de apreensões	Quantitativo
Pessoas presas, apreendidas ou conduzidas	15.707
Armas de fogo	1.830
Drogas – em Kg (não são contabilizadas as apreensões em que não houve pesagem)	21.582

O **Centro Integrado de Comando e Controle Móvel** (CICC Móvel) é uma extensão do Centro Integrado de Comando e Controle e funciona como base integrada de operações e de monitoramento para as forças de segurança de Minas Gerais. Ele opera em carretas com tecnologia embarcada de alto nível, geralmente em grandes eventos ou grandes mobilizações policiais, especialmente as operações integradas.

O equipamento conta com câmeras de longo alcance, doze estações de trabalho e acesso à internet – ferramentas que auxiliam na tomada de decisões rápidas e estratégicas de segurança, além de garantir o acesso a diferentes sistemas de segurança.

Fonte: Sejusp MG



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE - CICC



INTEGRAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL



PMMG, PCMG, CBMMG, GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL



INTEGRAÇÃO NACIONAL
PF, PRF, EXÉRCITO, AERONÁUTICA E MARINHA



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

ESPECIFICAÇÃO DE TODAS AS OPERAÇÕES INTEGRADAS REALIZADAS ENTRE 2021 E 2024

Operações Integradas			
Ano	Mês	Número de operações	Operações no mês vigente
2021	Janeiro	2	Enem 2020 PPL Blitz Lei Seca
2021	Fevereiro	2	"Caminhos de Minas" I Blitz Lei Seca
2021	Março	2	"Caminhos de Minas" II TRIGGER VI – INTERPOL
2021	Maio	3	Divisas Integradas IV Blitz Lei Seca Parador 27
2021	Junho	2	Narco Brasil Acalento
2021	Julho	4	Petróleo Real Hoplon "Caminhos de Minas" III Blitz Lei Seca
2021	Agosto	2	Blitz - Sou pela vida dirijo sem bebida Dia D da Operação Maria da Penha
2021	Setembro	2	Blitz Lei Seca Fronteiras e Divisas Integradas I
2021	Outubro	2	Blitz Lei Seca Vetus
2021	Novembro	1	ENEM 2021
2022	Janeiro	1	Enem 2021 PPL
2022	Fevereiro	1	Resguardo 2022: Operação de Combate à Violência Contra a Mulher
2022	Março	1	Blitz Integrada Lei Seca - Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida"

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Operações Integradas			
Ano	Mês	Número de operações	Operações no mês vigente
2022	Abril	1	Blitz Integrada Lei Seca – Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida"
2022	Maio	7	Parador 27 Operação Blitz Integrada Lei Seca (x4) Samba Prime Divisas Integradas VI
2022	Junho	4	Ação integrada de segurança pública no evento Pedro Leopoldo Rodeio Show Ação integrada de segurança pública no evento Jubileu de Matozinhos Operação Blitz Integrada Lei Seca – Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida" Operação Narco Brasil
2022	Julho	3	Ação integrada de segurança pública no evento Julifest em Itabirito Blitz Lei Seca Arraial de Belo Horizonte
2022	Agosto	5	Ação integrada de segurança pública no evento "Aniversário de Matozinhos" Operação Divisas Integradas VII – Cerco Total Comício do candidato Lula Vetus Maria da Penha
2022	Setembro	4	Operação Mar de Minas Blitz Lei Seca Blitz Lei Seca Eleições 2022
2022	Outubro	1	Operação Blitz Integrada Lei Seca - Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida"
2022	Novembro	3	ENEM 2022 Operação Blitz Integrada Lei Seca - Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida" Parada LGBT
2023	Janeiro	1	Enem PPL 2022
2023	Fevereiro	4	Carnaval 2023 Blitz Educativa Mar de Minas II Operação Átria

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Operações Integradas			
Ano	Mês	Número de operações	Operações no mês vigente
2023	Março	2	Trigger IX Blitz Integrada Lei Seca
2023	Maio	9	Campanha Maio Amarelo 2023: "No trânsito, escolha a vida" Caminhos Seguros Blitz Lei Seca (x5) Muriaé/MG: "Fundação Faz a Festa" Juiz de Fora/MG: Eventos "Festa Country 2023" e Aniversário da Cidade
2023	Junho	2	Integrada Blitz Lei Seca Integrada no evento Pedro Leopoldo Rodeio Show
2023	Julho	2	24ª Parada do Orgulho LGBT+ Lendas do Galo
2023	Agosto	7	Arraial de Belô Blitz Integrada Lei Seca Virada Cultural de Belo Horizonte Aniversário de Matozinhos Operação Shamar Muriaé/MG: "Fundação Faz a Festa" Arena MRV — Atlético x Santos
2023	Setembro	6	Blitz Lei Seca (2x) Jubileu de Matozinhos CISP Confins Blitz Integrada Semana Nacional do Trânsito Arena MRV (Atlético X Cuiabá) Operação SALAMINA — Represa de Miranda/Uberlândia
2023	Outubro	7	Blitz Integrada Lei Seca Virtude Mais Fortes que o Mal Arena MRV: Atlético x Coritiba Fiscalização de Transporte de Passageiros — Aeroporto Internacional Confins Arena MRV: Atlético x Cruzeiro Arena MRV: Atlético x Fluminense
2023	Novembro	5	Arena MRV — Atlético x Fortaleza Enem 2023 Arena MRV — Atlético x Goiás Apate Blitz Lei Seca

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Operações Integradas			
Ano	Mês	Número de operações	Operações no mês vigente
2024	Janeiro	1	Carnaval 2024
2024	Fevereiro	4	1Blitz Educativa de Carnaval Hermes 47ª edição Banda Mole Mar de Minas III
2024	Março	5	Átria Abrolhos Blitz Lei Seca Concurso Público Unificado Mar de Minas III Arena MRV: Atlético x América Arena MRV: Atlético x Cruzeiro
2024	Abril	4	Arena MRV — Atlético x Cruzeiro Arena MRV — Atlético x Peñarol Blitz Lei Seca Operação para Proteção à Pessoa em Situação de Rua
2024	Maio	10	Caminhos Seguros Maio Amarelo Blitz Integradas Lei Seca (x4) Operação COSUD Operação Corote Reunião do G20 Operação para Proteção à Pessoa em Situação de Rua
2024	Junho	6	Pedro Leopoldo Rodeio Show: Arena MRV — Atlético X Palmeiras Blitz Lei Seca Arena MRV — Atlético X Fortaleza Waterfall II Operação para Proteção à Pessoa em Situação de Rua
2024	Julho	5	Arena MRV — Atlético e Flamengo Evento Arraial de Belo Horizonte Parada LGBTQIA+ Operação Integrada para Proteção à Pessoa em Situação de Rua Blitz Lei Seca
2024	Agosto	5	Operação Shamar Evento BH Stock Festival Aniversário da cidade de Matozinhos Operação Integrada para Proteção à Pessoa em Situação de Rua Evento Virada Cultural Belo Horizonte Blitz Lei Seca — Agosto
2024	Setembro	5	Festa do Jubileu na cidade de Matozinhos Operação Integrada para Proteção à Pessoa em Situação de Rua Blitz Lei Seca (x2) Semana Nacional de Trânsito
2024	Outubro	2	Operação Eleições 2024 Blitz Integrada Lei Seca
2024	Novembro	3	Enem 2024 Hagnos COSUD2
2024	Dezembro	1	Fluminis Custus

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Além das operações coordenadas pela Sipo, destacam-se aquelas resultantes das ações de inteligência sob coordenação da AGCI.

Operação Tabernus: combate à corrupção no sistema prisional de Minas Gerais

A operação policial deflagrada no dia 11 de junho de 2024 **preendeu 25 pessoas suspeitas de envolvimento em um esquema de corrupção no sistema prisional** de Minas Gerais. Entre os detidos estão 14 agentes públicos, incluindo 10 policiais penais, três servidores administrativos da Sejusp MG e um sargento do Exército Brasileiro. Além das prisões, seis servidores públicos foram afastados cautelarmente de suas funções.

A operação, chamada de "Tabernus", teve como foco a desarticulação de uma organização criminosa que atuava no Complexo Penitenciário de Juiz de Fora, facilitando a entrada de drogas, celulares e outros itens proibidos nas unidades prisionais. Ao todo, mandados foram cumpridos em oito cidades, incluindo municípios do Rio de Janeiro.

Os investigados responderão por crimes como corrupção ativa e passiva, tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Mais de R\$ 13 milhões em bens e valores foram bloqueados por decisão judicial.

Cerca de 300 agentes participaram da operação, que **foi coordenada pela Sejusp MG, por meio da Agência Central de Inteligência e do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG)**, em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado de Juiz de Fora (Gaeco/JF) e apoio de órgãos do Rio de Janeiro.

OPERAÇÃO TABERNUS

Considerada a maior operação de repressão à corrupção da história da Sejusp MG.

Fonte: [CNN Brasil](#)



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Penitenciária em Muriaé é alvo de operação especial contra o crime organizado em Minas Gerais

Em 15/04/2024, a Penitenciária Doutor Manoel Martins Lisboa Júnior, em Muriaé, foi alvo de uma operação especial contra o crime organizado em Minas Gerais. Foram realizados diversos procedimentos de segurança, inspeções manuais e revistas gerais em todas as celas que abrigam presos ligados a grupos criminosos. Após a vistoria meticulosa, foi confirmado que não havia nenhuma substância ilícita ou dispositivo eletrônico dentro dos pavilhões. No entanto, anotações suspeitas feitas pelos detentos foram encontradas pelos policiais penais e serão investigadas. A ação envolveu servidores da Superintendência de Informação de Inteligência do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), da Agência Central de Inteligência da Sejusp MG, do Comando de Operações Especiais (COPE) – grupamento especializado da Polícia Penal – e demais policiais penais da unidade. As anotações recolhidas foram encaminhadas ao Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado, parceria criada pela Sejusp MG e pela Polícia Civil para enfrentamento às facções criminosas atuantes em Minas Gerais.



Operação Calculus

Visando verificar a existência de um comércio clandestino de carvão vegetal proveniente de mata nativa, com potenciais danos ambientais, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), com informações iniciais do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Seisp/MG), deflagrou a Operação Calculus, em dezembro de 2024. Ao todo, foram cumpridos dez mandados de busca e apreensão em sete cidades do interior do estado.

As investigações, coordenadas pelo Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema), por meio da 1ª Delega-

cia Especializada, partiram de um relatório técnico contendo uma compilação de dados sobre o fluxo de transporte de carvão vegetal, enviado pelos órgãos que integram o Sistema Estadual de Inteligência e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, com informações da Diretoria de Inteligência e Ações Especiais da Semad, que destacam fraudes e irregularidades no sistema de controle ambiental. Durante a operação, foram arrecadados celulares e diversos documentos, bem como constatada a existência de locais fictícios que indicam empresas de fachada, abertas apenas para dar aparência de legalidade a operações irregulares.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Operação de prisão de indivíduos foragidos vinculados a organizações criminosas

Após levantamentos realizados pelo Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Seisp/MG), coordenado pela Agência Central de Inteligência da Sejusp MG, foram identificados indivíduos foragidos do Sistema de Justiça Criminal que possuam vinculação com grupos criminosos organizados.

Os dados foram compilados e difundidos entre as Forças de Segurança Pública em setembro de 2024 e em menos de quatro meses, mais de 300 prisões já haviam sido realizadas em Minas Gerais. A ação culminou, apenas em 2024, com a redução de 55% do número de indivíduos faccionados foragidos.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.2 Repressão à criminalidade organizada

GRUPO ESPECIAL DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO – GERCO

Com o objetivo de intensificar ações qualificadas de repressão à criminalidade organizada, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) e a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) firmaram cooperação técnica em 2024 para a criação do Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado.

A estratégia prevê a cooperação entre agências de inteligência, unidades investigativas e grupos operacionais das duas instituições para o enfrentamento às ações de facções criminosas e manifestações de grave ameaça à ordem e à segurança pública.

A instituição de um grupo especializado de organismos policiais constitui ferramenta nacional e internacionalmente aceita como efetiva para a contenção da criminalidade.

Dentre as ações exitosas já realizadas pelo Grupo, destacam-se a captura de diversos indivíduos foragidos do sistema de justiça criminal, a prisão de integrantes do Comando Vermelho que haviam fugido de unidades prisionais, além do monitoramento e desarticulação das lideranças criminosas no estado, com foco na prisão, isolamento e asfixiamento financeiro.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.3 Convivência pacífica nas escolas

CULTURA DE PAZ – PROJETO COM VIVER

Lançado em 3 de outubro de 2024, o Projeto COM VIVER é uma iniciativa da Sejus MG, por meio da Subsecretaria de Integração da Segurança Pública e da Academia Estadual de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e o Ministério Público de Minas Gerais. O projeto tem como objetivo **qualificar os profissionais da educação para atuarem de forma preventiva no enfrentamento à violência nas escolas**, com ênfase em aspectos pedagógicos e na promoção de um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e pacífico.

Inspirado na cultura de paz, o COM VIVER oferece cursos presenciais e a distância que abordam temas fundamentais relacionados à convivência e à segurança no ambiente escolar, como *bullying*, preconceito, comportamento extremo, antissemitismo, neonazismo e justiça restaurativa, entre outros. A estrutura do projeto é dividida em duas etapas complementares. A primeira consiste na formação presencial de pontos focais da área da educação, que são responsáveis por difundir o conhecimento adquirido em suas instituições de ensino. A segunda etapa ocorre por meio de uma plataforma virtual, na qual são disponibilizados conteúdos audiovisuais voltados à promoção da convivência escolar e à prevenção da violência nas escolas, com alcance em todo o estado de Minas Gerais.



Até o momento, **o projeto já capacitou 125 profissionais da educação na modalidade presencial e conta com quase 3.000 profissionais inscritos na plataforma de Educação a Distância (EAD)**, o que demonstra o amplo alcance e o expressivo interesse pela iniciativa. Além das instituições educacionais e órgãos governamentais, o COM VIVER conta com a colaboração de importantes instituições de segurança e da sociedade civil, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Federação Israelita de Minas Gerais e o StandWithUs Brasil. O corpo docente do projeto é formado por especialistas de renome, incluindo doutores em educação, psicólogos, promotores de justiça, pesquisadores em relações interpessoais, especialistas em inteligência e profissionais da área da segurança pública.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.4 Sistema Estadual de Inteligência

INTELIGÊNCIA INTEGRADA

O Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais (Seisp - MG), instituído pelo Decreto nº 47.797 de 2019, tem a finalidade de **coordenar e integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no âmbito do estado** e de subsidiar a Sejusp MG e os órgãos de Segurança Pública na tomada de decisões, mediante a produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da segurança pública, sempre respeitando as atividades de inteligência de cada instituição.

A sua composição inicial contava com a coordenação da então Superintendência de Inteligência e Integração da Informação (da antiga Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada a qual foi reestruturada a partir do Decreto nº 48.659 de 2023) e atual AGCI, além da participação das agências centrais de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e Polícia Penal de Minas Gerais.

Durante a atual gestão, foram admitidos os ingressos de outras seis instituições, fortalecendo a cooperação entre os diversos organismos de inteligência no estado: Agência Central de Inteligência Socioeducativa (SUASE), Gabinete de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (GSI/TJMG), Gabinete de Segurança e Inteligência do Ministério Público de Minas Gerais (GSI/MPMG), Gabinete de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (GSI/TJMMG), Superintendência de Inteligência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SINT/SEMAD) e do Gabinete Militar do Governador (GMG).



Integrados pela
segurança,
unidos pela
justiça

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

O Portfólio de Captação de Emendas Parlamentares é uma ferramenta estratégica desenvolvida para divulgar projetos e facilitar a captação de recursos para a segurança pública em Minas Gerais. Por meio dessa material, é possível apresentar de forma clara e acessível as iniciativas que necessitam de financiamento, além de evidenciar o impacto positivo que essas ações podem gerar nas diversas áreas da segurança pública.

Entre 2021 e 2024, foram captados **R\$44.978.039,24** por meio de emendas parlamentares destinadas à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG), alcançando-se a média de R\$ 11.244.509,81 por ano.

Esses recursos têm sido utilizados para **fortalecer diversas áreas da segurança pública**, promovendo impactos positivos tanto na atuação dos profissionais quanto nos beneficiários das políticas de segurança.



Hotsite - Portfólio

R\$ 44.978.039,24

foram captados por meio de emendas parlamentares no quadriênio.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

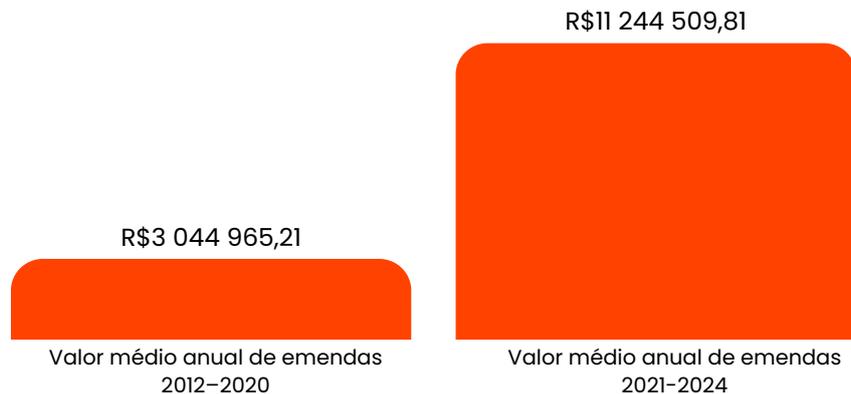
EMENDAS PARLAMENTARES – COMPARATIVO 2012–2020 E 2021–2024

No período de 2012 a 2020, abrangendo 9 anos, a média anual das emendas parlamentares indicadas foi de **R\$ 3.044.965,21***. Já no quadriênio de 2021 a 2024, ou seja, em 4 anos, **essa média subiu para R\$11.244.509,81**, representando um aumento absoluto de R\$8.199.544,60.

Esse crescimento equivale a um aumento percentual de aproximadamente **269,20% em relação à média anterior**.

*Valores nominais

Gráfico 21 – Emendas Parlamentares



O aumento da média de destinação de emendas parlamentares demonstra o inequívoco sucesso do Portfólio e do intenso trabalho da Sejusp MG junto aos deputados. Além disso, fica evidente o desejo dos próprios deputados de investir em projetos bem estruturados, com qualidade comprovada e execução praticamente integral.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

As emendas parlamentares têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da segurança pública em Minas Gerais. Entre as ações viabilizadas, destacam-se:

- **Aprimoramento do Sistema Prisional e material bélico:** investimentos em armamentos modernos, aquisição de veículos e equipamentos para unidades prisionais.
- **Capacitação profissional:** diversos cursos voltados à capacitação de egressos do sistema socioeducativo são ofertados, com destaque para os cursos de mecânica de motos e barbearia, que contribuem para a reintegração social e a redução da reincidência criminal.
- **Oficinas dos Programas Fica Vivo!:** iniciativas apoiadas por emendas parlamentares têm promovido atividades esportivas e culturais com foco na prevenção da criminalidade entre jovens, destacando-se por histórias inspiradoras de participantes que transformaram suas trajetórias ao ingressar em carreiras esportivas.
- **Modernização Tecnológica:** aquisição de aeronaves remotamente pilotadas (drones) e equipamentos de informática.
- **Modernização do GOC – Grupo de Operações com Cães:** aquisição de viaturas especializadas e aprimoramento das operações com cães treinados, fortalecendo a segurança nas unidades prisionais.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

EMENDAS PARLAMENTARES – CATEGORIZAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS ENTRE 2021–2024

1. Infraestrutura Prisional e Obras

- Implantação de usina fotovoltaica
- Projeto de captação de águas pluviais
- Construção de unidade multifuncional composta por salas e parlatórios
- Reformas e revitalizações de estruturas (pavilhões, presídios, quadras, canis, campo de futebol, centro de treinamento)
- Criação de unidades fabris (concertinas, telas, alambrados e mourões de concreto)

2. Equipamentos e Bens Permanentes

- Eletrodomésticos (geladeiras, fogões, micro-ondas, sanduicheiras, frigobar, bebedouros, ar-condicionado etc.)
- Mobiliário (roupeiros, camas, colchões, mesas, cadeiras)
- Equipamentos eletrônicos (TVs, CFTV, nobreaks, computadores, tablets etc.)
- Kit multimídia
- Materiais esportivos e instrumentos musicais
- Equipamentos industriais (cozinha industrial, lavanderia, horta, máquina de costura para fábrica de lençóis)
- Gerador de energia

3. Veículos

- Viaturas administrativas
- Caminhonetes humanizadas
- Viaturas com celas humanizadas
- Veículos para transporte de cães
- Veículos de passeio (5 lugares)
- Veículo para transporte de adolescente
- Vans (mínimo 15 lugares)
- Motos para atender a Guarda Municipal

4. Armamento e segurança

- Aquisição de glocks, pistolas, espingardas e carabinas
- Material bélico e projéteis
- Armamento para Guarda Municipal
- Kit armamento para RISPs

5. Telecomunicações e Tecnologia

- Modernização da Infraestrutura de telecomunicação de rádios
- Modernização das Unidades de Prevenção à Criminalidade por meio de aquisição de veículos e equipamentos de informática
- Aquisição de equipamentos, periféricos, acessórios e suprimentos de processamento de dados em geral
- Aeronaves Remotamente Pilotadas
- Nobreaks
- Aquisição de câmeras para monitoramento e segurança pública

6. Capacitação e qualificação

- Cursos profissionalizantes para jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, público LGBT, servidores etc.
- Atividades de educação e qualificação profissional
- Oficinas dos programas Fica Vivo!, Selo Prevenção Minas, Mediação de Conflitos
- Desenvolvimento de projeto-piloto de atendimento psicossocial e de saúde no trabalho para os agentes de segurança socioeducativos
- Projeto de atendimento psicossocial a servidores

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

7. Projetos sociais e de prevenção

- Aquisição de insumos e maquinário para o Projeto Liberdade em Ciclos
- Insumos para fabricação de armários
- Aquisição de bens permanentes e insumos para Fábrica de Lençóis
- Projeto Enfrentando Vulnerabilidades
- Prevenção à criminalidade – Programa Mediação de Conflitos, Selo Prevenção, Fica Vivo!
- Ações de Prevenção ao uso de drogas nas escolas
- Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade
- Horta comunitária
- Novo Som

8. Serviços e Materiais de Consumo

- Alimentos, gás, vestuário, higiene e limpeza
- Materiais de escritório e papelaria
- Passagens e despesas com locomoção

9. Bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho

- Kits de conforto para servidores
- Equipamentos para refeitórios
- Materiais para o Centro de Apoio Médico Pericial (CAMP)
- Contratação de profissionais multidisciplinares para compor quadro de funcionários da instituição assistencial plurividas
- Projeto de atendimento psicossocial a servidores

DESTAQUE DE EMENDAS – 2021



Cinco unidades prisionais receberam 63 armas longas, que irão contribuir para reforçar a segurança de presídios e penitenciárias do Depen-MG. São 28 espingardas calibre 12 modelo military 3.0 rt e 35 carabinas calibre 5.56 modelo ia2, totalizando 63 armas longas. As armas foram adquiridas por meio de verba da emenda parlamentar nº 73, no valor de R\$ 248.902,00. As unidades contempladas foram Presídio de Teófilo Otoni, Presídio de Ituiutaba I, Penitenciária de Uberaba I, Presídio de Sete Lagoas e Presídio de Ribeirão das Neves I.

AQUISIÇÃO DE



63

ARMAS
LONGAS



para as Unidades Prisionais, por meio da emenda Parlamentar nº 73

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

FONTES DE RECURSOS

R\$
107.967.037,61

DE RECURSOS DO TESOURO
INVESTIDOS

No quadriênio 2021–2024.

FUNDO PENITENCIÁRIO (FUNPEN)

2021: R\$ 8.251.567,28
2022: R\$ 5.364.199,70
2023: R\$ 6.407.547,56
2024: R\$ 6.407.547,56

EMENDAS PARLAMENTARES

2021: R\$ 6.160.991,67
2022: R\$ 10.858.417,41
2023: R\$ 18.641.632,55
2024: R\$ 9.316.997,61

CONVÊNIO ENTRE Sejusp MG E MJSP PARA INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA

R\$
5.682.757,64

Vigência: 19/12/2022 a 19/12/2024.

Convênio firmado entre a Sejusp MG e o MJSP com o objetivo de estruturar o Sistema Prisional por meio do aparelhamento da Inteligência Penitenciária, bem como capacitar os servidores que atuam na atividade de Inteligência Prisional.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Fundo Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais (FESP-MG), financiado por repasses obrigatórios do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), é um instrumento estratégico para o planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas de segurança no estado.

A habilitação ao FESP exige a formalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com apresentação de planos de ação alinhados aos eixos temáticos definidos pela legislação federal.

Entre 2021 e 2024, a **Sejusp MG habilitou-se para receber o montante total de R\$166.184.283,90**. Após deliberação conjunta com as demais forças

de Segurança Pública do estado, procedeu-se à divisão proporcional dos recursos, de modo a contemplar diversas áreas estratégicas da segurança pública.

Coube à Sejusp MG a execução financeira do valor de **R\$40.439.740,92, distribuídos em 19 ações planejadas no âmbito da Secretaria**, abrangendo eixos temáticos como Fortalecimento Institucional, Valorização dos Profissionais de Segurança, Segurança nas Escolas, Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Redução de Mortes Violentas Intencionais.

FESP: Valores de repasse 2021-2024

	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	Valorização do Profissional de Segurança Pública
2021	R\$ 6.993.412,01	R\$ 1.344.429,81
2022	R\$ 7.800.972,35	R\$ 1.736.819,16

	Redução de Mortes Violentas Intencionais	Enfretamento da Violência Contra a Mulher	Melhoria da Qualidade de Vida dos Profissionais da Segurança Pública	Segurança nas Escolas
2023	R\$ 7.946.068,89	R\$ 500.000,00	R\$ 882.462,38	R\$ 2.998.097,85
2024	R\$ 8.539.487,54	R\$ 583.742,72	R\$ 1.114.248,21	-

Fonte: BI FESP

Até o momento, aproximadamente **48% dos recursos planejados já foram empenhados**, permitindo a aquisição de equipamentos, materiais e a contratação de serviços essenciais ao fortalecimento das atividades finalísticas da pasta.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Um dos principais destaques da atual gestão é o conjunto de iniciativas conduzidas pela Superintendência de Integração e Planejamento Operacional (SIPO), que totalizam R\$18.651.146,86 em investimentos planejados com recursos do FESP-MG.

As ações possibilitaram a **reestruturação completa do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), com a atualização do videowall** – tecnologia essencial para o monitoramento em tempo real de ocorrências, eventos críticos e operações conjuntas.

Foi também estruturado o Centro Integrado de Comando e Controle Móvel (CICCM), a partir da aquisição de veículos especiais, soluções de software e hardware, mobiliário, sensores, materiais de segurança e serviços especializados (como internet móvel, engenharia, instalação e treinamento). Essa estrutura amplia a capacidade da Sejusp MG de atuar de forma integrada

em campo, especialmente em situações emergenciais ou em apoio a grandes operações. Foi também estruturado o Centro Integrado de Comando e Controle Móvel (CICCM), a partir da aquisição de veículos especiais, soluções de software e hardware, mobiliário, sensores, materiais de segurança e serviços especializados (como internet móvel, engenharia, instalação e treinamento). Essa estrutura amplia a capacidade da Sejusp MG de atuar de forma integrada em campo, especialmente em situações emergenciais ou em apoio a grandes operações.

Além disso, **modernizou-se o atendimento de emergências com a aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) e o Disque Denúncia Unificado (DDU)**, como headsets e itens de apoio ao teleatendimento, qualificando a prestação de serviço à população.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

As aquisições e contratações com recursos do Fesp, de acordo com cada eixo temático, ainda incluíram computadores e workstations, Kits Táticos para contrainteligência, aeronave remotamente pilotada, etilômetros, mobiliário de escritório e de refeitório, aparelhos de ar-condicionado, treinamentos, licenças para software e veículos.

Para além disso, a Secretaria potencializou a atividade de inteligência e contrainteligência de segurança pública no estado, com a aquisição de tecnologia avançada, com destaque para videowalls, além de um ambiente mais adequado de trabalho ao servidor.

Essas entregas refletem uma **gestão comprometida com a eficiência, a modernização e a integração dos sistemas de segurança pública**, promovendo maior capacidade de resposta e inteligência operacional.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

TERMO Nº 248/2024

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº248/2024 ENTRE EMG, TJMG, MPMG E DPMG

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 248/2024, celebrada no final do ano de 2024, representa um dos mais importantes feitos institucionais para a gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG). O instrumento, firmado entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Estado de Minas Gerais (EMG), no âmbito do Programa Justiça Minas Integrada, materializa uma ação coordenada de grande envergadura, voltada ao **enfrentamento de um dos maiores desafios estruturais da segurança pública: o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional**, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal por meio da ADPF 347.

O termo simboliza uma nova etapa na atuação do estado frente à execução penal, fundada na integração institucional, na corresponsabilização entre os Poderes e na busca de soluções estruturantes e sustentáveis. Trata-se de uma medida de planejamento, articulação e financiamento conjunto, que estabelece metas claras para enfrentar as deficiências históricas do sistema prisional mineiro, a partir da ampliação da capacidade de custódia, da melhoria das condições das unidades e da promoção de políticas de prevenção e reintegração social.

A cláusula primeira do termo define como objeto a **cooperação operacional, técnica, logística e financeira** entre os partícipes, com foco em seis grandes eixos: o enfrentamento da ADPF 347; a continuidade e qualificação da custódia; a ampliação do uso de medidas alternativas; a redução da superlotação com a geração de cerca de 5.800 novas vagas;

o fortalecimento das políticas de prevenção à criminalidade; e a consolidação da governança integrada do sistema de justiça criminal.

O documento estabelece um robusto plano de investimentos, com destaque para a reforma de 15 unidades prisionais, a construção de novas unidades de grande porte, a desativação de estruturas inadequadas herdadas de antigas cadeias públicas, a construção de uma cozinha central em Juiz de Fora, a inauguração de unidades de prevenção com os programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo!, a estruturação do atendimento à pessoa custodiada (APEC) em três polos regionais e a criação de uma unidade exclusiva para o combate à violência doméstica. O montante previsto é da ordem de R\$ 1,32 bilhão, sendo R\$ 444,5 milhões destinados a investimentos e R\$ 877,6 milhões a despesas de custeio, com previsão orçamentária para o exercício de 2025 e vinculação ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

A assinatura do termo consolida o protagonismo da gestão na articulação de soluções interinstitucionais robustas, voltadas à superação de um passivo estrutural e jurídico que há décadas afeta o sistema de justiça criminal. Ao liderar a construção deste acordo em conjunto com os Poderes Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, a Sejusp MG reafirmou sua vocação como órgão indutor de políticas públicas integradas, eficientes e constitucionalmente orientadas.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

TERMO Nº 248/2024

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº248/2024 ENTRE EMG, TJMG, MPMG E DPMG

Mais do que um compromisso formal, o Termo de Cooperação nº 248/2024 traduz uma mudança de paradigma: a compreensão de que o enfrentamento das mazelas do sistema prisional exige planejamento, pacto federativo, responsabilidade compartilhada e vontade política.

É, portanto, um legado que aponta para o futuro, construído sobre bases técnicas, jurídicas e éticas em prol da justiça, da dignidade e da segurança da população mineira.

O Termo de Cooperação nº248/2024 fora aprovado posteriormente, sob o aspecto de sua formalização, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que reconheceu seu caráter meritório, estando condizente com os objetivos estabelecidos para a melhoria do sistema prisional mineiro e alinhado com as determinações do Supremo Tribunal Federal, bem como convergente com as recomendações anteriores do próprio TCE-MG.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

NEGOCIAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS (PAP)

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PRISIONAL

A negociação dos Processos Administrativos Punitivos (PAP), no âmbito da Parceria Público-Privada (PPP) Prisional, resultou na celebração de um acordo formalizado na Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – COMPOR, do Ministério Público de Minas Gerais. O acordo foi firmado por meio do Termo de Autocomposição PD COMPOR nº 83/2022, assinado pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, pelo Advogado-Geral do Estado e pelos representantes da diretoria da GPA, concessionária responsável pela unidade prisional.

Termos Financeiros e Compromissos Acordados – PAP (Processos Administrativos Punitivos)

- Multas – PAP: ficou acordado o pagamento de 30% do valor nominal das multas aplicadas, totalizando R\$14.542.913,10, a serem quitados em 120 parcelas mensais, com início em janeiro de 2023, corrigidas monetariamente conforme índice pactuado.
- Ressarcimento ao erário – PAP: a concessionária se comprometeu a ressarcir os cofres públicos no montante de R\$912.429,91, em até 24 parcelas mensais, igualmente sujeitas à correção monetária.
- Desistência de ações judiciais: a GPA comprometeu-se a desistir de todas as ações judiciais em curso que estejam relacionadas aos temas abrangidos pelo acordo.
- Revisão do SMDD: foi ainda pactuada a revisão do Sistema de Mensuração de Desempenho (SMDD), com vistas à modernização dos critérios de avaliação contratual e aprimoramento da gestão da PPP prisional.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

MUTIRÕES JURÍDICOS

O Termo de Cooperação Técnica (TCT) entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) visa promover a assistência jurídica integral às pessoas privadas de liberdade no estado. No período de janeiro de 2022 a dezembro de 2024, foram 32.935 atendimentos de custodiados.



ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA A POLICIAIS PENAIS:

Com o objetivo de garantir atendimento gratuito da Defensoria Pública aos Policiais Penais, independentemente de renda, em processos que estes necessitem responder por fatos relacionados ao uso da força letal, no exercício da função.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

Com o município de Congonhas, que tem como objeto a realização da introdução musical de maneira educativa junto aos indivíduos privados de liberdade do Presídio de Congonhas. O intuito é auxiliar no processo de ressocialização e humanização dentro do sistema prisional.

32.935

Atendimentos realizados
(2022-2024)

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

DEFENSORIA E PREVENÇÃO

A partir de articulações da Sejusp MG junto à Defensoria foi possível estabelecer a aproximação dos Gestores Sociais das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade com os defensores, estabelecendo um diálogo próximo e uma parceria fortalecida nos territórios de atuação

DESTAQUES

- ▶ **2022:** Defensoria Itinerante com atendimento do público das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Montes Claros/MG nas áreas de Família e Criminal.
- ▶ **2023:** Mutirão "Meu documento" realizado pela DPMG, que teve como objetivo atender os moradores do Morro do Papagaio em Belo Horizonte/MG para promover a regularização de documento cível.
- ▶ **2024:** Primeiro encontro do projeto "A Defensoria vai até você", no Aglomerado da Serra, com esclarecimentos sobre questões familiares, cíveis e criminais, além de informações sobre as vantagens da resolução extrajudicial de conflitos.

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS

2021	>	4.168
2023	>	4.743
2022	>	4.394
2024	>	4.588
TOTAL	>	17.893



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

PROCAP

O **Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes** (PROCAP) é uma iniciativa do Governo Federal voltada à qualificação profissional de pessoas privadas de liberdade, por meio da implantação de oficinas e cursos em unidades prisionais e da oferta de atividades que favoreçam a reintegração social e produtiva desses indivíduos. A execução do PROCAP ocorre mediante a celebração de convênios entre o Governo Federal e os estados, permitindo o repasse de recursos e a cooperação técnica para a implantação das ações previstas.

Em Minas Gerais, a formalização desse convênio entre o Governo Federal e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) tem sido fundamental para promover a capacitação de indivíduos privados de liberdade (IPLs).

A parceria viabilizou a criação de oficinas permanentes e a oferta de cursos

profissionalizantes que ampliaram as oportunidades de formação e trabalho para os IPLs, contribuindo para sua ressocialização e redução da reincidência criminal, além de fortalecer a política estadual de execução penal com foco na dignidade e na efetividade das ações de reintegração.

Dentre as iniciativas contempladas no período de gestão, destacam-se:

- Oficina de telas, mourões e concertinas, na Penitenciária José Maria Alkimin.
- Oficinas de fabricação de fraldas e absorventes, instaladas nas unidades Penitenciária Professor Aluísio Ignácio de Oliveira, Presídio de Iturama, Presídio de Araxá e Presídio de Perdizes.
- Oficinas de fraldas, absorventes e vestuário íntimo, na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria.

PROCAP	Valor do repasse	Executado
Convênio PROCAP 915227/2021	R\$510.000,00	95%
Convênio PROCAP 932131/2022	R\$312.573,24	95%
Convênio PROCAP 940579/2023	R\$515.821,00	22%

Convênio PROCAP nº 940579/2023 tem vigência até dezembro de 2025. No período de 2024, não houve repasse de recursos pelo PROCAP.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

VIDEOAUDIÊNCIAS

O Convênio nº 918914/2021, celebrado com o objetivo de viabilizar a estruturação tecnológica necessária à realização de videoaudiências, contou com o repasse de **R\$ 3.749.197,49** para a Sejusp MG.

No âmbito deste convênio, foram adquiridos e distribuídos os seguintes equipamentos:

Equipamentos	Quantidade
Notebooks	588
Webcams	294
Câmeras IP	294
Câmeras de segurança tipo dome	294
Caixas de som	588
Fones de ouvido	610
Microfones	735
Total	3403

Esses investimentos possibilitam a modernização das unidades atendidas, ampliando a capacidade operacional e garantindo maior eficiência e segurança na realização das videoaudiências.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR

No âmbito das ações voltadas ao fortalecimento da política de atenção integral à saúde dos servidores, destaca-se a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Faculdade de Ciências Médicas. Formalizado em maio de 2023, esse acordo tem como objetivo ampliar a assistência à saúde, promovendo a qualificação e a expansão da rede de cuidados e tratamentos oferecidos aos servidores da Sejusp MG.

Além disso, a Secretaria firmou convênios com o Ministério da Justiça voltados à consolidação e ampliação da política de atenção à saúde, para implantação de novos Centros de Atenção Biopsicossocial. O primeiro convênio foi celebrado em 2019, e outros termos foram formalizados nos anos de 2020 e 2022, reforçando o compromisso

com a oferta de suporte integral aos profissionais. Também foram destinados recursos do Ministério da Justiça para a realização de campanhas de prevenção de agravos à saúde nos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2023.

Ademais, entre 2021 e 2024, a Sejusp MG promoveu uma série de seminários virtuais e webinários direcionados a gestores e servidores, com o propósito de fortalecer a capacitação e fomentar o compartilhamento de boas práticas voltadas à saúde física e mental. Ainda em 2024, foi firmado convênio junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, vinculado ao projeto Escuta SUSP, para divulgação das ações de atendimento psicológico online aos agentes de segurança pública, que conta com significativa adesão dos policiais penais do estado.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Parcerias interinstitucionais

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA

Os Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) são unidades de atendimento destinadas às pessoas presas em flagrante ou por cumprimento de mandado judicial, apresentadas na audiência de custódia.

São constituídos por uma equipe multiprofissional que realiza atendimentos pré e pós a audiência de custódia, fazendo indicações para apoiar a decisão judicial em assuntos como vulnerabilidade social ou de saúde, e proporcionando encaminhamentos para a rede de proteção social.

A qualificação e ampliação do número dos serviços APECs estão previstos no Plano Pena Justa, elaborado pelo CNJ e a União, como resposta ao julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 pelo STF. Em Minas Gerais, o Serviço APEC está em funcionamento em Belo Horizonte (desde 2023), Contagem e Uberlândia (desde 2024).

SELO PREVENÇÃO MINAS

Em 2023 e 2024, o Programa Selo Prevenção Minas certificou os primeiros municípios com o "Selo Prevenção Minas", atribuído aos municípios que completaram o ciclo do Programa.

Alfenas, Patos de Minas, Itabirito e São Gotardo receberam os certificados por terem construído Diagnósticos Municipais de Prevenção à Criminalidade, instituído Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade, desenvolvido Planos Municipais de Prevenção à Criminalidade, dentre outras ações metodológicas do Programa.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.6 Identidade institucional

A padronização e a adoção de uniformes oficiais para os servidores do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo representam medidas de grande importância, que transcendem aspectos meramente estéticos. Essas iniciativas fortalecem a identidade institucional, aprimoram a disciplina organizacional e projetam uma imagem de profissionalismo perante a sociedade.

No âmbito do sistema penitenciário, os uniformes são símbolos que reforçam a autoridade legal do policial penal, tornando a atuação mais segura e coerente com o dever de custódia e execução penal. O uso padronizado das vestimentas contribui para reduzir ambiguidades no ambiente prisional, permitindo que internos, visitantes e demais servidores reconheçam imediatamente a função de cada profissional, o que facilita a comunicação e previne situações de risco. Além disso, o uniforme transmite seriedade e respeito à função pública, fortalecendo a legitimidade do trabalho policial penal e a confiança social no sistema.

No sistema socioeducativo, a adoção de uniformes também exerce papel relevante. Agentes de segurança socioeducativos lidam diariamente com jovens e adolescentes em processo de responsabilização, em ambientes que exigem autoridade equilibrada com o compromisso pedagógico.

A padronização ajuda a estabelecer limites claros, organizando visualmente o ambiente institucional e sinalizando aos jovens e adolescentes que estão sob acompanhamento técnico e especializado. O uniforme, aliado à postura ética, contribui para a promoção de respeito mútuo e para a valorização da figura do servidor como referência de disciplina, orientação e cuidado. Outro aspecto relevante diz respeito à padronização dos materiais e da qualidade do vestuário. Ao estabelecer normas claras sobre os modelos, cores, insígnias e equipamentos, a administração pública garante que todos os servidores disponham de uniforme adequado, confortável e condizente com as exigências operacionais. Essa medida evita desigualdades no provimento de materiais, assegura identidade visual única em todo o território estadual e facilita processos de fiscalização e controle.

Por fim, é importante destacar que a implementação dos uniformes resulta de um processo planejado, que envolveu a escuta das categorias profissionais, a elaboração de regulamentos, etapas de consulta, votação participativa, aquisição transparente e distribuição organizada. Trata-se, portanto, de um feito de gestão pública, que alia legalidade, planejamento e compromisso com a valorização dos servidores, reforçando a credibilidade institucional e a eficiência do serviço prestado à população mineira.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.6 Identidade institucional: uniforme dos Agentes de Segurança Socioeducativo

O processo de lançamento e regulamentação dos uniformes dos agentes de segurança socioeducativos em Minas Gerais foi conduzido por etapas formais e planejadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), envolvendo a elaboração normativa e a participação institucional.

O **primeiro passo ocorreu em julho de 2021**, quando foi instituída a **Comissão de Uniforme e Identidade Institucional** (Resolução Sejusp MG nº175/2021), incumbida de elaborar a proposta do regulamento que definiria os modelos, características e padrões visuais dos uniformes. Essa comissão teve como objetivo garantir que o novo vestuário atendesse às demandas específicas do trabalho socioeducativo, promovendo segurança, padronização e identidade profissional.

Na sequência, após estudos técnicos e discussão sobre os critérios e especificações, foi publicada a **Resolução Sejusp MG nº 335, de 2 de dezembro de 2021**, que oficializou a regulamentação dos uniformes.

Essa norma estabeleceu os modelos de uso obrigatório, incluindo definições sobre peças, insígnias, cores, formas de identificação e condições gerais de uso.

Posteriormente, em 23 de agosto de 2022, ocorreu a atualização de parte das disposições originais, por meio da Resolução Sejusp MG nº660/2022, que revisou anexos da resolução anterior com ajustes de detalhes e orientações complementares. Essa atualização reforçou o compromisso da administração com o aperfeiçoamento constante das normas, contemplando aspectos técnicos e demandas identificadas após a regulamentação inicial.

Por fim, configurou-se a obrigatoriedade de uso de camiseta operacional preta contendo identificação profissional e tipo sanguíneo, com prazo estipulado para adequação. Essa determinação reforçou o caráter padronizado e funcional do uniforme como instrumento de organização do serviço, segurança individual e identificação institucional.



Dessa forma, o lançamento do uniforme dos agentes de segurança socioeducativos se consolidou como um processo gradual, fundamentado em estudo técnico, regulamentação clara e aprimoramentos sucessivos, assegurando transparência e qualidade à política de padronização visual da categoria.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.6 Identidade institucional: uniforme dos Policiais Penais

O processo de definição e adoção dos novos uniformes da Polícia Penal de Minas Gerais foi construído a partir de um conjunto de medidas organizadas, que envolveram participação dos servidores, estudos técnicos e procedimentos administrativos conduzidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG).

A primeira etapa ocorreu em abril de 2021, quando foi aberta uma consulta participativa para que os próprios policiais penais pudessem votar nos modelos de uniforme. A ação teve como objetivo valorizar a escuta da base, promovendo envolvimento direto da categoria na escolha das peças que representariam sua identidade funcional. Esse processo também incluiu agentes de segurança socioeducativos, considerando a necessidade de padronização nos dois sistemas.

A partir do resultado da votação, iniciou-se a fase de regulamentação e planejamento técnico, com

definição dos modelos oficiais que comporiam os trajes da Polícia Penal. Os uniformes foram divididos em categorias como operacional, administrativo, de educação física e de gala, cada um com finalidades específicas, alinhados às exigências das atividades desenvolvidas em diferentes contextos da segurança penitenciária.

A formalização dos padrões visuais incluiu também orientações sobre uso adequado, padronização de insígnias, brasões, nomes e identificação funcional, reforçando a imagem institucional da Polícia Penal.

A adoção dos novos uniformes foi efetivada, marcando o início da sua adoção oficial pelos servidores em todo o estado. A medida simbolizou o fortalecimento da identidade da Polícia Penal, recentemente institucionalizada como força autônoma dentro do sistema de segurança pública mineiro.

Todo esse processo evidenciou o compromisso da gestão com a valorização dos servidores, a padronização institucional e a transparência administrativa.

A construção dos novos uniformes da Polícia Penal se consolidou, assim, como **um marco de organização, participação e modernização da política penitenciária em Minas Gerais.**



2.5

VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.1 Capacitação de servidores

COMPROMISSO COM A CAPACITAÇÃO

Instituída formalmente a partir do Decreto Estadual nº48.659, de 28/07/2023, e ligada diretamente ao Secretário, a Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) concentra a competência de coordenar, planejar, supervisionar e executar as atividades de formação, capacitação e treinamento contínuo de seus servidores, comprovando como a Sejusp

MG prioriza o treinamento e capacitação dos seus servidores. Os cursos e treinamentos oferecidos pela AESP não se restringem apenas aos profissionais da Sejusp MG. A Academia é amplamente reconhecida por qualificar milhares de agentes de outras forças de segurança, tanto de Minas Gerais quanto de diversos estados do país.



MISSÃO

Formar e capacitar profissionais da Segurança Pública no âmbito da Sejusp, desenvolvendo competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) para o aprimoramento das atividades, visando uma atuação cada vez mais efetiva e em consonância com a ética, legalidade, transparência, eficiência e direitos humanos.



VISÃO

Tornar-se centro de excelência e referência nacional na formação de profissionais da área de segurança pública, a partir de avanços tecnológicos e inovações pedagógicas, sendo reconhecida pela qualidade do ensino e pelos resultados práticos alcançados junto aos profissionais capacitados.



VALORES

Ética. Transparência. Profissionalismo. Comprometimento. Inovação. Qualidade.

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.1 Capacitação de servidores

UM DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DESTA GESTÃO É A CAPACITAÇÃO DOS SEUS SERVIDORES

EM 2021 FORAM REALIZADAS	>	132 CAPACITAÇÕES	>	COM UM TOTAL DE	21.696
EM 2022 FORAM REALIZADAS	>	239 CAPACITAÇÕES	>	COM UM TOTAL DE	13.638
EM 2023 FORAM REALIZADAS	>	337 CAPACITAÇÕES	>	COM UM TOTAL DE	13.921
EM 2024 FORAM REALIZADAS	>	402 CAPACITAÇÕES	>	COM UM TOTAL DE	13.755

1.110 > **63.010**

CAPACITAÇÕES OFERTADAS

SERVIDORES CAPACITADOS*

*Foram capacitados servidores lotados em outros órgãos além da Sejusp MG e cada servidor pode ter concluído mais de uma capacitação.

CAPACITAÇÕES OPERACIONAIS

- ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR EM COMBATE — PROTOCOLO MARC-1
- GIR CANIL MULTIPLICADOR DE APH EM COMBATE CARABINA DE COMBATE
- PISTOLA DE COMBATE LOW LIGHT — OPERADOR** LOW LIGH —
- MULTIPLICADOR**

29.653

SERVIDORES CAPACITADOS* NO QUADRIÊNIO 2021-2024

**A Aesp/Sejusp MG é a única instituição pública no País a oferecer esses cursos, integrando instrução avançada com tiro real.

PRINCIPAIS CURSOS E EVENTOS

- I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL Sejusp MG DE ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS SINTÉTICAS
- SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DE COMBATE — PROTOCOLO MARC1
- ALINHAMENTO GIR/GETAP TREINAMENTO BODY SCAN CANIL (COCAC) RETENÇÃO E CONTRA RETENÇÃO

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.2 Centros biopsicossociais e valorização do servidor

CENTROS BIOPSIKOSSOCIAIS

UNIDADE	BELO HORIZONTE		MONTES CLAROS		UBERLÂNDIA		PATOS DE MINAS	
	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS
MODALIDADE								
QUANTITATIVO	36.396	3.742	1.610	216	3.047	447	2.460	216

UNIDADE	IPATINGA		JUIZ DE FORA		UBERABA		TOTAL
	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS	
MODALIDADE							50.647
QUANTITATIVO	272	47	477	268	1.258	191	

(*) O Centro Biopsicossocial de Belo Horizonte começou a funcionar em outubro de 2021, seguido pelo Centro Biopsicossocial de Montes Claros, que entrou em operação em junho de 2022. Em janeiro de 2023, iniciou suas atividades o Centro Biopsicossocial de Uberlândia,

e, em outubro de 2023, o Centro Biopsicossocial de Patos de Minas passou a funcionar. Já em 2024, o Centro Biopsicossocial de Juiz de Fora começou a operar em janeiro, o de Uberaba em abril e, por fim, o de Ipatinga, em junho do mesmo ano.

A partir de setembro de 2021, a Sejusp MG iniciou a entrega de uma das grandes metas dessa gestão. Os Documentos de Identificação Funcional dos profissionais de segurança pública da Sejusp MG, constando o porte de armas para os policiais penais, começou a ser expedido em atualização e substituição aos documentos anteriores das extintas Secretaria de Estado de Administração Prisional e Secretaria de

Estado de Segurança Pública. A força-tarefa criada para atender a demanda dos profissionais colocou em dia a expedição e entrega dos documentos, em conformidade com as normativas estabelecidas pelo Decreto Nº48.145, de 1º de março de 2021, publicado em 2 de março de 2021, e pela Resolução Sejusp MG Nº 79, de 10 de março de 2021, com publicação em 11 de março de 2021.

PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

MODALIDADE	PROGRESSÕES	PROMOÇÕES	PROBATÓRIO	TOTAL
QUANTITATIVO	29.204	8.417	710	38.331

IDENTIDADE FUNCIONAL

MODALIDADE	DIF DIGITAL	DIF FÍSICO	TOTAL
QUANTITATIVO	19.598	16.569	36.167

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.2 Centros biopsicossociais e valorização do servidor

NOVOS UNIFORMES

Em abril de 2021, foi aberta uma votação online para que os policiais penais e agentes de segurança e socioeducativos pudessem escolher os novos uniformes institucionais. A cerimônia de lançamento e assinatura da resolução que instituiu o novo fardamento da Polícia Penal ocorreu na Cidade Administrativa em 18 de abril de 2022. Para os Agentes de Segurança Socioeducativos foi publicada a Resolução Sejusp MG nº 335/2021, que regulamenta os modelos e o uso do uniforme. Já os profissionais das carreiras de Médicos da Área de Defesa Social, Analistas, Assistentes e Auxiliares Executivos de Defesa Social, em exercício nas unidades administrativas, prisionais e socioeducativas da Sejusp MG, de acordo com a Resolução nº 725/2023, passam a contar com uniformes próprios, escolhidos pelos servidores em votação, além de receber o abono vestimenta.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Aquisição de 64 conjuntos de equipamentos conforto. Cada kit é composto por um aparelho de ar-condicionado, uma geladeira, um forno de micro-ondas e um bebedouro. O recurso de R\$402,6 mil foi destinado por meio de verba da emenda parlamentar nº 971.

MODERNIZAÇÃO

ADMINISTRATIVA GOVERNANÇA

Em julho de 2023, o Decreto nº48.659 estabeleceu novas diretrizes para a gestão de pessoas na Sejusp MG, incluindo políticas de desenvolvimento profissional, qualidade de vida no trabalho e prevenção ao assédio moral e sexual.



2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.3 Concursos públicos e normatização de carreiras

TIVEMOS **TRÊS CONCURSOS PÚBLICOS** ORGANIZADOS NO QUADRIÊNIO

Agente de Segurança Socioeducativo, 270 vagas ofertadas e 270 candidatos nomeados.

Edital publicado no dia 05/08/2022.

Auxiliar Educacional, 211 vagas ofertadas e 360 candidatos nomeados.

Edital publicado no dia 24/12/2011.

Policial Penal, ofertou 2.420 vagas e nomeou 3.405 candidatos.

Edital elaborado e publicado em 05/08/22.

PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS

Agente de Segurança Socioeducativo

Edital Sejusp MG nº03/2022, publicado no dia 22/09/2022, com **oferta de 168 vagas.**

Policial Penal

Edital Sejusp MG nº02/2022, publicado no dia 02/08/2022, com oferta de 3.506 vagas.

Profissionais da Área Técnica:

- Edital de Chamamento Público Emergencial nº01/2021, publicado no Diário Oficial do Estado em 29/06/2021, com oferta de 347 vagas.
- Edital de Chamamento Público Emergencial nº02/2020, publicado no Diário Oficial do Estado em 10/07/2020, com oferta de 101 vagas.

- Edital de Processo Seletivo Simplificado – Sejusp MG nº 01/2022, publicado no Diário Oficial do Estado em 21/01/2022, com oferta de 49 vagas.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado – Sejusp MG nº 04/2022, publicado no dia 27/09/2022, com oferta de 25 vagas: Presídio de Paracatu/Penitenciária Jason Soares Albergaria e três núcleos da DAS.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado – Sejusp MG nº 01/2023, publicado em 07/03/2023, com oferta de 132 vagas.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado – Sejusp MG nº 02/2023, publicado em 23/09/2023, com oferta de 09 vagas.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado – Sejusp MG nº 01/2024, publicado no dia 07/12/2024, com oferta de 68 vagas.



3

RESULTADOS E IMPACTOS CONCRETOS



3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

RESULTADOS ALCANÇADOS

De acordo com os Indicadores de Segurança Pública de Minas Gerais de 2024, divulgados pelo **Observatório de Segurança Pública da Sejusp MG**, o estado de Minas apresentou uma queda significativa de **14,4%** nos **crimes violentos*** em

comparação a 2021. O total de ocorrências **caiu de 37.751**, em **2021**, para **32.321**, em **2024**, consolidando a tendência de redução e reforçando a eficácia das estratégias adotadas ao longo dos últimos anos.

2021

Em 2021, Minas Gerais fechou o ano com uma expressiva **redução de 20,30%** nos crimes violentos em comparação a 2020. Foram 37.751 ocorrências registradas de janeiro a dezembro, contra 47.369 no mesmo período do ano anterior – uma diferença de **9.618 casos**. A tendência de queda é ainda mais impressionante quando analisamos os anos anteriores. Em 2019, o estado contabilizou 69.947 crimes violentos. Já em 2018, esse número foi de 95.529.

Ou seja, comparado aos anos de 2019 e 2021, Minas conseguiu reduzir quase pela metade o índice de criminalidade violenta. Já em relação a 2018, a queda foi ainda mais significativa em comparação a 2021, atingindo 60,49% de redução, o que destaca os avanços na segurança pública e evidencia o impacto positivo das políticas adotadas.

2022

Minas Gerais manteve a tendência de **queda nos crimes violentos em 2022**. Em comparação com o ano de 2021, o número de crimes violentos caiu de 37.751, em 2021, para 36.525, em 2022. Essa queda representa uma **redução de 3,25%**, o que equivale a **1.226 ocorrências violentas a menos** em todo o estado ao longo do ano. Em relação a 2020, quando foram registrados 47.369 crimes

violentos, a queda comparada a 2022 foi de 22,89%, representando 10.842 ocorrências a menos. Já em relação a 2019, ano em que foram registrados 69.947 casos, a redução foi de 47,78%, o equivalente a 33.422 ocorrências a menos em todo o estado ao longo do ano.

Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais
Dados extraídos em 04/06/2025.

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

RESULTADOS ALCANÇADOS

2023

No ano de 2023 foram contabilizados 31.903 casos, representando uma **queda de 12,65%** em comparação aos 36.525 registrados em 2022. Comparado a 2021, **a queda foi de 15,49%**,

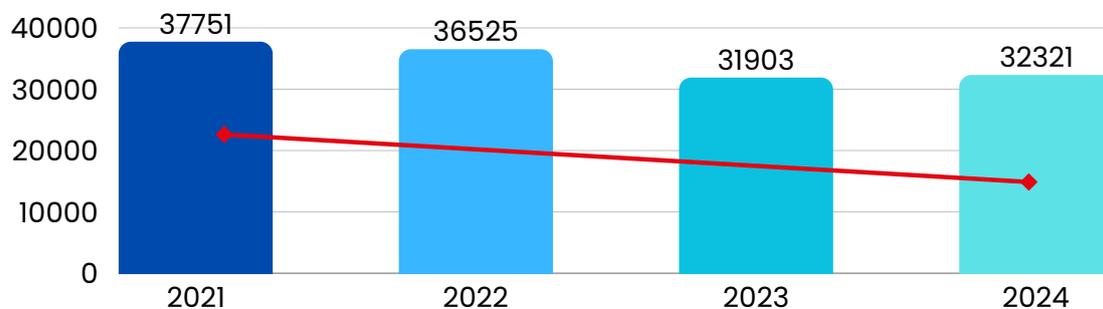
totalizando 5.848 ocorrências a menos. Em relação a 2020, houve uma redução de 32,65%, o que representa 15.466 ocorrências a menos em 2023.

2024

Em 2024, o estado registrou 32.321 ocorrências de crimes violentos, o que representa um leve aumento em relação a 2023, quando o número foi de 31.903 – uma diferença de apenas 418 registros. No entanto, comparado a 2022, quando foram registrados 36.525 crimes, houve uma **redução de 4.204 ocorrências**, ou seja, uma queda significativa de **11,5%**. Já em relação a 2021, com 37.751 ocorrências, o número de crimes violentos em relação a 2024 foi **5.430 a menos**, o que resulta em uma **diminuição de 14,4%**.

Esses resultados refletem o impacto positivo das estratégias adotadas pela gestão, que, ao longo do quadriênio, se empenhou em reforçar a segurança pública, com investimentos contínuos em tecnologia, integração das forças policiais e ações de prevenção. A gestão de Minas Gerais segue comprometida com o bem-estar da população, trabalhando para garantir um futuro mais seguro e protegido, mantendo a segurança como prioridade para a melhoria da qualidade de vida dos mineiros.

Gráfico 22 – Taxa de crimes violentos | Evolução do quadriênio



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais Dados extraídos em 04/06/2025.

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

RESULTADOS ALCANÇADOS

REGISTRO DE CRIMES VIOLENTOS*

QUEDA DE > **14,4%** > nas ocorrências entre 2021 e 2024

Redução de **5.430 ocorrências** em 2024 em relação a 2021

*O indicador de Crimes Violentos é composto pela soma dos registros dos seguintes crimes: estupro consumado, estupro de vulnerável consumado, estupro de vulnerável tentado, estupro tentado, extorsão consumada, extorsão tentada, extorsão mediante sequestro consumado, homicídio tentado, roubo consumado, roubo tentado, sequestro e cárcere privado consumado, sequestro e cárcere privado tentado e homicídio consumado.

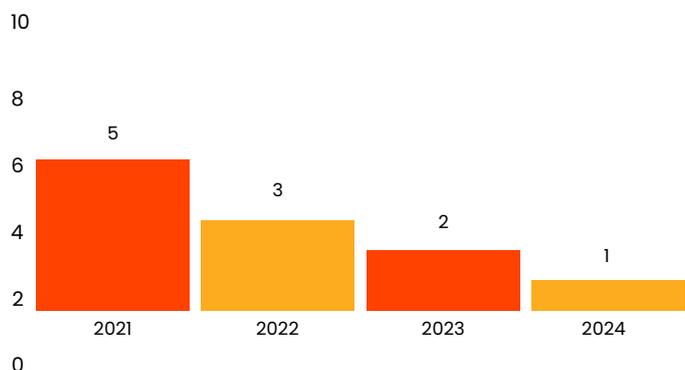
REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

CRIMES DE EXPLOSÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS

80% nas ocorrências entre 2021 a 2024

Apenas 1 ocorrência em 2024

Gráfico 23 – Números de crimes de explosão de caixas eletrônicos



Fonte : Observatório de Segurança Pública/Sejusp MG Dados extraídos em 04/06/2025.



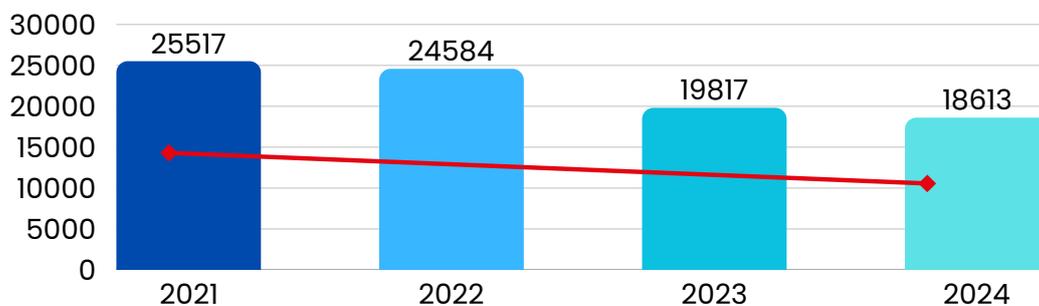
“Isso é resultado do comprometimento das nossas forças de segurança, empenhadas em combater os criminosos e garantir que Minas Gerais permaneça sendo um dos estados mais seguros do Brasil”, **destacou o vice-governador Mateus Simões.**

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

Entre 2021 e 2024, houve uma redução significativa nos **registros de roubo consumado em Minas Gerais**. A queda foi de 6.904 casos, o que representa uma diminuição percentual de aproximadamente **27,1%** no período analisado.

Comparando-se os anos de 2023 e 2024, verifica-se uma queda de 6,1%, confirmando a manutenção da tendência de queda, com 1.204 ocorrências a menos em apenas um ano.

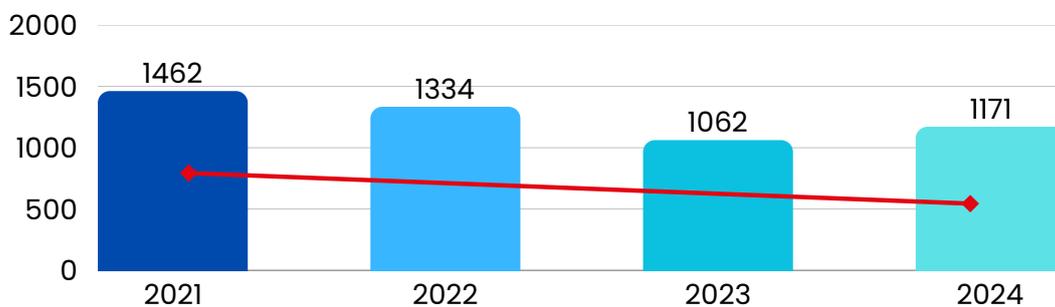
Gráfico 24 – Registros de roubo consumado por ano - MG



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais Dados extraídos em 04/06/2025.

Em relação aos roubos tentados, entre os anos de 2021 e 2024, Minas Gerais apresentou uma redução de 288 casos, o que corresponde a uma **queda de 19,7% nos registros de roubo tentado**, reforçando a tendência de queda nos indicadores criminais do estado.

Gráfico 25 – Registros de Roubo Tentado por Ano - MG



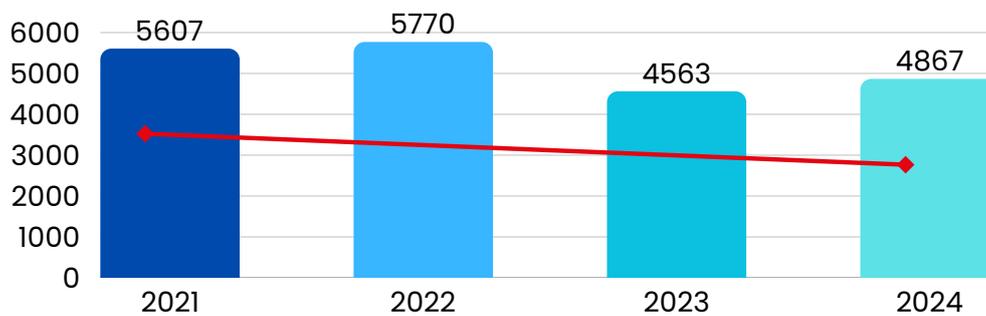
Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais Dados extraídos em 04/06/2025.

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

MINAS GERAIS – RESULTADOS ALCANÇADOS

No comparativo entre 2021 e 2024, Minas Gerais registrou uma **redução de 740 veículos roubados**, equivalente a uma queda de **13,2% no período**.

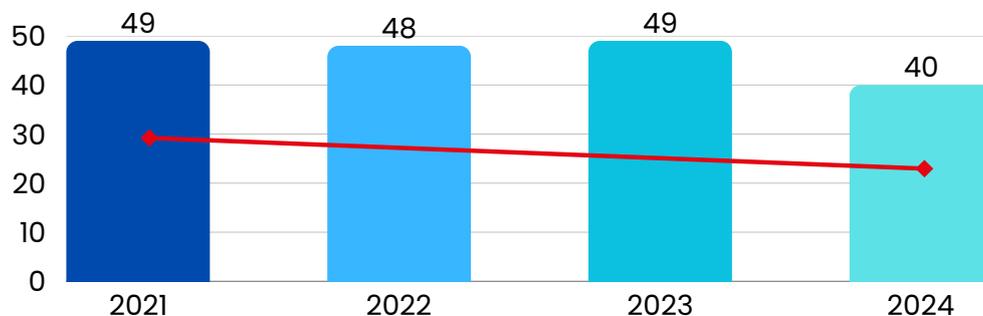
Gráfico 26 – Veículos Roubados por Ano – MG



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais
Dados extraídos em 04/06/2025.

Entre 2021 e 2024, Minas Gerais apresentou uma redução de nove casos em registros de extorsão mediante sequestro consumado, o que corresponde a uma diminuição percentual de aproximadamente **18,37%**.

Gráfico 27 – Extorsão mediante sequestro consumado por ano – MG



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais
Dados extraídos em 04/06/2025.

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

RESULTADOS ALCANÇADOS – REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIAS DAS UPCs



Em 2021, as áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) registraram uma expressiva **redução de 24,7% nos homicídios**, em comparação com o mesmo período de 2020. Na faixa etária do **Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos)**, **a diminuição foi de 14,9% no mesmo período.**

No ano seguinte, 2022, a redução dos homicídios nas áreas das UPCs foi de 2% em relação a 2021. Já na faixa etária do **Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos)**, **a queda foi ainda mais acentuada, alcançando 18,8%**, demonstrando a efetividade das ações voltadas para esse público.

Em 2023, comparado ao ano anterior, houve redução nos homicídios na faixa etária do **Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos) nas áreas de abrangência das UPC, desta vez de 9,4%**, reforçando a tendência de queda contínua da violência entre os jovens nessas regiões.



3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

CONFIABILIDADE DAS ESTATÍSTICAS

A Comissão de Verificação do Sistema de Registro de Eventos de Defesa Social (Reds) foi instituída por meio da Portaria nº08, de 23/04/2021, com a finalidade de verificar entradas no Reds e a redação de 510 registros elaborados na 11ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp), posteriormente encaminhados à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública para análise.

RESULTADO DA ANÁLISE DE

840

REDS:

Ausência de intencionalidade no erro ou manipulação de estatísticas criminais:

92,6% Natureza principal cadastrada de acordo com os fatos descritos no histórico

7,4% Distribuição homogênea entre as naturezas classificadas



3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

PROGRAMA PROCURA-SE

No ano de 2021, foi divulgada a **5ª edição** da lista "Procura-se", um programa da Sejusp MG, coordenado pela Agência Central de Inteligência e em parceria com as demais Forças de Segurança do estado e o Ministério Público, voltado à identificação e captura de foragidos da justiça considerados prioritários. Nesta edição, foram definidos **21 alvos** como foco das ações. Ao final do período, **14 desses alvos haviam sido capturados**, o que representa uma taxa de sucesso de **66,67%**.

Em agosto de 2023, foi lançada a **6ª edição**, na qual foram incluídos 12 criminosos considerados prioritários, todos com mandados de prisão em aberto e histórico de envolvimento em crimes graves, como homicídios, roubos e tráfico de drogas. Ao longo das ações, **9 alvos da lista foram neutralizados** (7 presos e 2 óbitos em confrontos), o que corresponde à **taxa de 75%**. Esse resultado reflete a efetividade das ações realizadas e o comprometimento das forças de segurança pública em promover a justiça e a segurança da população.

A seleção dos alvos foi realizada com base em deliberação técnica do Sistema Estadual de Inteligência em Segurança Pública, priorizando indivíduos com maior impacto para a segurança pública. Parte dos foragidos também tem ligação com crimes de alta complexidade, como explosões de caixas eletrônicos e assaltos a instituições bancárias e financeiras.

A atuação integrada dos órgãos de segurança pública — Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros, Sistema Socioeducativo, Ministério Público e Tribunal de Justiça — visa não apenas a prisão dos alvos, mas também inibir sua circulação por meio da ampla divulgação dos cartazes físicos e virtuais.

O "Procura-se" reafirma o compromisso do estado com a inteligência, integração e resposta rápida no combate à criminalidade, promovendo maior segurança à população mineira.



Denuncie. Disque 181.
O sigilo é absoluto. 



**ROBERTO CARLOS
PARANHOS**



**ROGERIO SOARES DE
OLIVEIRA**



**JACKSON DA CONCEICAO
DA SILVA**



**FELIPE AUGUSTO
RODRIGUES SILVA**

Fonte: Procura-se

3.2 RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES



Entre 2021 e 2025, a Sejusp MG foi reconhecida por diversas iniciativas que aprimoraram a gestão e a eficiência dos serviços públicos. Os principais prêmios e reconhecimentos recebidos no período incluem:

1. Prêmio Inovação 2024 e Selo de Transformação Digital

O serviço Emergência MG, coordenado pela Sejusp MG, foi agraciado com o Prêmio Inovação 2024 e o Selo de Transformação Digital, promovidos pela Prodemge. A plataforma permite o acionamento das forças de segurança via internet, beneficiando milhões de mineiros e promovendo inclusão digital, especialmente para pessoas com deficiência auditiva (fonte: seguranca.mg.gov.br).

2. Prêmio Mérito da Integração em Segurança Pública

Em novembro de 2024, a Sejusp MG realizou a cerimônia de entrega do Prêmio Mérito da Integração em Segurança Pública, homenageando 30 profissionais de diversas instituições que contribuíram com ações integradas de segurança pública e prestaram serviços relevantes ao estado e à população mineira (fonte: seguranca.mg.gov.br).

3. Prêmio Destaques do Controle Controladoria-Geral do Estado (CGE-MG)

A Sejusp MG foi reconhecida em várias modalidades do 5º Prêmio Destaques do Controle, promovido pela CGE-MG (fonte: cge.mg.gov.br):

- Na categoria “Governança e Controle”, modalidade “Agente público destaque nas unidades descentralizadas”, o servidor Ramon Diego de Carvalho, lotado na Controladoria Setorial da Sejusp MG, foi premiado (fonte: cge.mg.gov.br).
- Na modalidade “Controlador Destaque”, o vencedor foi o atual Controlador Setorial da Sejusp MG, Uriel Brandão de Rezende Alvim Segundo (fonte: cge.mg.gov.br).
- Na modalidade “Trabalho destaque”, a iniciativa vencedora foi o “Guia de Boas Práticas nas Mídias/Redes Sociais”, desenvolvida no âmbito da Controladoria Setorial da Sejusp MG (fonte: cge.mg.gov.br).

4. Ranking de Competitividade dos estados 2024

Minas Gerais alcançou a 7ª posição no Ranking de Competitividade dos Estados 2024, destacando-se em pilares como Segurança Pública, Eficiência da Máquina Pública e Inovação. A Sejusp MG contribuiu significativamente para esses resultados por meio da redução de crimes violentos e da modernização dos serviços de segurança (fonte: desenvolvimento.mg.gov.br).

3.2 RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

O serviço Emergência MG, coordenado pela Sejusp MG, foi **vencedor do Prêmio Inovação 2024 e da terceira edição do Selo de Transformação Digital e Inovação**, promovido pela Prodemge. Atualmente, todos os mais de 20 milhões de habitantes dos 853 municípios do estado já podem contar com o Emergência MG, serviço que permite acionar as Forças de Segurança e enviar fotos, vídeos e a localização.

A Secretaria também se destacou no **7º Prêmio Inova, em 2022, ganhando o primeiro e o segundo lugares na categoria Ideias Inovadoras Implementáveis**, com os projetos Família Presente e Liberdade em Ciclos, respectivamente.

Na categoria Iniciativas Implementadas de Sucesso – Inovação em Processos Organizacionais, foi conquistado o **segundo lugar com Módulo de Segurança Interna do e-SEG da PPMG**.



Como acessar?

 emergencia.mg.gov.br

 **MG App** (Play Store e App Store)

 **Telegram** (@EmergenciaMG)



3.2 RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

SAIU NA MÍDIA!

RECONHECIMENTO PPP do Prisional

Em 2024, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) de Minas Gerais recebeu a menção honrosa no Prêmio P3C | PPPs e Concessões, na categoria Melhor Gestão Pública de Projetos. O reconhecimento se deu pelo Acordo de Autocomposição, realizado entre a Sejusp MG/GPA, em relação à PPP Prisional. O Prêmio P3C é o principal evento multissetorial de PPPs e Concessões do País e tem por objetivo

reconhecer governos, entidades, empresas, melhores práticas e profissionais atuantes no setor de infraestrutura. A autocomposição representa uma alternativa aos mecanismos tradicionais para resolução de disputas em contratos administrativos. Assim, as partes buscam solução por meio da negociação, mediação e conciliação, com a ajuda de terceiros imparciais.



3.3 Resultados da Política de Saúde – PNAISP

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) é uma iniciativa do Ministério da Saúde, instituída pela Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Essa política visa garantir o acesso integral e equitativo das

pessoas privadas de liberdade aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecendo as unidades prisionais como pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Atualmente, o estado de Minas Gerais conta com:

102 > unidades prisionais credenciadas em

60,35% do total de unidades do estado

> **93** municípios aderidos à política

101 > unidades prisionais com equipes atuantes

59,76% do total de unidades do estado

- ▶ A portaria que regula a PNAISP prevê que o município faça a adesão à política.
- ▶ Incentivo: frente ao mínimo de 20%, houve a ampliação do aporte estadual para 40%, no caso da atenção primária básica e 50% para equipes de saúde mental.
- ▶ A grande adesão é resultado da sensibilização realizada pela Sejusp MG junto aos municípios.



3.4 ATENDIMENTOS DURANTE A PANDEMIA

ATENDIMENTOS VIRTUAIS GARANTIDOS DURANTE A PANDEMIA COVID-19

14.578 AUDIÊNCIAS VIRTUAIS > REALIZADAS ENTRE 2021-2022

100% DAS UNIDADES PRISIONAIS > foram equipadas com estrutura para realização de videoconferências

311.397 VISITAS REALIZADAS > No período de 2021 a 2024



VACINAÇÃO COVID-19 DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Durante o período da pandemia, até o dia 10 de março de 2022, foram aplicadas **91.333 doses da vacina contra a Covid-19** em pessoas custodiadas no sistema prisional. Deste total, 26.091 receberam a primeira dose, 22.096 a segunda dose, 31.236 foram imunizadas com dose única, e 11.910 receberam a terceira dose (reforço). Essa ação representou um esforço na proteção a saúde da população carcerária e contribuiu para o controle da pandemia dentro das unidades prisionais.



3.5 RESULTADOS NA SEGURANÇA INTERNA

A Segurança das Unidades Prisionais

✓ Minas Gerais não registra **nenhuma rebelião*** desde o ano de 2019.

*Rebelião: evento iniciado como motim em que há perda parcial ou total da área de segurança da Unidade Prisional, havendo ou não refém.

✓ No ano de 2024, foram registrados **3** eventos relativos a Motins*.

*Motim: evento coletivo de perturbação da rotina da Unidade Prisional, em que há adesão, proporcionalmente à população carcerária, de grande número de presos, bem como dano ao patrimônio público e uso de força desproporcional à rotineira.



Em comparação com o ano de 2020, observamos uma redução no número analisado, que passou de 5 para 3, em 2024. Essa diminuição representa uma **queda de 40%** ao longo do período de quatro anos.

3.5 RESULTADOS NA SEGURANÇA INTERNA

A Segurança das Unidades Prisionais

✓ RETIRADA DOS CIGARROS NAS UNIDADES PRISIONAIS

O protocolo de atuação para a retirada dos cigarros foi cuidadosamente planejado, sendo realizado de forma paulatina, objetivando minimizar eventuais impactos na segurança, bem como respeitando a legislação e os protocolos de saúde. As unidades de pequeno porte e os Centros de Remanejamento (CERESP) deveriam concluir a retirada até 31/07/2024, enquanto as unidades de médio e grande porte tinham o prazo até 31/08/2024.

No que tange aos registros de ocorrências, até a data da retirada total dos cigarros, houve três movimentos isolados de subversão à ordem nas unidades prisionais relacionadas ao consumo de cigarros, os quais foram prontamente contidos e não trouxeram impacto na rotina a nível estadual. Após a remoção completa, não foi registrado nenhum incidente de subversão semelhante, indicando a eficácia da medida em melhorar a segurança nas unidades.

Além das ações relacionadas à retirada dos cigarros, foram implementados projetos educacionais, como a distribuição de panfletos e palestras contra o tabagismo, em diversas unidades prisionais do estado.

Conclui-se que a retirada dos cigarros das unidades prisionais mineiras representa uma conquista tanto para a segurança quanto para a saúde do sistema penitenciário. A mudança foi fundamental para eliminar os riscos de subversões e comportamentos destrutivos relacionados ao tabaco e garantiu que as unidades carcerárias estivessem em conformidade com as leis nacionais e estaduais, além de proporcionar melhorias substanciais na qualidade de vida de todos os envolvidos.



3.6 RESULTADOS SUASEPLAN

No modelo de gestão direta, a Administração Pública é a responsável pela execução integral da medida socioeducativa, estabelecendo as diretrizes metodológicas, o monitoramento e

avaliação da execução da medida socioeducativa, garantindo a integralidade dos recursos humanos, insumos e equipamentos necessários ao funcionamento das unidades.

GESTÃO DIRETA					
	2021	2022	2023	2024	VARIAÇÃO (%)
ENSINO	71%	83%	89%	90%	▲ +19
ATENDIMENTO E OFICINAS DE SAÚDE	76%	73%	77%	84%	▲ +8
ATENDIMENTO TÉCNICO	53%	60%	61%	70%	▲ +17
ESPORTE E CULTURA	68%	75%	73%	75%	▲ +7
PROFISSIONALIZAÇÃO	45%	44%	57%	63%	▲ +18
FAMÍLIA	69%	76%	78%	74%	▲ +5
ÍNDICE PIA	66%	60%	59%	63%	▲ -3
MÉDIA	64%	67%	70%	74%	▲ +10

***Comparação entre os anos de 2021 e 2024.**



Evolução geral de

+10%

Índices SUASEPlan – Gestão Cogestão

Nesse modelo a gestão é realizada em parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, no qual a Administração Pública é a responsável pelas diretrizes metodológicas, pelo monitoramento e pela avaliação da medida socioeducativa, com descentralização da

execução para a entidade privada sem finalidade lucrativa. Obs: a cogestão das Casas de Semiliberdade em 2024 migrou do instrumento jurídico Termo de Colaboração para o Contrato de Gestão.

CONTRATO DE GESTÃO					
	2021	2022	2023	2024	VARIAÇÃO (%)
ENSINO	81%	90%	94%	95%	▲ +14
ATENDIMENTO E OFICINAS DE SAÚDE	90%	94%	94%	96%	▲ +6
ATENDIMENTO TÉCNICO	82%	93%	95%	95%	▲ +13
ESPORTE E CULTURA	77%	92%	94%	95%	▲ +18
PROFISSIONALIZAÇÃO	68%	86%	91%	93%	▲ +25
FAMÍLIA	79%	93%	97%	98%	▲ +19
ÍNDICE PIA	60%	78%	88%	96%	▲ +7
MÉDIA	77%	89%	93%	95%	▲ +18

***Comparação entre os anos de 2021 e 2024.**



Evolução geral de

+18%

3.6 RESULTADOS SUASEPLAN

Com a migração das Casas de Semiliberdade, em 2024, para o Contrato de Gestão, somente permaneceu a Frutal, como o único Termo de Colaboração restante na Suase.

TERMO DE COLABORAÇÃO					
	2021	2022	2023	2024	VARIAÇÃO (%)
ENSINO	90%	87%	91%	99%	▲ +9
ATENDIMENTO E OFICINAS DE SAÚDE	87%	88%	93%	99%	▲ +12
ATENDIMENTO TÉCNICO	89%	89%	90%	99%	▲ +10
ESPORTE E CULTURA	86%	90%	92%	99%	▲ +13
PROFISSIONALIZAÇÃO	85%	84%	93%	98%	▲ +13
FAMÍLIA	81%	89%	93%	99%	▲ +18
ÍNDICE PIA	88%	83%	88%	100%	▲ +12
MÉDIA	87%	87%	91%	99%	▲ +12

***Comparação entre os anos de 2021 e 2024.**



Evolução geral de

+12%



3.6 RESULTADOS SUASEPLAN

Entre os anos de 2021 e 2024, foram realizadas 4.651 audiências virtuais no âmbito do sistema socioeducativo, consolidando o uso da tecnologia como ferramenta de acesso à justiça e celeridade processual.

Durante esse período, todas as Unidades Socioeducativas do estado foram 100% equipadas com infraestrutura adequada para a realização de videoconferências, incluindo recursos de conectividade, equipamentos de áudio e vídeo, e espaços apropriados para

garantir a segurança, a privacidade e a dignidade dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida.

A ampliação e consolidação das audiências virtuais representam um avanço significativo na modernização do sistema socioeducativo, permitindo maior integração entre o Judiciário e as unidades, otimizando recursos logísticos e promovendo maior eficiência no andamento dos processos.



SEJUSP / Divulgação

AUDIÊNCIAS VIRTUAIS

4.651
AUDIÊNCIAS REALIZADAS
 *Entre 2021-2024.



100% das Unidades Socioeducativas foram equipadas com estrutura para realização de videoconferência.

3.7 DISQUE-DENÚNCIA UNIFICADO (DDU)

O Disque Denúncia Unificado de Minas Gerais tem se consolidado como um dos importantes instrumentos de participação cidadã e apoio à segurança pública no estado. Por meio do número **181**, temos garantido à população um

canal seguro, anônimo e acessível para denunciar práticas criminosas e colaborar com as forças de segurança de forma responsável e eficaz.

	2021	2022	2023	2024	QUADRIÊNIO
CHAMADAS ATENDIDAS	387.114	303.350	312.379	308.626	1.311.469
DENÚNCIAS GERADAS	68.083	62.815	79.704	79.190	289.792

Os números refletem essa confiança crescente da sociedade no serviço: somente no último quadriênio, entre 2021 e 2024, o DDU atendeu **mais de 1,3 milhão** de chamadas. Foram 387.114 registros em 2021, 303.350 em 2022, 312.379 em 2023 e 308.626 em 2024. Desse total, resultaram 68.083 denúncias formalmente geradas em 2021,

62.815 em 2022, 79.704 em 2023 e 79.190 em 2024 — somando no total 289.792 denúncias em quatro anos. Esses dados evidenciam não apenas a estabilidade e a relevância do canal, mas também a confiança da população na ferramenta e a efetividade do seu uso.



[veja o histórico do DDU](#)

3.8 CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO E DESPACHO (CIAD)

O Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) é uma unidade estratégica e inovadora, projetada para **otimizar as operações de segurança e emergência**. Em um único espaço físico e organizacional, o CIAD integra as forças essenciais de proteção e atendimento da nossa sociedade: a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. Centralizando as comunicações realizadas pelos números de emergência 190, 197 e 193, o CIAD proporciona um atendimento mais ágil e eficiente, garantindo respostas rápidas em momentos de urgência.

A excelência do CIAD é comprovada pelos números: em 2021, foram atendidas 4.089.557 demandas, com um nível de serviço de 94,78%.

Em 2022, o volume de atendimentos aumentou para 4.165.902, elevando o nível de serviço para 96,80%. O crescimento continuou em 2023, com 4.475.507 ligações atendidas e um impressionante índice de 98,06% de satisfação. Finalmente, em 2024, foram registradas 4.206.839 chamadas, mantendo a **consistência e a alta qualidade do serviço**. No total, no quadriênio 2021–2024, o CIAD atendeu **12.848.248 ligações**, com um nível médio de serviço de 97,14%.

Com uma trajetória de crescimento constante, o CIAD se consolida como referência em atendimento rápido, eficaz e de alta qualidade, sempre pronto para proteger e servir a população com o máximo de eficiência.

	2021	2022	2023	2024	QUADRIÊNIO
CHAMADAS ATENDIDAS	4.089.557	4.165.902	4.475.507	4.206.839	16.937.805
NÍVEL DE SERVIÇO*	94,78%	96,80%	98,06%	96,57%	96,55%

*O nível de serviço se refere ao percentual de ligações atendidas em até 10 segundos de aguardo do solicitante.

 [veja o histórico do CIAD](#)



4

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS



4. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

PRÓXIMOS PASSOS E CONTINUIDADE DOS TRABALHOS

Foram concluídas etapas importantes no cumprimento do Plano Estratégico da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a gestão segue comprometida com a realização das ações planejadas, assegurando a consolidação dos avanços já alcançados.

A atuação no enfrentamento à criminalidade permanece como prioridade junto às ações de prevenção, num trabalho integrado com as forças de segurança do estado e demais entidades da defesa social, com a participação ativa da sociedade civil.

Paralelamente, mantém-se os esforços de ressocialização e recuperação da dignidade da pessoa privada de liberdade. A oferta de ensino formal e atividades socioculturais, além da busca pela ampliação de oportunidades de trabalho, visam sempre a reintegração social.

As iniciativas voltadas à valorização dos servidores, com foco na capacitação e no desenvolvimento contínuo, mantêm-se como um dos eixos estratégicos junto ao cuidado com a saúde, atendimentos especializados, proteção contra assédio e campanhas informativas diversas.

A busca por recursos, essenciais para a realização da política de segurança pública, será mantida por meio de diversas iniciativas, com destaque ao portfólio de projetos para captação de recursos de emendas parlamentares.



4. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

PRÓXIMOS PASSOS E CONTINUIDADE DOS TRABALHOS

No Sistema Prisional, os esforços para ampliação do número de vagas e melhoria das já existentes, visando garantir condições adequadas para o cumprimento da pena e preparo para o regresso à vida em sociedade, seguem ininterruptamente. No âmbito do Sistema Socioeducativo, serão adotadas medidas para aumentar os índices de atendimento, assegurando maior efetividade nas ações voltadas aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas.

Os dados apresentados ao longo deste relatório quadrienal demonstram, inequivocamente, o aprimoramento das ações previstas no Plano Estratégico do órgão, evidenciando o compromisso de todos os níveis de gestão com o planejamento. Tais resultados não seriam alcançados com instrumentos estáticos de planejamento, mas, sim, tendo como premissa a adesão e o patrocínio do nível estratégico do

órgão e, portanto, sendo fruto de intenso trabalho de monitoramento, cobrança por resultados e auxílio aos diversos níveis de gestão. Como conclusão, têm-se os excelentes resultados qualitativos e quantitativos nas políticas públicas de competência da Sejusp MG, resultados estes, comprovados por meio deste Relatório Quadrienal 2021-2024.

As perspectivas futuras, ainda, se revelam muito positivas, na medida em que o órgão trilhou caminhos que permitem, frente os acordos e parcerias firmados, a dramática ampliação de recursos, incluindo recursos financeiros, para que haja os investimentos necessários ao aprimoramento de políticas basilares da Segurança Pública, o que, com a experiência e a capacidade de execução do órgão, calcados no planejamento sólido, consubstanciado no planejamento estratégico, permitirão resultados excepcionais.



5

RESOLUÇÕES



RESOLUÇÕES

Resolução Conjunta 1, de 26/12/2024

Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais e define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo a que se refere o Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020, que regulamenta o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 e a Resolução Conjunta COFIN/SEPLAG nº 01, de 24 de fevereiro de 2022. Resolução Conjunta 4, de 09/10/2024 Dispõe sobre a atuação interinstitucional para prevenção à violência escolar.

Resolução Conjunta 4, de 09/10/2024

Dispõe sobre a atuação interinstitucional para prevenção à violência escolar.

Resolução Conjunta 5, de 26/12/2024

Constitui Comissão para o cumprimento das ações educacionais da rede pública estadual dentro das unidades prisionais (convencionais, de custódias alternativas, transitórias, médico penais e de demais classificações) do estado de Minas Gerais.

Resolução 1807, de 04/10/2024

Dispõe sobre a composição dos membros representantes da sociedade civil no colegiado do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (Conead), disciplinado pelo Decreto nº 48.907, de 4 de outubro de 2024.

Resolução 1798, de 01/10/2024

Altera a Resolução Sejusp MG nº 1698, de 30 de novembro de 2023, que dispõe sobre a remoção de servidor público do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 1800, de 27/09/2024

Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias com Organizações da Sociedade Civil no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas. Resolução 1666, de 30/08/2024 Designa Encarregadas pelo Tratamento de Dados Pessoais na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução 1666, de 30/08/2024

Designa Encarregadas pelo Tratamento de Dados Pessoais na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Conjunta 10958, de 18/07/2024

Altera a Resolução Conjunta SEPLAG/PMMG/Sejusp MG/PCMG/CBMMG/GMG Nº 10.759, de 05 de junho de 2023, que institui o Comitê de Eficiência das Forças de Segurança no âmbito do Poder Executivo.

Resolução 1411, de 12/07/2024

Estabelece normas para o desenvolvimento de sistemas de informação no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, observando as legislações e boas práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Resolução 1271, de 21/06/2024

institui Grupo de Trabalho visando promover a implementação do disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e do Decreto Estadual nº 48.383, de 18 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação da referida Lei no âmbito da

Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Portaria 7, de 30/04/2024

Designa servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para vinculação às atividades de integração do estado de Minas Gerais com o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – SINESP.

Resolução 797, de 18/04/2024

Estabelece o Protocolo de Dimensionamento da Força de Trabalho como metodologia para o planejamento e gestão do quadro de servidores nas Unidades sob responsabilidade do Depen-MG e dá outras providências.

Portaria 6, de 03/04/2024

Institui o Protocolo de Atendimento e Acompanhamento aos Indivíduos Privados de Liberdade do Sistema Prisional de Minas Gerais nos Casos de Comportamento Suicida e dá outras providências.

Portaria 1, de 23/02/2024

Institui a Comissão de Conciliação, designa seus integrantes e o Agente Público de Referência, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Conjunta 2, de 18/12/2023

Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais e define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo a que se refere o Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020, que regulamenta o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 e a Resolução Conjunta COFIN/SEPLAG nº 01, de 24 de fevereiro de 2022.

Resolução 1773, de 15/12/2023

Cria o prêmio Mérito da Integração em Segurança Pública, institui o respectivo Conselho de Outorga, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, e dá outras providências.

Resolução 1677, de 28/11/2023

Dispõe sobre o uso de aparelho de “Body Scan” nos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução 1638, de 21/11/2023

Dispõe sobre a utilização do Sistema Painel SUASE como a plataforma de gestão de informações da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE.

Resolução 1624, de 16/11/2023

Dispõe sobre designação dos servidores responsáveis pelo monitoramento, manutenção e restabelecimento da regularidade fiscal, econômico-financeira e administrativa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP, do Fundo Estadual de Prevenção Fiscalização e Repressão de Entorpecente – FUNPREN, do Fundo Penitenciário Estadual – FUNPEN e do Fundo Estadual de Segurança Pública – FESP, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Caixa Econômica Federal – CEF e entre outros entes federativos.

RESOLUÇÕES

Resolução 1469, de 24/10/2023

Institui o Núcleo de Orientação Institucional e Solução Pacífica de Conflitos (ÉNÓIS) enquanto Práticas Restaurativas da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE e dá diretrizes quanto a adoção de práticas restaurativas.

Resolução 1463, de 18/10/2023

Dispõe sobre a organização e funcionamento da Câmara Estadual Integrada de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas, instituída pelo Decreto nº 44.360, de 24 de julho de 2006.

Portaria 6, de 21/09/2023

Dispõe sobre a composição e fluxos de trabalho da unidade da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente a quem se atribua Ato Infracional – CIA/ BH.

Resolução 1253, de 12/09/2023

Designa fiscais para o acompanhamento e fiscalização da execução dos Termos de Colaboração e Fomento celebrados no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas – SUPOD.

Resolução Conjunta 21, de 02/08/2023

Institui as normas conjuntas e diretrizes para a Escolarização das pessoas privadas de liberdade em atendimento nas Escolas Estaduais inseridas nas unidades prisionais convencionais, de custódias alternativas, as médico penais e de demais classificações do estado de Minas Gerais conforme legislação vigente.

Resolução 436, de 03/05/2023

Dispõe sobre o funcionamento da oferta de Educação a Distância (EaD) para atendimento às pessoas privadas de liberdade e regulamenta o credenciamento de pessoas jurídicas e instituições de ensino interessadas em qualificar a oferta de Educação a Distância (EaD) no âmbito do Departamento Penitenciário da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

Resolução 1253, de 12/09/2023

Designa fiscais para o acompanhamento e fiscalização da execução dos Termos de Colaboração e Fomento celebrados no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas – SUPOD.

Resolução 1023, de 08/08/2023 Institui os percentuais de análise de relatório de monitoramento, prestação de contas e relatório de execução financeira para as parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) de responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG).

Resolução 737, de 07/06/2023

Designa servidores para atuarem como pregoeiros, membros da equipe de apoio nas licitações da modalidade pregão e delega autoridades competentes para atuarem nos processos de compras da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG, e dá outras providências.

Resolução 726, de 06/06/2023

Dispõe sobre os objetivos e critérios para distribuição das fraldas e absorventes produzidos nas unidades prisionais por intermédio do Projeto Liberdade em Ciclos.

Resolução Sejusp MG N° 1017/2022

Dispõe sobre a normatização e padronização de procedimentos institucionais de interação e comportamento dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – Sejusp MG com o setor privado.

Resolução Sejusp MG N° 902/2022

Institui o Programa de Serviço Voluntário para o Indivíduo Privado de Liberdade.

Resolução Sejusp MG N° 737/2022

Regulamenta os procedimentos administrativos referentes a gestão da frota de veículos oficiais pertencentes a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG N° 762/2022

Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Processo de Credenciamento de Clínicas Psicológicas para realização de Avaliações Psicológicas, que atendam aos Processos Seletivos Simplificados (PSS), Processos Seletivos Internos (PSI) e Concursos Públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), nas cidades Polo pertencentes às 19 Regiões Integradas de Segurança Pública-RISP.

Resolução Sejusp MG N° 771/2022

Trata da ajuda de custo a ser concedida ao servidor que passar a ter exercício em nova sede, em virtude de transferência, remoção ou designação.

Resolução Sejusp MG N° 802/2022

Dispõe sobre o programa de estágios obrigatórios, não remunerados no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG N° 803/2022

Altera o Inc. X do Art. 3º da Resolução Sejusp MG nº 735, de 16 de setembro de 2022.

Resolução Conjunta Sejusp MG / PCMG / PMMG / CBMMG N° 13/2022

Aprova a Doutrina Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais – Deisp/MG, de acordo com as deliberações do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública – Seisp/MG, instituído pelo Decreto Estadual nº 47.797/2019.

Resolução Sejusp MG N° 360/2022

Nova Resolução Instância Colegiada Mista – Plano de Integridade da Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG N° 863/2022

Institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – PGTIC e dispõe sobre os princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades relacionadas à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

RESOLUÇÕES

Resolução Sejusp MG Nº 790/2022

Altera o inciso IV do art. 6º, inciso IX do art 20, alínea “a” do inciso II do art 25, inciso II, III do Art 28, alínea “d” do inciso III do art. 32, inciso I do art 35, inciso III do art 42 , da Resolução Sejusp MG nº de 256, de 18 de Abril de 2022, bem como inciso II do art 5º e inciso III do art 9 º do anexo da referida resolução que institui o Regulamento de Uniformes do Policial Penal – RUPP.

Resolução Sejusp MG Nº 571/2022

Dispõe sobre a consecução de serviços de adequação, manutenção, ampliação ou reformas no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 587/2022

Dispõe sobre a Comissão de Recebimento de Veículos Automotores no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 713/2022

Regulamenta os procedimentos administrativos referentes a gestão da frota de veículos oficiais pertencentes a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 705/2022

Define critérios e condições para a ocupação e uso, para fins residenciais e a título precário, dos imóveis residenciais localizados dentro da Penitenciária de Ribeirão das Neves I – José Maria Alkimin (Pen-RSN-I-JMA)

Resolução Sejusp MG Nº 735/2022

Dispõe sobre as competências e atribuições das unidades prisionais.

Resolução Sejusp MG Nº 660/2022

Altera disposições dos anexos da Resolução Sejusp MG nº 335, de 02 de dezembro de 2021, que regulamenta os modelos e o uso de uniformes pelo AGSE no âmbito do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 499/2022

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos processos de contratações de bens e serviços, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG_.

Resolução Conjunta SEPLAG / Sejusp MG Nº 10.605/2022

Dispõe sobre o cumprimento da jornada de trabalho e a apuração de frequência dos servidores na Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 532/2022

Revoga o inciso XIV do art 20 da Resolução Sejusp MG nº de 256, de 18 de Abril de 2022, que institui o Regulamento de Uniformes do Policial Penal – RUPP, revoga a Resolução SEDS nº 1526/2014 e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 533/2022

Constitui a comissão de monitoramento e avaliação destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG, no âmbito do Departamento Penitenciário, com as organizações da sociedade civil.

Resolução Sejusp MG Nº 539/2022

Dispõe sobre critérios de ingresso, permanência e desligamento de Policiais Penais em exercício no Comando de

Operações Especiais – COPE, do Departamento Penitenciário de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 540/2022

Institui a Comissão Técnica de Modernização de Equipamentos de Segurança e Material Bélico no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 541/2022

Dispõe sobre as atribuições do Agente de Segurança Penitenciário Temporário, definição, padronização e regulamentação do uso do uniforme.

Resolução Sejusp MG Nº 554/2022

Dispõe sobre a manutenção de atividades nas Unidades Prisionais do Estado de Minas Gerais na modalidade virtual, estabelece normas sobre a visitação e entrega de itens de complementação aos indivíduos privados de liberdade, orienta sobre as medidas de prevenção à COVID-19 e dá outras providências.

Portaria Sejusp MG Nº 04/2022

Constitui, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo.

Resolução Sejusp MG Nº 256/2022

Institui o Regulamento de Uniformes do Policial Penal – RUPP, revoga a Resolução SEDS nº 1526/2014 e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 257/2022

Altera o §3º do art. 12 da Resolução nº 175, de 21 de março de 2022.

Resolução Sejusp MG Nº 258/2022

Institui o Manual de Marcas da Polícia Penal e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 267/2022

Institui a Comissão Especial Mista de levantamento patrimonial e documental dos bens integrantes ao Contrato de Concessão Administrativa do Complexo de Parceria Público Privada – PPP nº 336039.54.1338.09.

Resolução Sejusp MG Nº 346/2022

Dispõe sobre a manutenção de atividades nas Unidades Prisionais do Estado de Minas Gerais na modalidade virtual, estabelece normas sobre a visitação e entrega de itens de complementação aos indivíduos privados de liberdade, orienta sobre as medidas de prevenção à COVID-19 e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 453/2022

Dispõe sobre a concessão de Ajuda de Custo aos servidores movimentados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Conjunta Sejusp MG / DPMG Nº 12/2022

Dispõe sobre a ordenação de despesa e a designação de responsável técnico para execução dos recursos do fundo penitenciário estadual – FPE no âmbito da Defensoria Pública do estado de Minas Gerais – DPMG.

RESOLUÇÕES

Resolução Sejusp MG Nº 498/2022

Institui as Normas e Procedimentos de Segurança do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais – NORPSS, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 59/2022

Designa os representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), para comporem a Comissão Estadual para Permissão Temporária de Uso de Moradias Funcionais do Programa Habitacional Lares Geraes Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG Nº 72/2022

Revoga a Resolução Sejusp MG nº 50 de 20 de março de 2020, e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 79/2022

Institui Comitê Interno de Teletrabalho, nos termos do art 5º da Resolução conjunta Seplag/Sejusp MG nº 10.460, de 22 de dezembro de 2021

Resolução Conjunta Sejusp MG/ PMMG/ PCMG/CBMMG Nº 01/2022

Institui Grupo de Trabalho para estabelecer normas e diretrizes para concessão de acesso ao Registro de Eventos de Defesa Social às instituições não integrantes do Sistema Integrado de Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Conjunta Sejusp MG / PMMG / PCMG / CBMMG Nº 02/2022

Altera as Resoluções Conjuntas nº 176, de 21 de janeiro de 2013, e nº 04, de 04 de junho de 2018, que definem a articulação territorial entre os órgãos do Sistema de Defesa Social.

Resolução Sejusp MG Nº 96/2022

Altera a composição da Comissão de Uniforme e Identidade Institucional, para criar o Regulamento de Uniformes e Identidade Institucional dos Agentes de Segurança Socioeducativos – RUIAGSE, instituída pela Resolução Sejusp MG Nº 175, de 23 de julho de 2021, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG Nº 191/2022

Altera a composição da Comissão do Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG, conforme Resolução Sejusp MG 260/2020 que instituiu a Comissão Permanente de Uniformes do Depen-MG, alterada pela Resolução Sejusp MG 174, de 18 e março de 2022

Resolução Sejusp MG Nº 233/2022

Dispõe sobre a normatização e padronização de procedimentos institucionais de interação e comportamento dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – Sejusp MG com o setor privado.

Resolução Conjunta Sejusp MG/PMMG/PCMG/CBMMG Nº 11/2022

Institui o Selo Sisp e define normas e diretrizes para concessão de acesso aos módulos de Registro de Eventos de Defesa Social e de Controle de Atendimento e Despacho às instituições não integrantes do Sistema Integrado de Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 652/2022

Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para contratação temporária e imediata de Médicos de Defesa Social, Analistas Executivos de Defesa Social e Assistentes Executivos de Defesa Social para atendimento à Penitenciária Jason Soares Albergaria, Presídio de Paracatu, Presídio de João Monlevade e Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor/Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 637/2022

Prorroga por 180 dias a vigência das atividades da Comissão de Uniforme e Identidade Institucional instituída para criar, adequar e monitorar a efetivação do Regulamento de Uniformes e Identidade Institucional dos Agentes de Segurança Socioeducativos – RUIAGSE no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 570/2022

Institui Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado para composição do Quadro funcional da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo/Sejusp MG.

Resolução Nº 244/2022

Institui normas para a realização de assistência e acompanhamento com foco na saúde do servidor a serem realizadas pelos servidores da Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DAS) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG).

Resolução Sejusp MG Nº 107/2022

Regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG, as normas e procedimentos para a descentralização de recursos financeiros para os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, mediante Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários – TDCO.

Resolução Sejusp MG Nº 44/2022

Institui grupo de trabalho, com o objetivo de promover a implementação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e do Decreto Estadual nº 48.237, de 22 de Julho de 2021, que dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), revogando a Resolução Sejusp MG nº 197/2021.

Resolução Sejusp MG Nº 57/2022

Institui o Programa de Serviço Voluntário para o indivíduo privado de liberdade.

Resolução Sejusp MG/TJMG/MPMG/DPMG/PCMG Nº18/2021

Dispõe sobre a criação e regulamentação da Central de Vagas no Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, disciplinando procedimentos administrativos para o ingresso e a transferência de adolescentes em conflito com a lei nas unidades socioeducativas, e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 362/2021

Dispõe sobre alteração na composição dos membros da Comissão Técnica para solução de divergências técnicas existentes na execução do Contrato de Concessão Administrativa nº336039.54.1338.09, para Construção e Gestão de Complexo Penal na Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências.

RESOLUÇÕES

Resolução Sejusp MG N° 361/2021

Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária e imediata de Médicos de Defesa Social e Analistas de Defesa Social para atendimento à Penitenciária Jason Soares Albergaria, Presídio de Paracatu e Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG N° 334/2021

Dispõe sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual e Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo, pelos Agentes de Segurança Socioeducativos integrantes do Grupamento de Ações Rápidas – GAR, em eventos de segurança de média e alta complexidade nas Unidades de Privação de Liberdade subordinadas à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG N° 335/2021

Regulamenta os modelos e o uso de uniformes pelo Agente de Segurança Socioeducativo no âmbito do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG N° 326/2021

Constitui Comissão de levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria que são objeto de registro no Ativo e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante (Passivo Exigível a Longo Prazo), bem como das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, do Fundo Penitenciário Estadual, do Fundo Estadual de Segurança Pública, do Fundo Estadual de Saúde, e do Instituto Estadual de Florestas para fins de encerramento do exercício de 2021.

Resolução Sejusp MG N° 322/2021

Revoga o artigo 664 do Regulamento e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais, aprovado pela Resolução n° 1618, de 07 de julho de 2016, para dar nova redação ao dispositivo, acrescenta o artigo 664-A, e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG N° 284/2021

Altera a Resolução Sejusp MG N° 79, 10 de março de 2021, que dispõe sobre o modelo, uso e procedimentos para a expedição do Documento de Identificação Funcional dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG N° 251/2021

Dispõe sobre o credenciamento de órgãos da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual do Estado de Minas Gerais interessados em se tornar beneficiários do Projeto “Manutenir”, desenvolvido pelo Departamento Penitenciário, que envolve a atuação de presos custodiados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais na realização de serviços administrativos, de limpeza e conservação, manutenção, construção e reparos em instalações.

Resolução Sejusp MG N° 232/2021

Institui a Instância Colegiada Mista da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

Resolução Sejusp MG N° 228/2021

Dispõe sobre a criação do Grupamento de Ações Rápidas – GAR, do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais, para intervenções em eventos de segurança de média e alta complexidade nas Unidades de Privação de Liberdade subordinadas à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG N° 221/2021

Dispõe sobre a Agência Central de Inteligência Socioeducativa da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo do Estado de Minas Gerais.

Resolução Sejusp MG N° 219/2021

Institui os percentuais de análise de relatório de monitoramento, prestação de contas e relatório de execução financeira para as parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) de responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG).

Decreto Estadual n° 48.145/2021

Dispõe sobre o Documento de Identificação Funcional expedido pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, publicado em 2º de março.

Resolução Sejusp MG N° 197/2021

Institui grupo de trabalho, com o objetivo de promover a implementação das disposições da Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e do Decreto Estadual n° 48.237, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre a aplicação da Lei Federal n° 13.709/2018, no âmbito Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), revogando a Resolução Sejusp MG n° 165/2021.

Resolução Sejusp MG N° 175/2021

Institui a Comissão de Uniforme e Identidade Institucional para criar o Regulamento de Uniformes e Identidade Institucional dos Agentes de Segurança Socioeducativos – RUIAGSE no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG N° 173/2021

Estabelece diretrizes e normativas para o atendimento e tratamento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, Queer, Intersexo e Assexual (LGBTQIA+) no âmbito do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais, e veda toda e qualquer forma de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero da pessoa privada de liberdade, assegurando-se às pessoas em privação de liberdade o respeito à sua liberdade de autodeterminação.

Resolução Sejusp MG N° 172/2021

Autoriza a execução das atividades nas Unidades Prisionais localizadas em macrorregiões classificadas ou reclassificadas como onda vermelha.

Resolução Sejusp MG N° 117/2021

Institui Comissão responsável pela elaboração do Termo de Referência para contratação de serviços de monitoração eletrônica de indivíduos por meio de tornozeleira eletrônica.

Resolução Sejusp MG N° 79/2021

Dispõe sobre o modelo, uso e procedimentos para a expedição do Documento de Identificação Funcional dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências.



RESOLUÇÕES

Resolução Sejusp MG Nº 65/2021

Dispõe sobre a regulamentação da concessão de cautela de arma de fogo de propriedade do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN-MG), pelos servidores da carreira de Agentes de Segurança Penitenciários/Policiais Penais e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 64/2021

Institui e regulamenta o Sistema Integrado de Segurança e Patrulhamento Aéreo – SISPAER, estabelecendo normas para o uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas – RPAs.

6

ANEXOS



ÍNDICE DE ANEXOS



**PORTFÓLIO DE OBRAS
DEPEN-MG | PG 166**



ATENDIMENTOS CBLOC | PG 208



ATENDIMENTOS DDU | PG 211



ATENDIMENTOS CIAD | PG 212

Ceresp Gameleira

Belo Horizonte

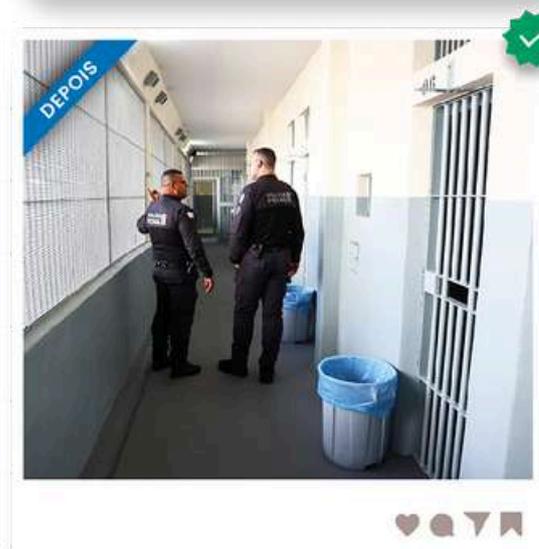
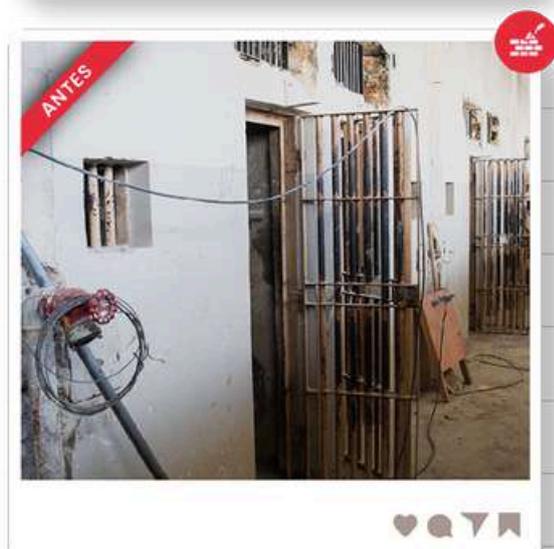
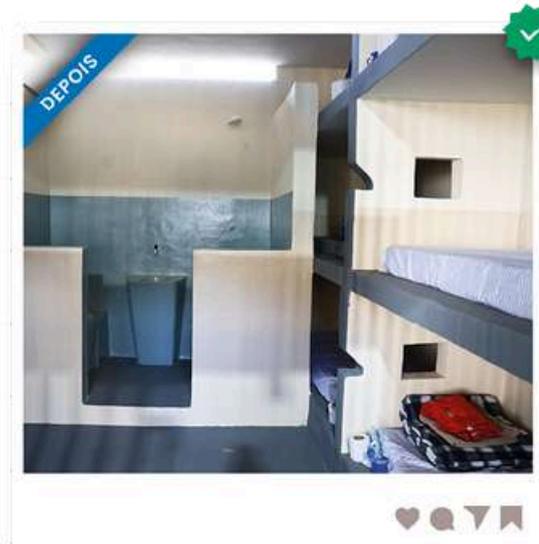


“ O que foi feito? ”

Manutenção geral da unidade para garantir estrutura adequada, segurança e condições dignas tanto para servidores quanto para pessoas privadas de liberdade.

✳ R\$ 4.890.888,27

Obra finalizada.



★★★★★

“A reforma do Ceresp Gameleira foi de extrema relevância pois, através desta obra está sendo possível garantir condições mais humana e digna ao indivíduo privado de liberdade, bem como proporcionar aos servidores que aqui laboram um ambiente mais salubre e mais adequado no desempenho da função. Além da expressiva economia aos cofres públicos, com os novos ajustes de válvulas de descarga e instalação de janelas de iluminação e de ventilação.”

Flávio Sérgio de Rezende > Diretor Geral da Unidade

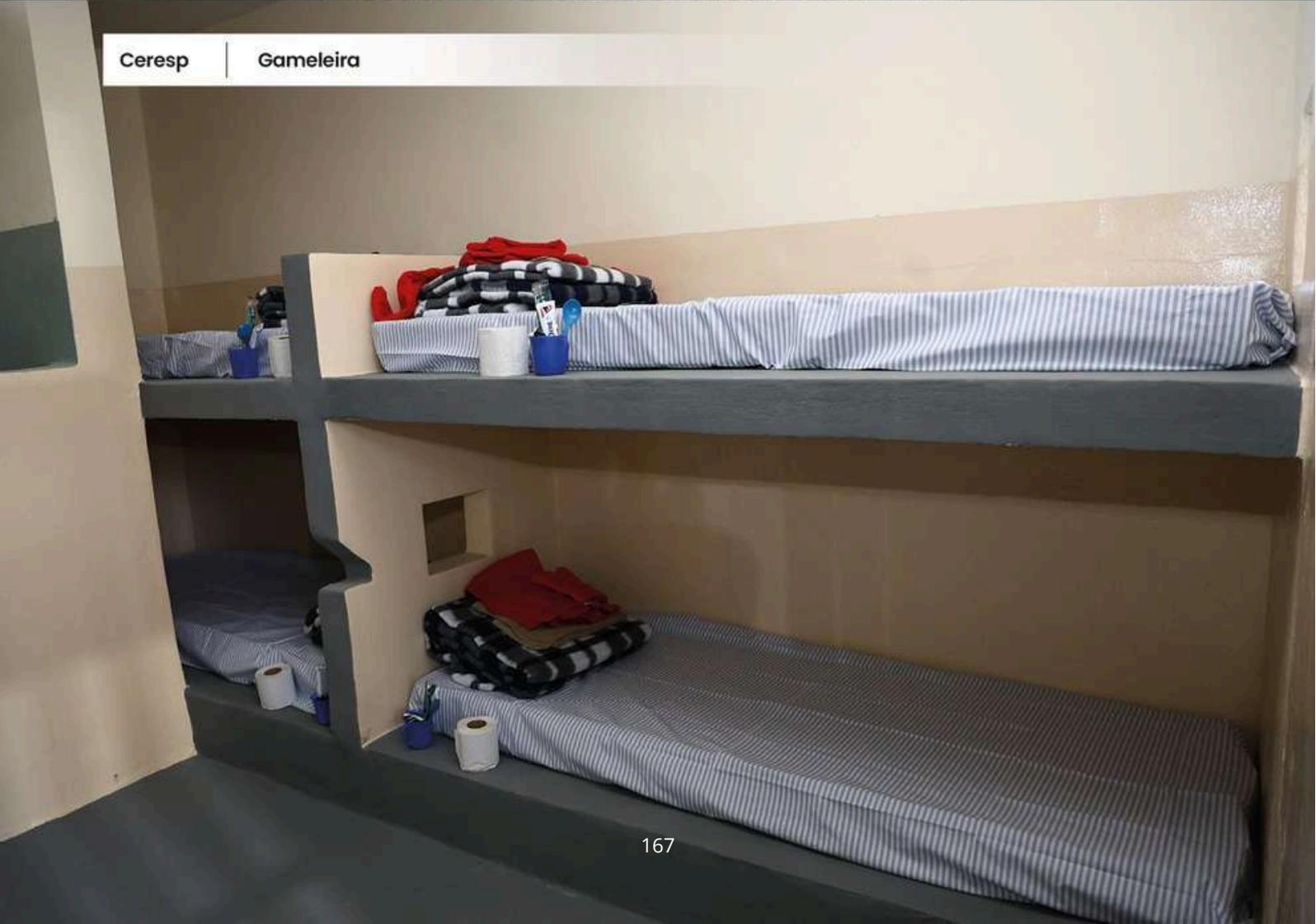
Ceresp

Gameleira



Ceresp

Gameleira



Penitenciária José Maria Alkimim

Ribeirão das Neves

“ O que foi feito? ”

Instalações do alambrado e manutenção do espaço do campo de futebol.

*** R\$ 474.407,95**

Obra finalizada.

Manutenção geral do prédio administrativo

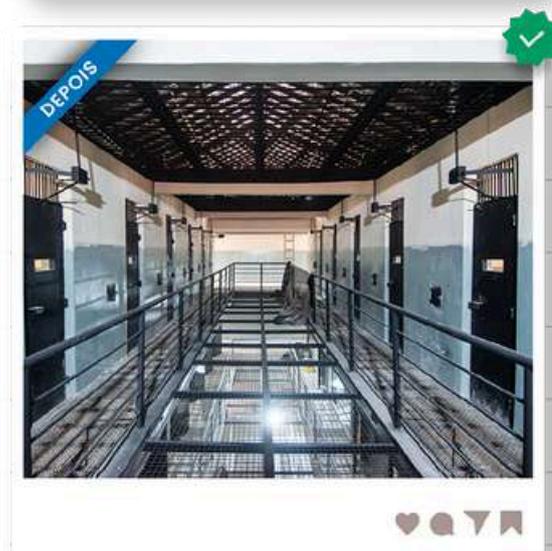
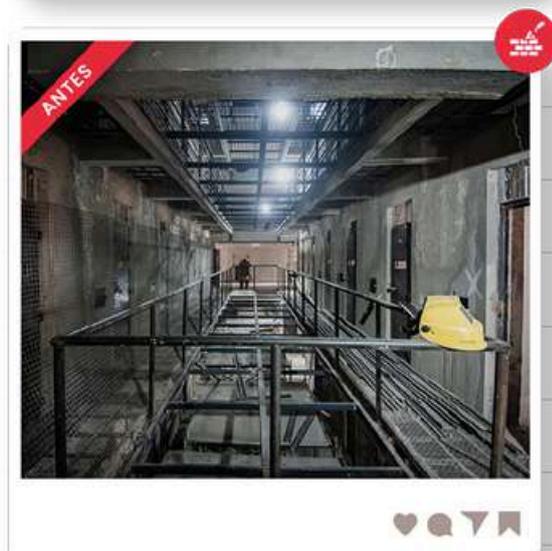
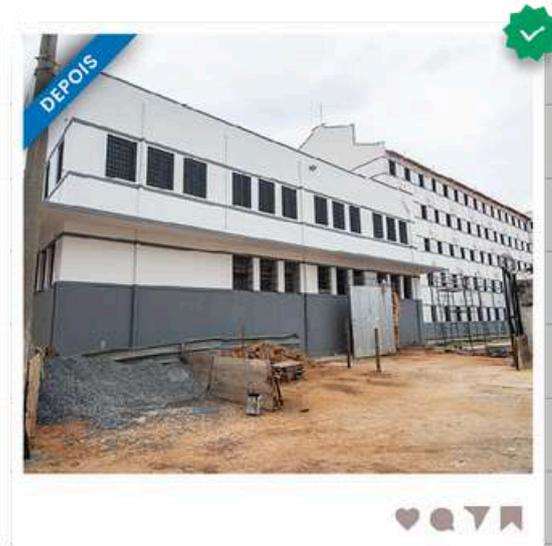
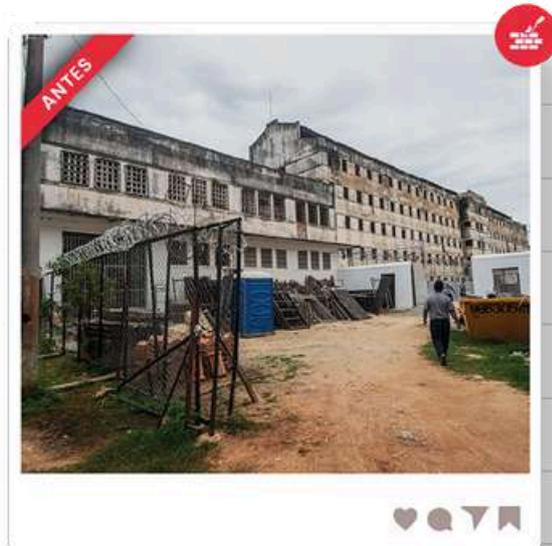
*** R\$ 2.136.635,77**

Obra finalizada.

Execução de reparos preventivos e corretivos na carceragem. Está sendo realizada a manutenção dos telhados e da carceragem de um dos pavilhões. Essa é uma intervenção peculiar, pois o imóvel é tombado e de grande altitude, o que envolve uma grande movimentação de materiais e funcionários.

*** R\$ 10.000.000,00**

Obra em andamento.



★★★★★

“A reforma da penitenciária José Maria Alkimim é muito importante para a Polícia Penal de Minas Gerais, por ser a unidade prisional mais antiga do estado, além de proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores e dignidade para o cumprimento de pena aos indivíduos privados de liberdade.”

Carlos Alexandre Gonçalves de Souza > Diretor Geral da Unidade





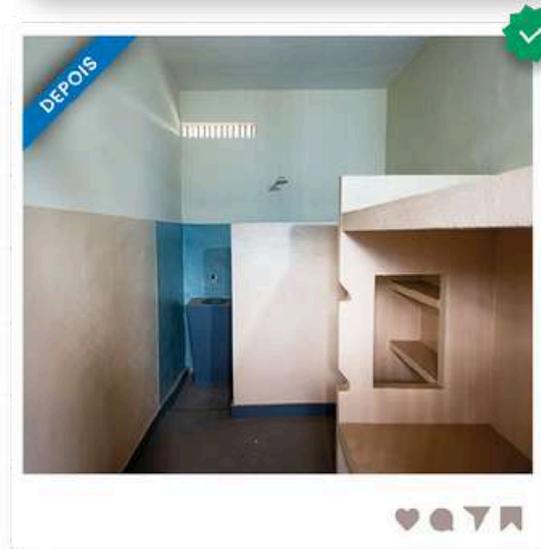
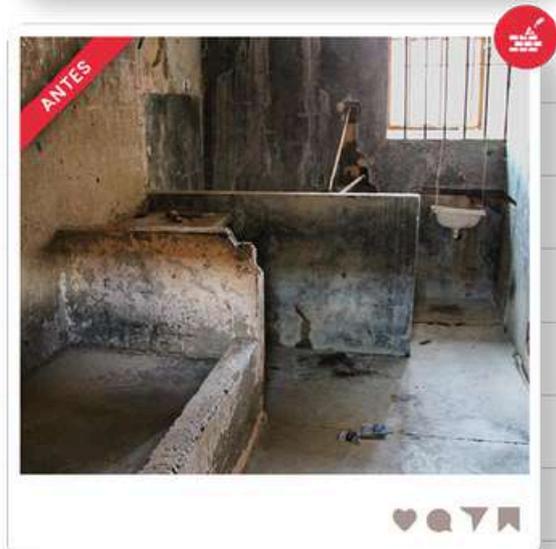
O que foi feito?

Número de presos trabalhando: 20

Manutenção geral do Pavilhão III e das guaritas para maior segurança e dignidade para os colaboradores

*** R\$ 3.396.614,64**

Primeira etapa finalizada. Previsão total: 6.433.877,28



★★★★★

"As obras no sistema prisional são cruciais para garantir um ambiente mais humano, seguro e eficiente. Em suma, investir em obras no sistema prisional é um investimento na segurança pública e na ressocialização dos detentos, com benefícios para toda a sociedade. Na obra realizada nas dependências do Anexo II, Pavilhão III, e também nas guaritas deste Presídio Antônio Dutra Ladeira, utilizamos a mão de obra de uma média de 20 reeducandos, o que reflete, inclusive, na reinserção social do indivíduo pelo trabalho, além da redução de custos para a Administração Pública."

Domingos Aires Silva > Diretor Geral da Unidade

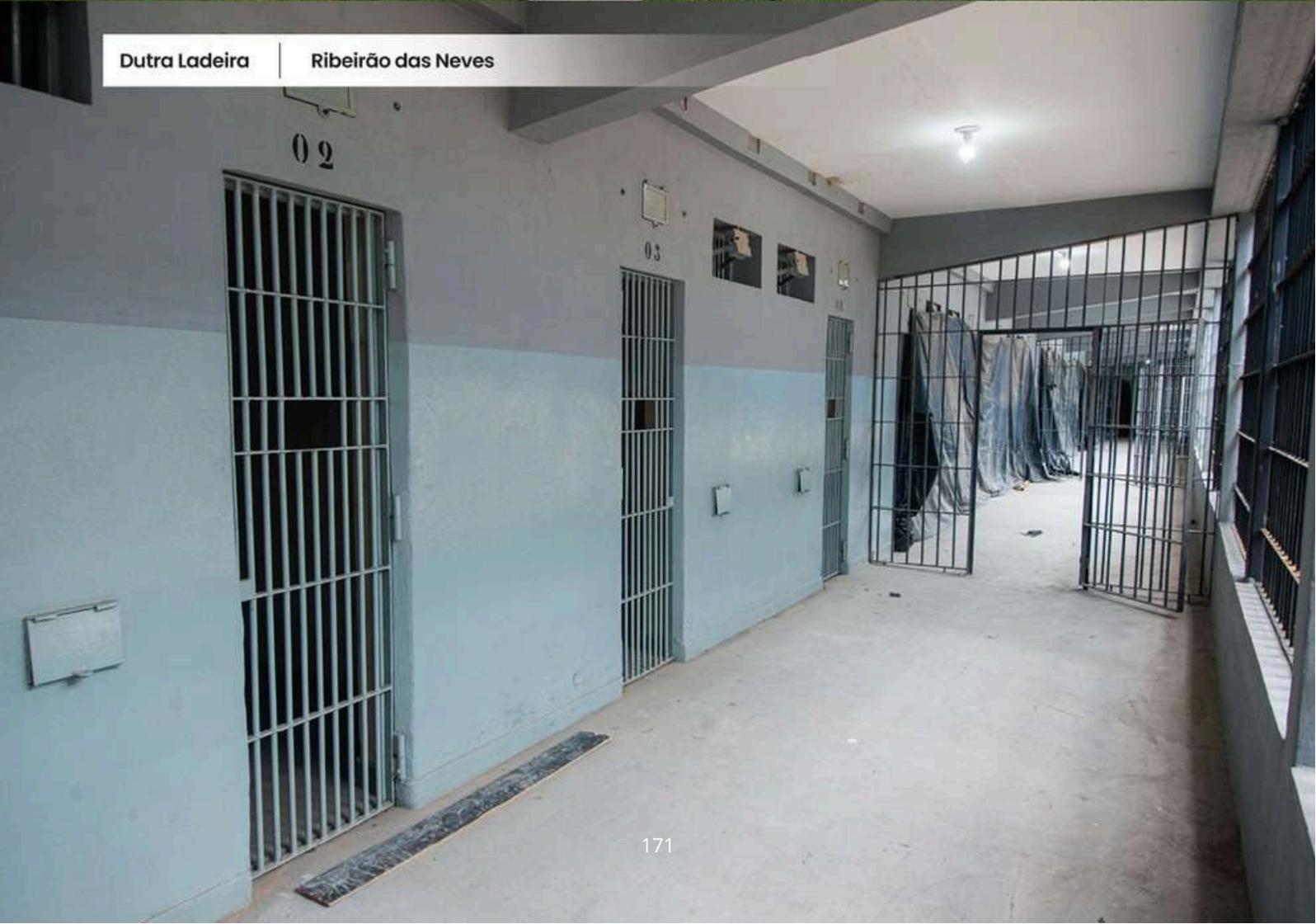
Dutra Ladeira

Ribeirão das Neves



Dutra Ladeira

Ribeirão das Neves



Presídio Floramar

Divinópolis

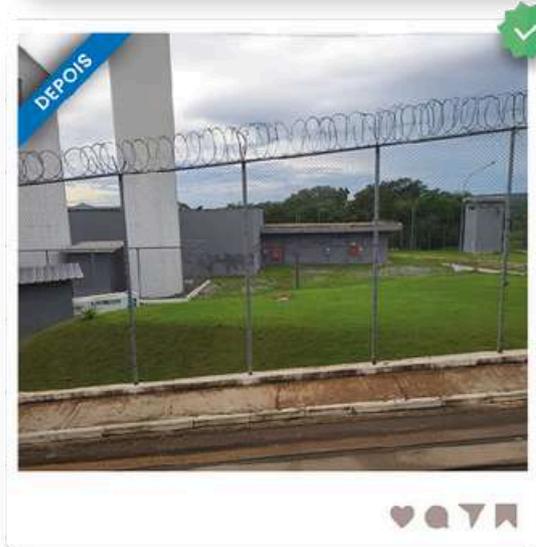


“ O que foi feito? ”

Ampliação da unidade para aumentar o número de vagas e trazer mais segurança no manejo

*** R\$ 9.242.763,86**

Obra finalizada.



★★★★★

“A ampliação das vagas do Presídio Floramar com a inauguração das obras do anexo trouxeram mais segurança aos Policiais Penais durante a execução dos procedimentos internos e também maior dignidade para os custodiados no cumprimento de suas penas.”

Gilberto Eduardo Veloso Alves > Diretor Geral da Unidade

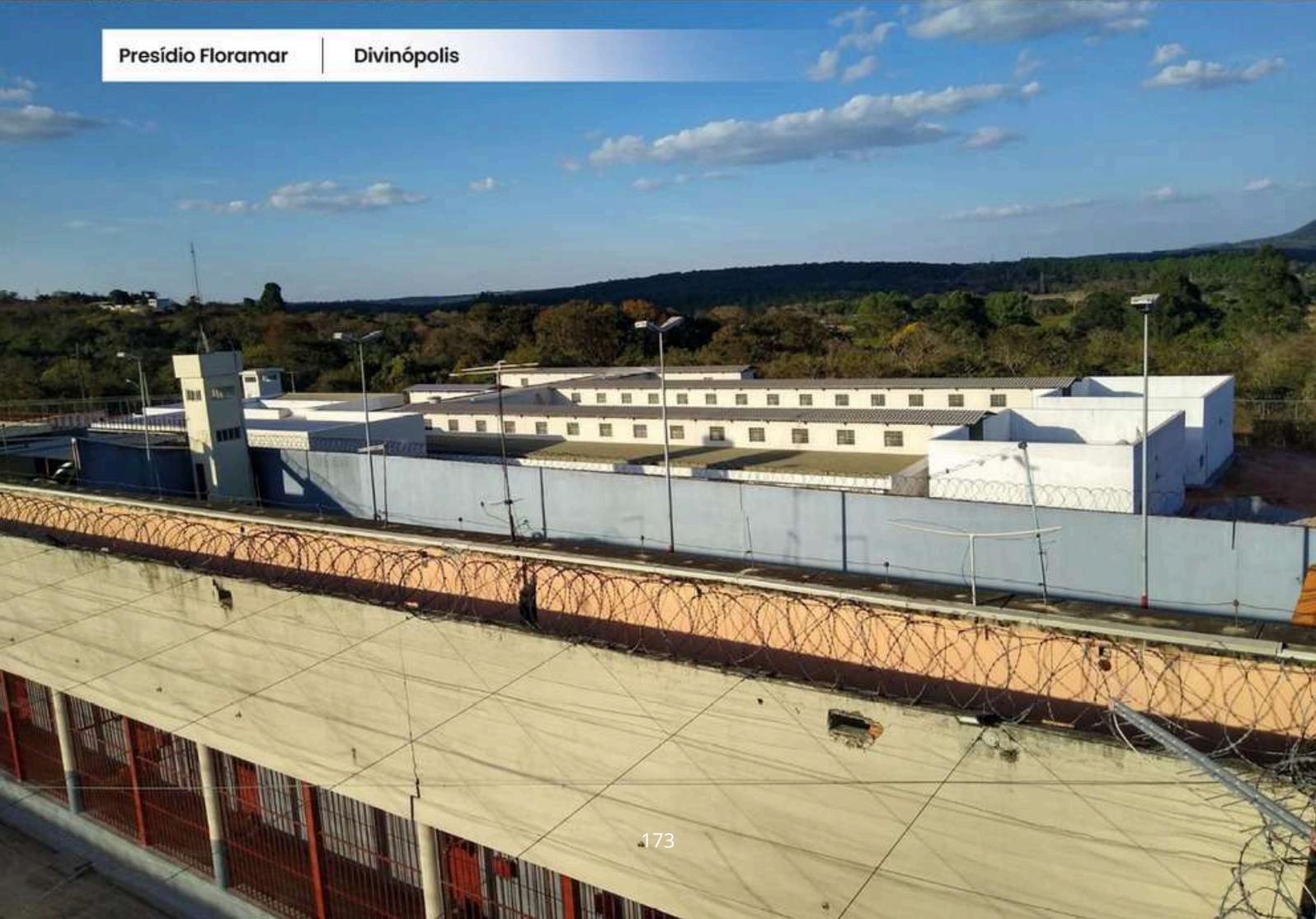
Presídio Floramar

Divinópolis



Presídio Floramar

Divinópolis



Penitenciário Nelson Hungria

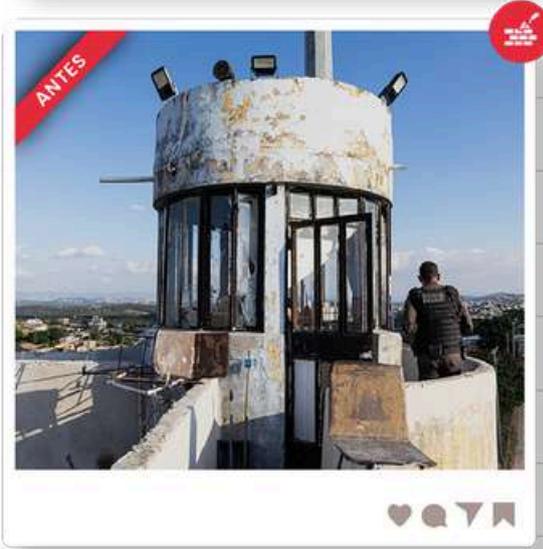
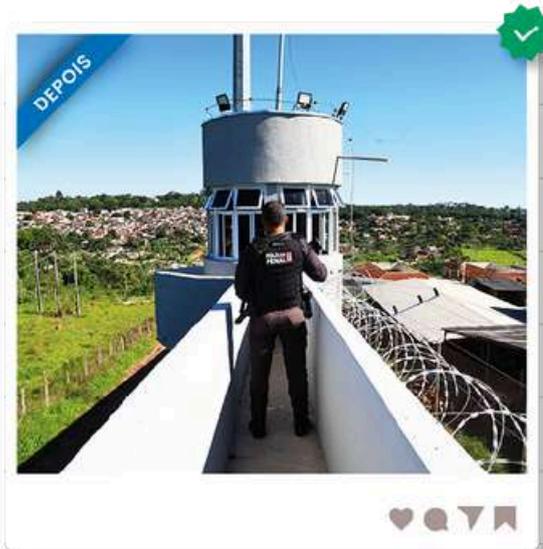
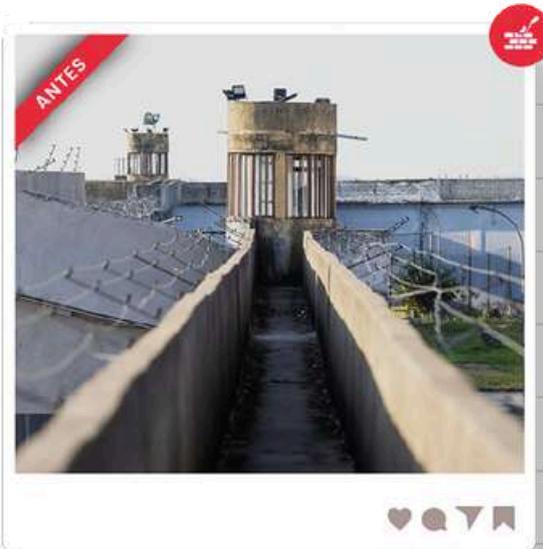
Contagem



“ O que foi feito? ”

Reforma da muralha, passarela e guaritas para maior segurança dos servidores e detentos

*** R\$ 11.947.944,85** | Obra ainda finalizada.



★★★★★

“A reforma foi um marco de dedicação, contando com o trabalho de 20 reeducandos e 80 operários, essenciais para sua realização. Além de melhorar a qualidade de vida dos policiais com um ambiente mais adequado, trouxe avanços na segurança interna e externa, beneficiando toda a sociedade. O sucesso foi fruto do esforço coletivo e do comprometimento das pessoas e instituições envolvidas, mostrando que a união torna sonhos realidade para o bem comum.”

Saulo Vinício de Castro > Diretor Geral da Unidade

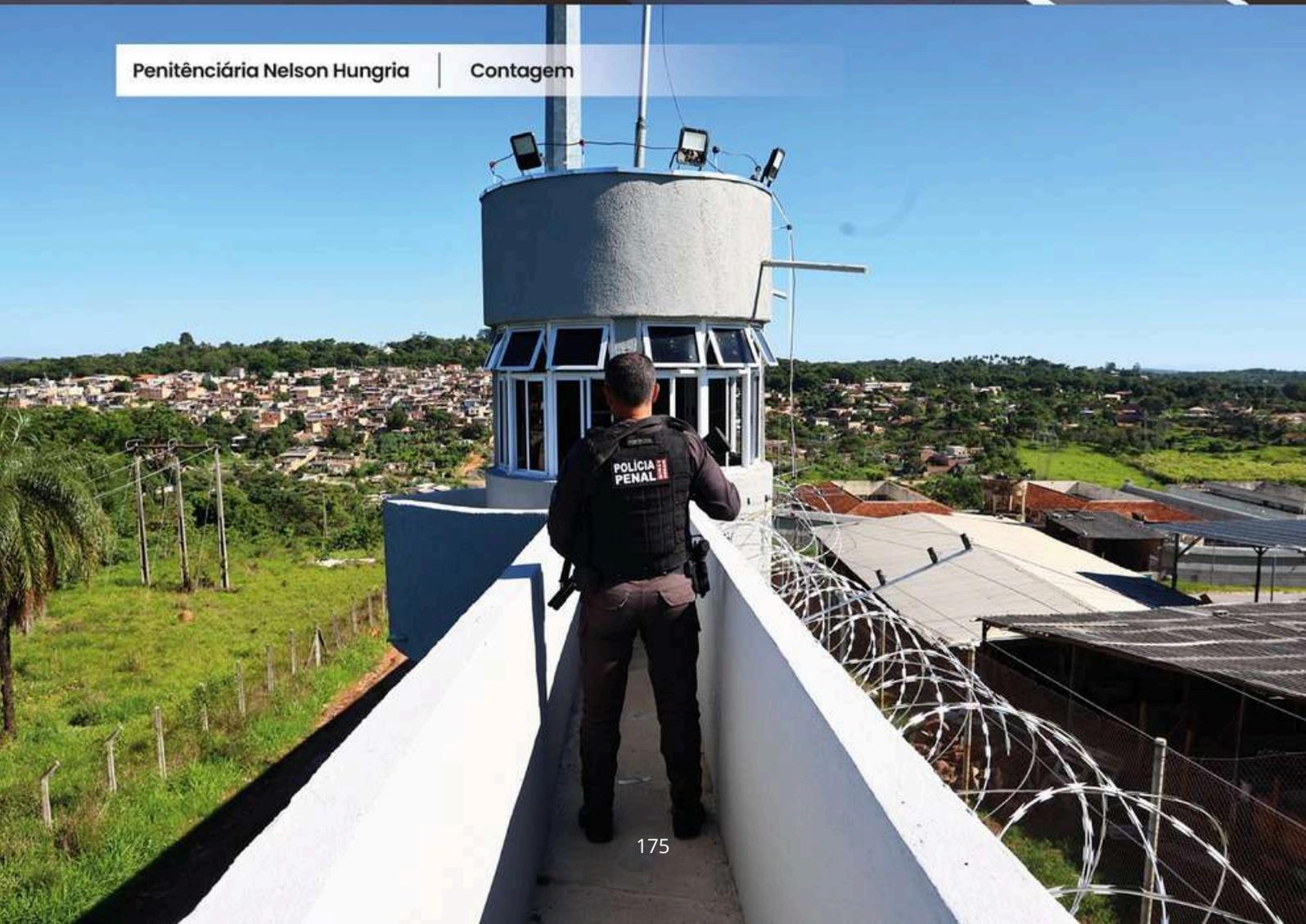
Penitenciária Nelson Hungria

Contagem



Penitenciária Nelson Hungria

Contagem



Ceresp

Juiz de Fora



“

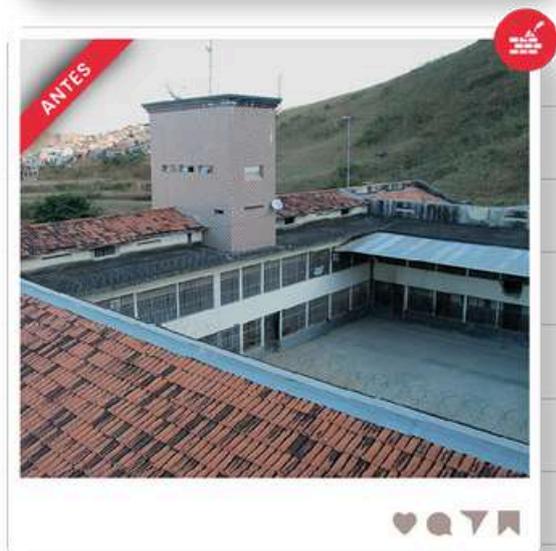
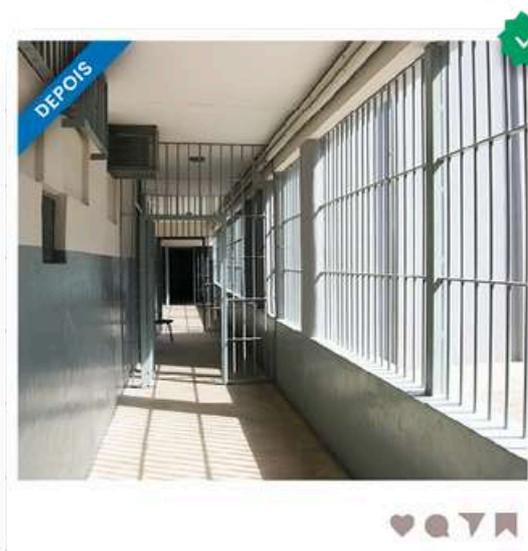
O que foi feito?

Manutenção geral da unidade com foco no aumento de 200 novas vagas, além do aumento da reservação de água e adequação para AVCB.

”

✳ R\$ 9.446.604,46

Obra ainda em andamento. Previsão total: 12 milhões



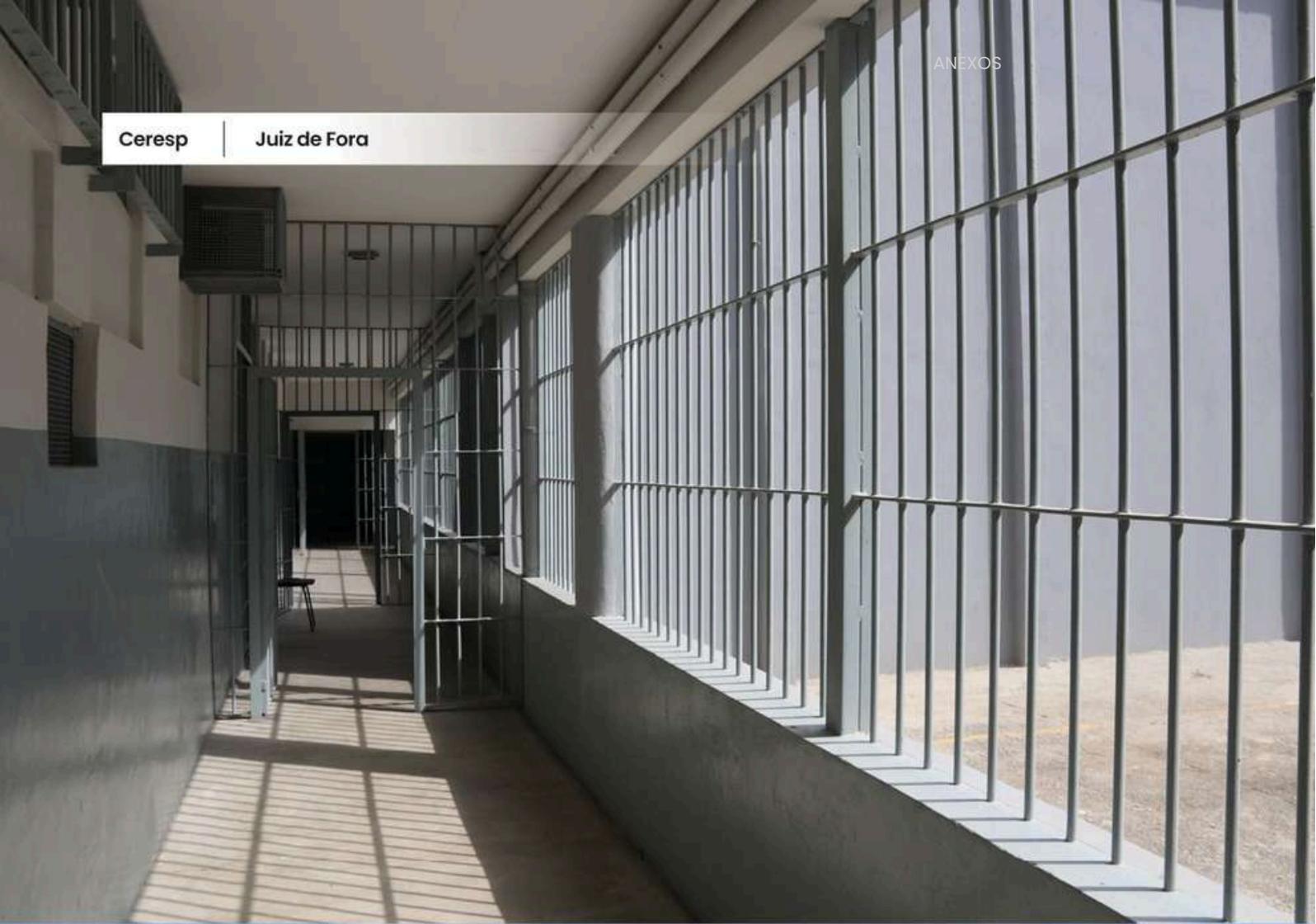
★★★★★

"Ressalto que o corpo diretivo deste Ceresp/Juiz de Fora enfrentou problemas elétricos e de abastecimento de água em tempos passados, mas sabemos a dificuldade de realizar reformas com a 'casa cheia'. Em março de 2021, o deslucamento do talude próximo ao muro desta unidade exigiu sua desocupação total. A Secretaria aproveitou o momento para reestabelecer o talude e realizar obras de ampliação, aumentando a capacidade de 332 para 523 vagas. As obras estão em fase final e são essenciais para a segurança, conforto e bem-estar dos internos, policiais penais e servidores."

Rogério Rodrigues de Oliveira Júnior > Diretor Geral da Unidade

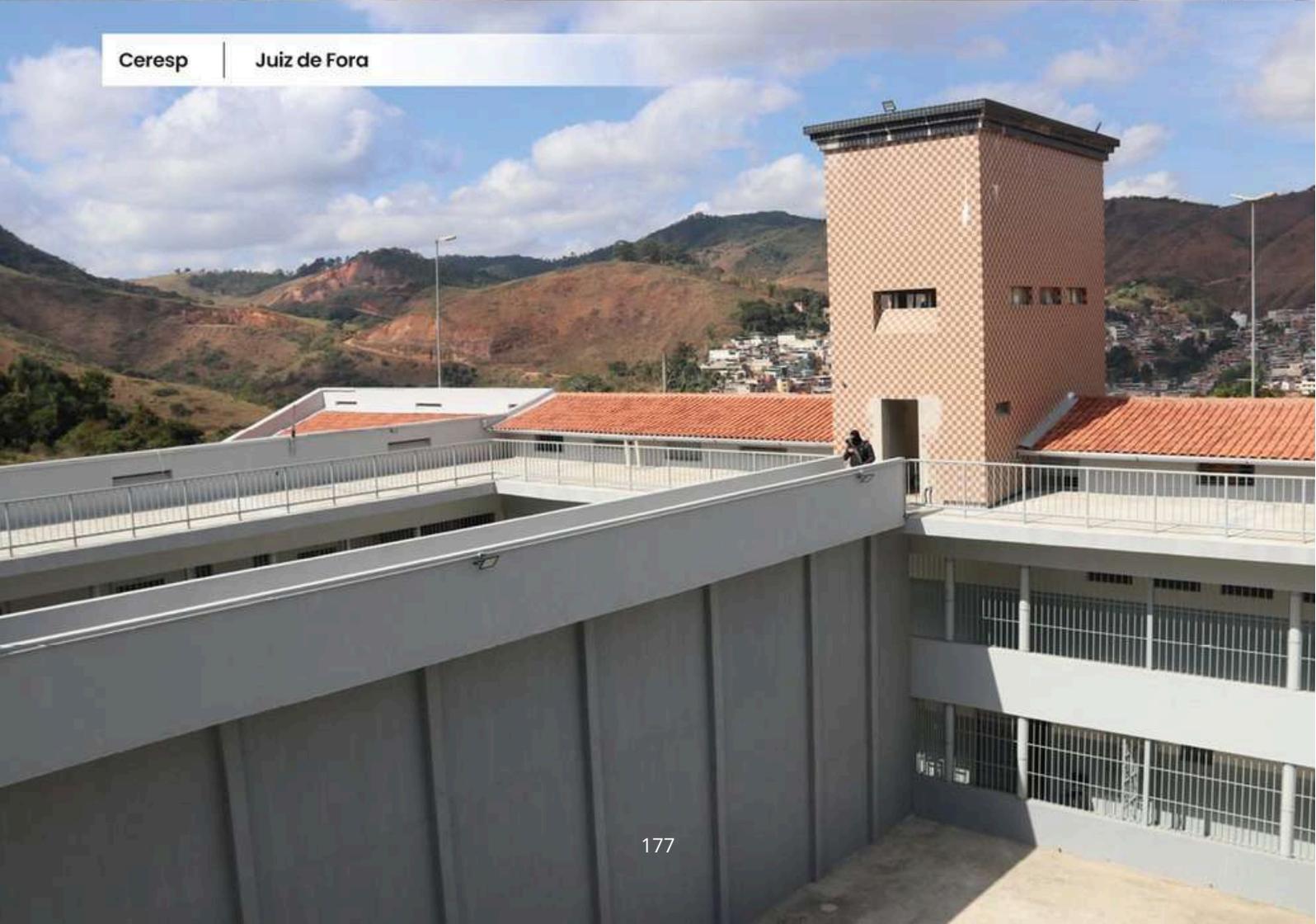
Ceresp

Juiz de Fora



Ceresp

Juiz de Fora



Presídio de Barão de Cocais



“

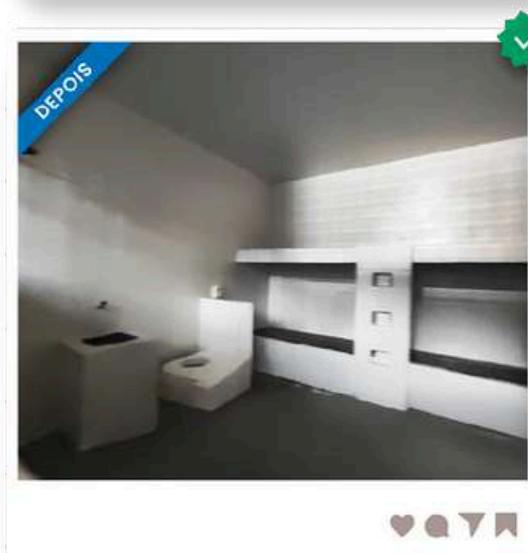
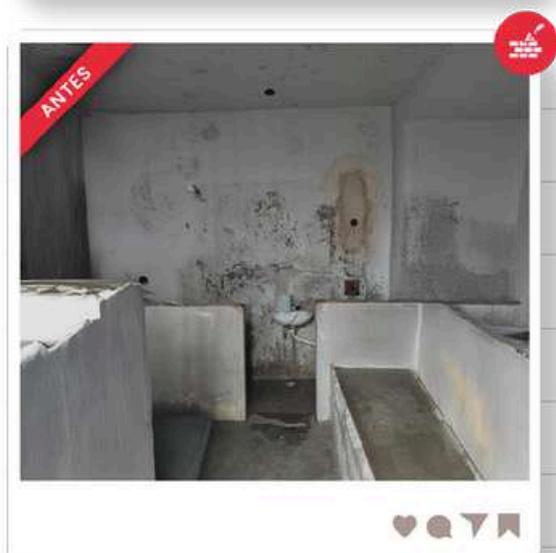
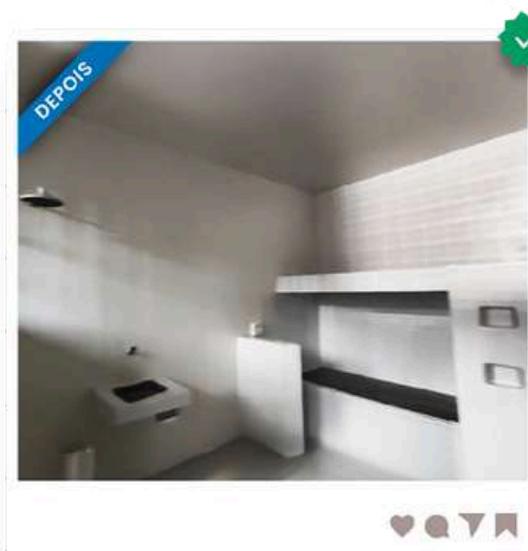
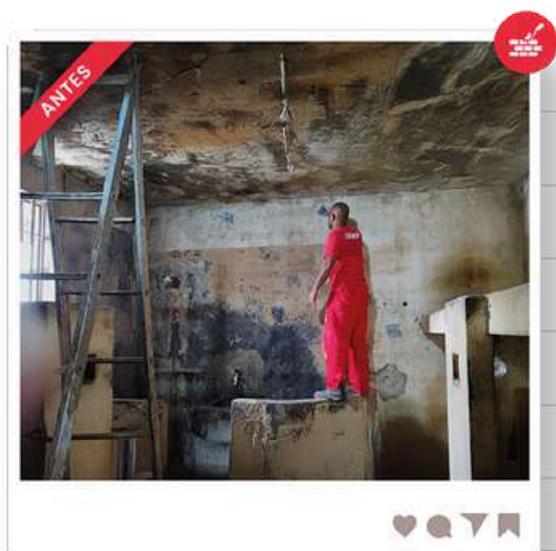
O que foi feito?

Reforma de 30% das celas

*** R\$ 4.000,00**

Obra efetuada com recurso outorgado.

”



★★★★★

“Em continuidade às reformas no âmbito do Presídio do Barão de Cocais, nos dedicamos à reforma de algumas celas. Ao realizar tais reformas no ambiente da carceragem, além de buscar atender os princípios da dignidade humana, também ampliamos os quesitos de segurança, tornando o ambiente mais iluminado, mais limpo e ampliando nossa capacidade de fiscalização diária. A manutenção das instalações é realizada por meio da gestão de recurso de verba miúda e utilização de mão de obra carcerária por meio da remissão por trabalho.”

Euler Charles Santos > Diretor Geral da Unidade

Presídio de Barão de Cocais



Presídio de Barão de Cocais



Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz

Barbacena



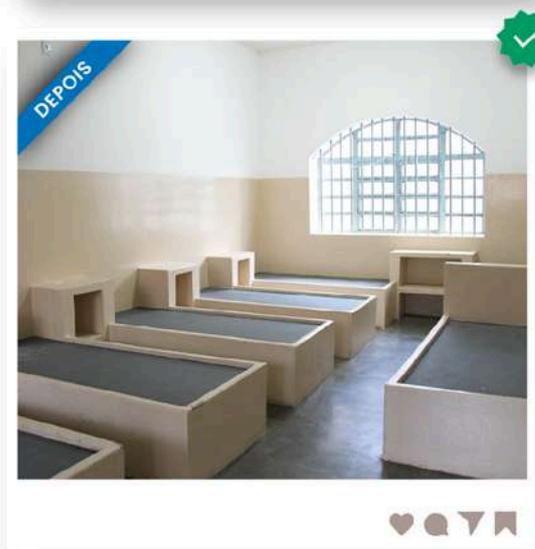
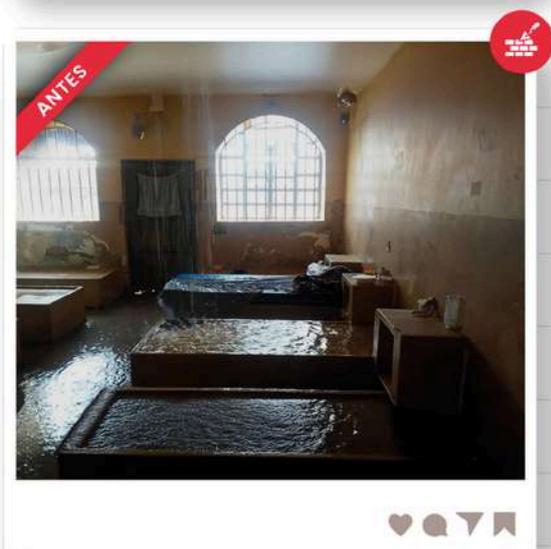
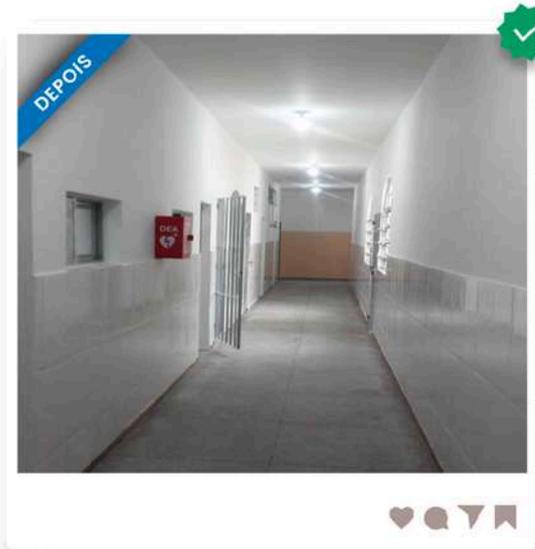
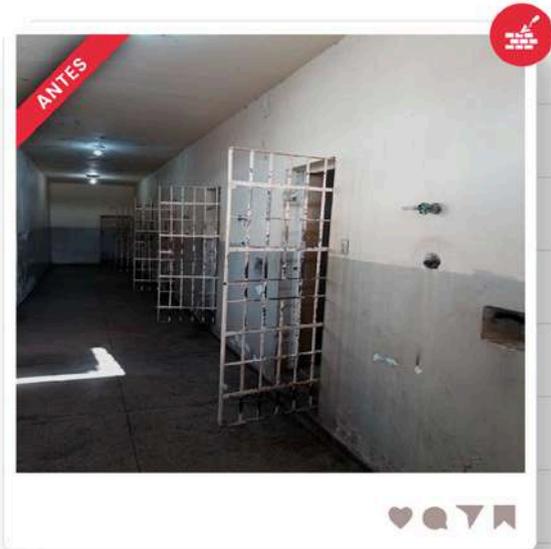
“

O que foi feito?

Foram realizadas obras de infraestrutura, incluindo redes de água, esgoto e iluminação, recuperação de paredes e tetos, revitalização do telhado, reforma dos ambulatórios e restauração da área tombada, respeitando normas de segurança e preservação cultural.

*** R\$ 9.000.000,00** | Obra finalizada.

”



★★★★★

“As obras realizadas no Hospital Psiquiátrico e Judiciário “Jorge Vaz” foram fundamentais para uma reforma geral que melhorou a estrutura da unidade, garantindo atendimento de excelência aos pacientes e melhores condições de trabalho para os servidores. Acompanhei essa transformação como Diretor Regional da 13ª RISP (2021-2023), sob a liderança do então diretor Felipe Esteves Milício de Souza. Agora, como diretor da unidade, observo o impacto dessas intervenções, que elevaram o hospital a referência nacional no tratamento psiquiátrico.”

Weberton Paula Lima > Diretor Geral da Unidade

Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz | Barbacena



Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz | Barbacena



Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo

Carmo do Paranaíba



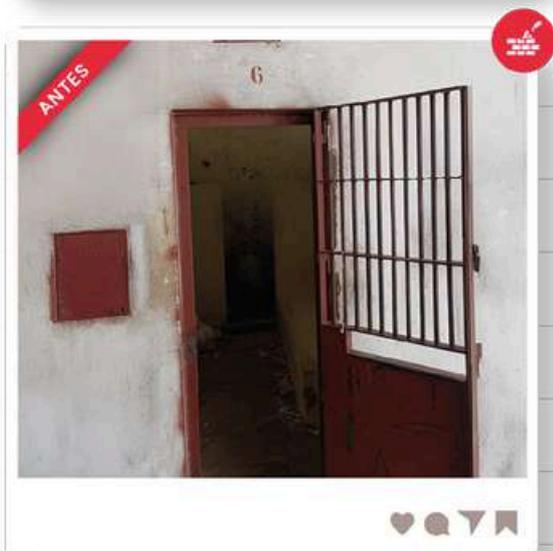
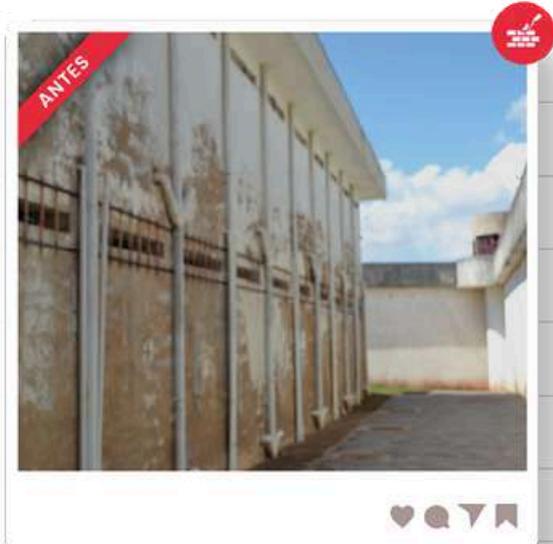
O que foi feito?

Número de presos trabalhando: 06



Revitalização do pavilhão B e melhorias no pavilhão 4

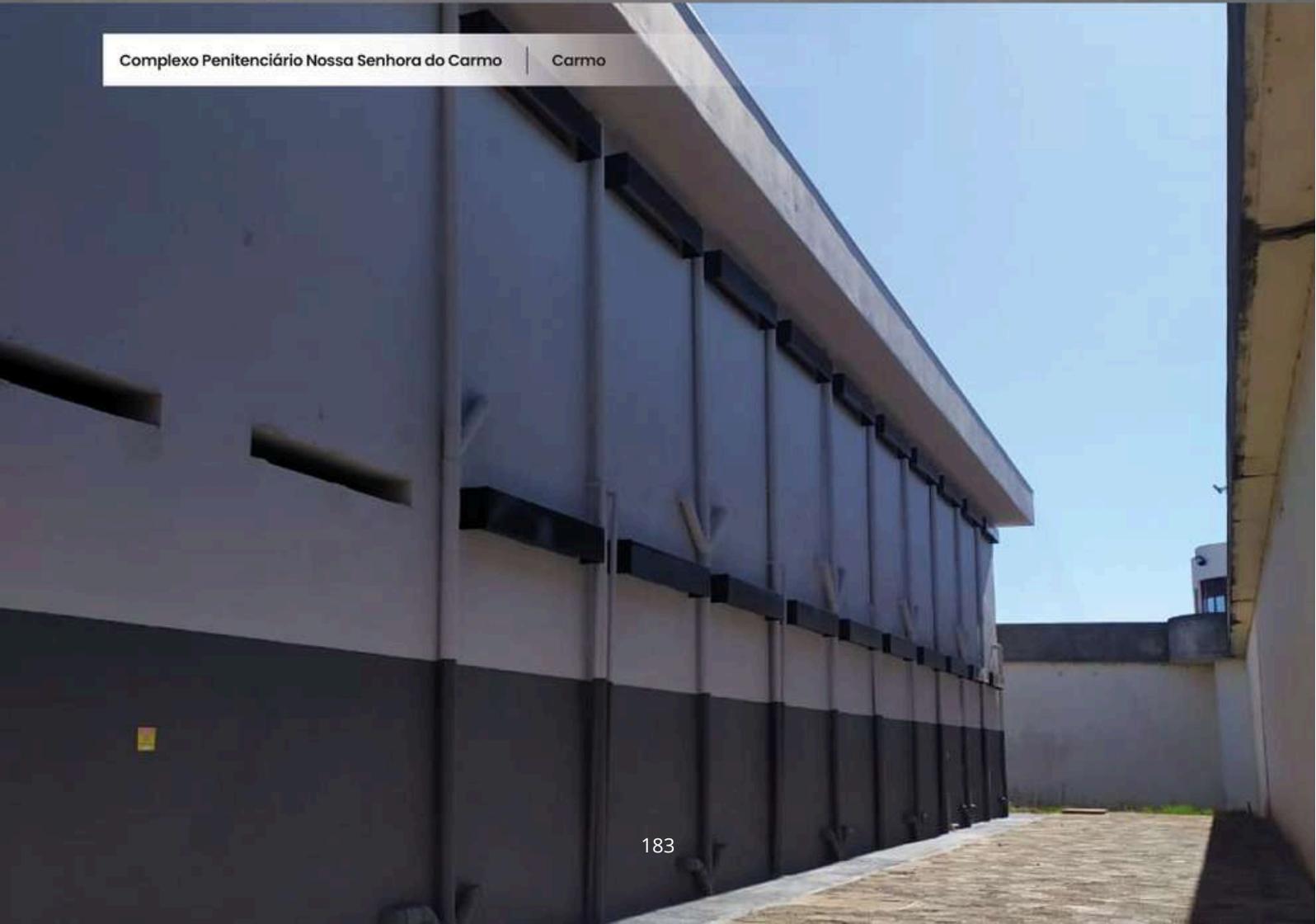
R\$ 1.800.000,00 Obras em andamento.



★★★★★

"Estamos realizando reformas nos pavilhões e no perímetro externo desta unidade. As obras começaram no pavilhão B, já finalizado, e seguem para o pavilhão D, em fase final. Também foi instalado um alambrado dentro dos padrões prisionais, circundando todo o perímetro externo. Essas melhorias adequam as carceragens aos padrões exigidos para os custodiados e trazem mais segurança aos servidores. A previsão é que, no início de 2025, as reformas avancem para os pavilhões A e C."

André Rodrigues Salomão > Diretor Geral da Unidade



Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto

Belo Horizonte

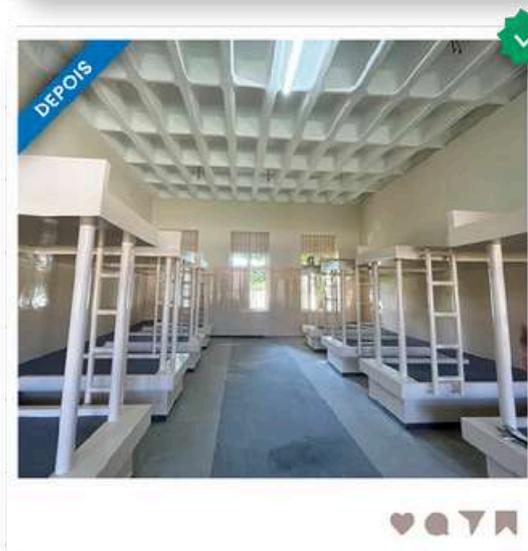
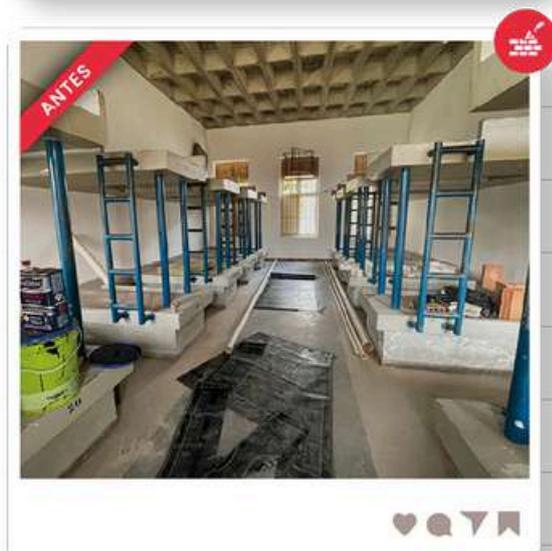
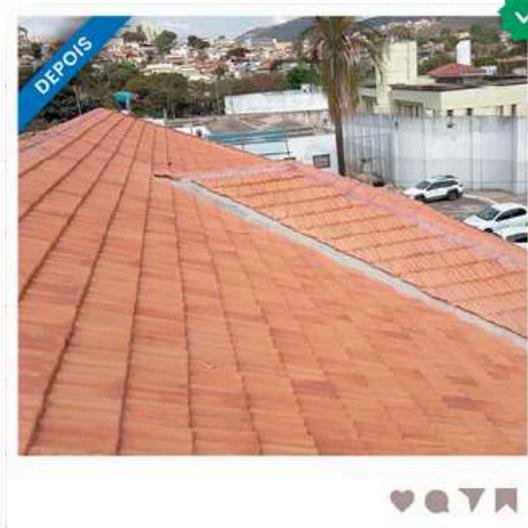
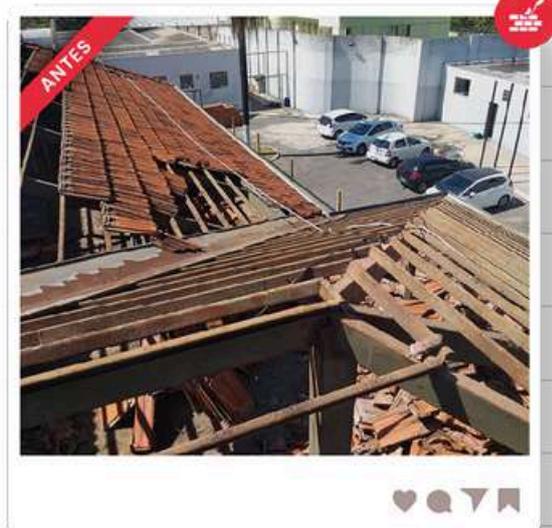


“ O que foi feito? ”

Execução de serviços de reparos e manutenções preventivas e corretivas

✳ R\$ 986.610,65

Obra finalizada.

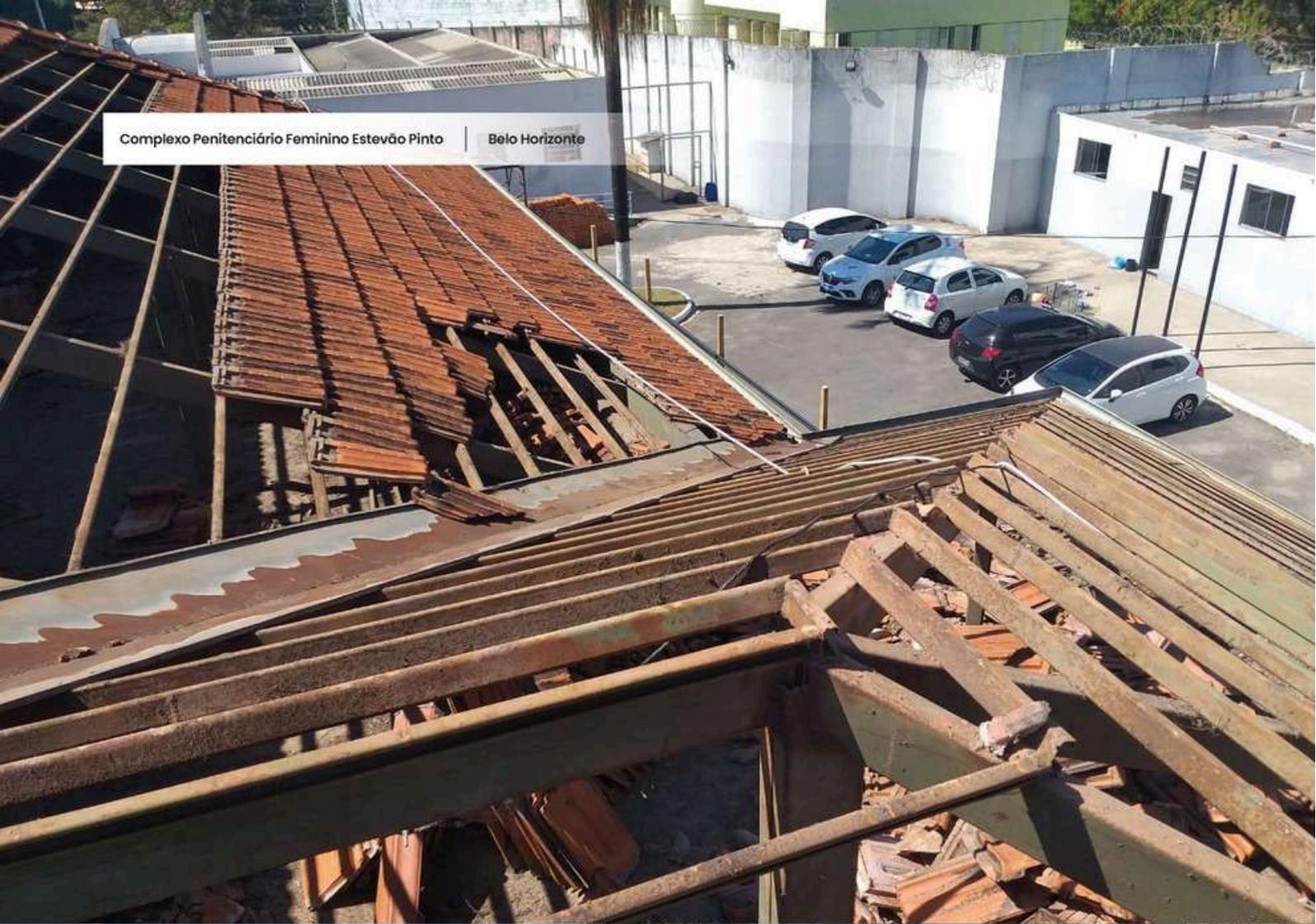


★★★★★

“O retorno da produção da alimentação dentro da Unidade Prisional, trouxe dignidade alimentar para servidores e custodidas desta Unidade.”

Kelly Cristina Nicolau > Diretor Geral da Unidade

Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte



Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte



Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto

Belo Horizonte

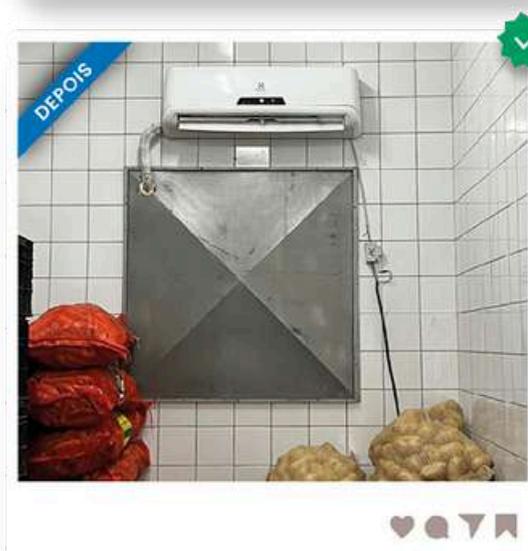
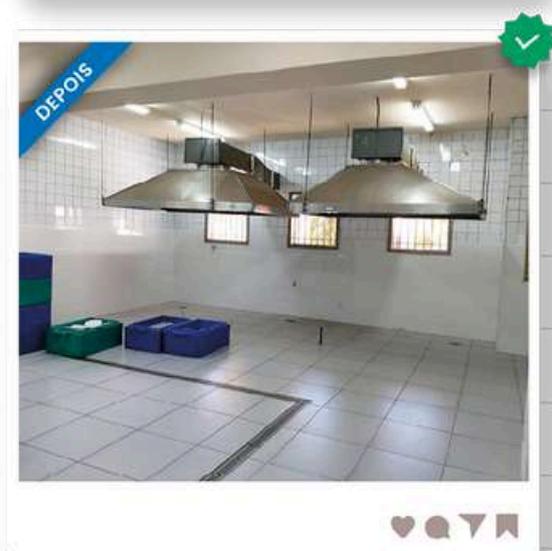
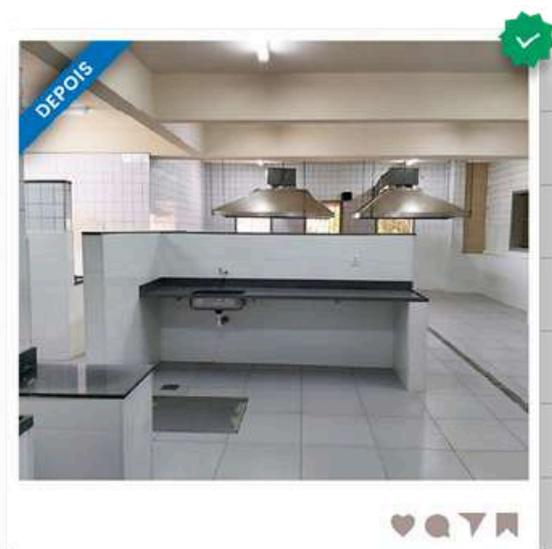


O que foi feito?

Manutenções preventivas e corretivas para cozinha, adequação da fábrica de fraldas e outras melhorias

R\$ 1.333.612,99

Obra com 90% de execução.

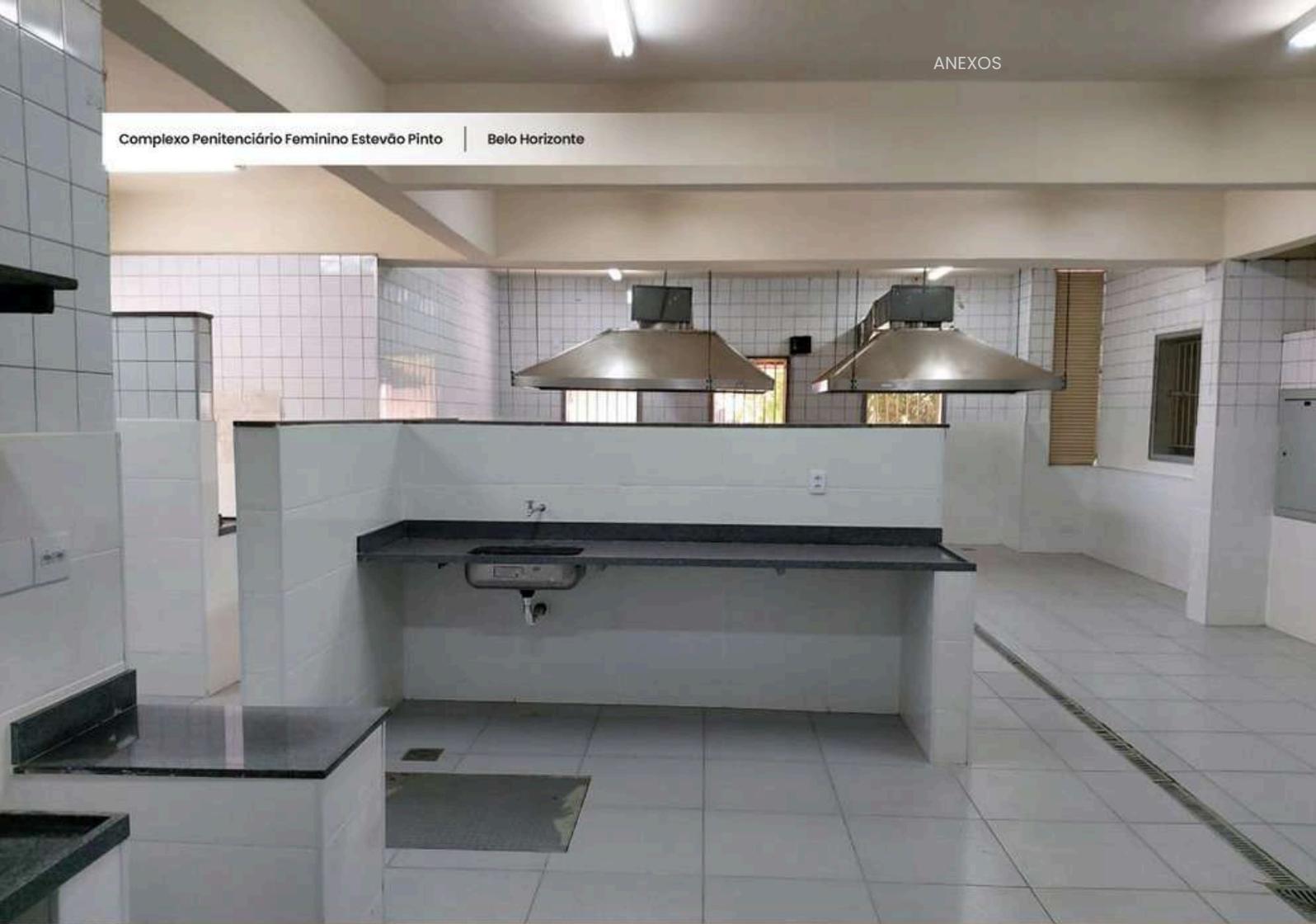


★★★★★

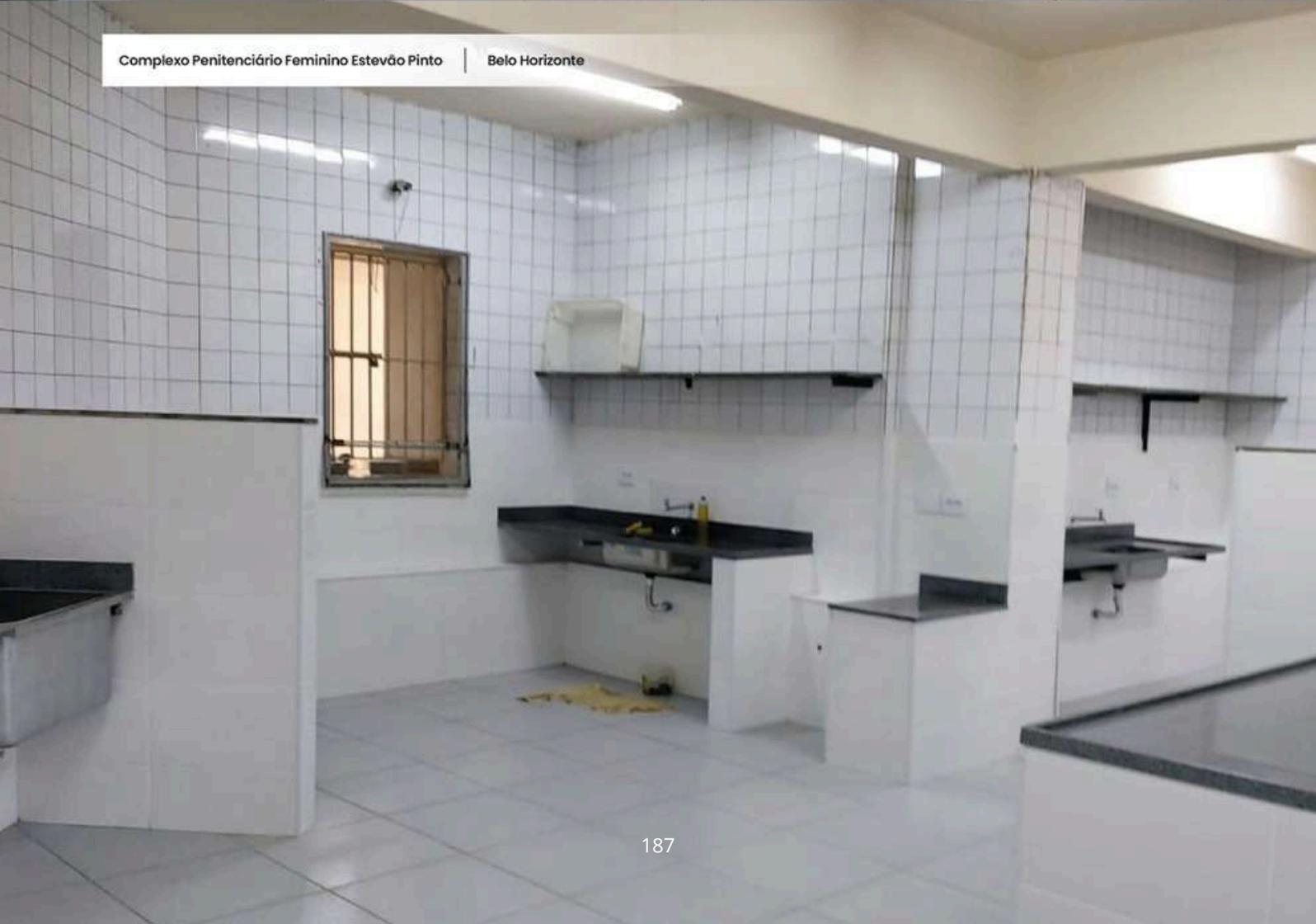
"O retorno da produção da alimentação dentro da Unidade Prisional, trouxe dignidade alimentar para servidores e custodidas desta Unidade."

Kelly Cristina Nicolau > Diretor Geral da Unidade

Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte



Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte



Penitenciária de Teófilo Otoni



“

O que foi feito?

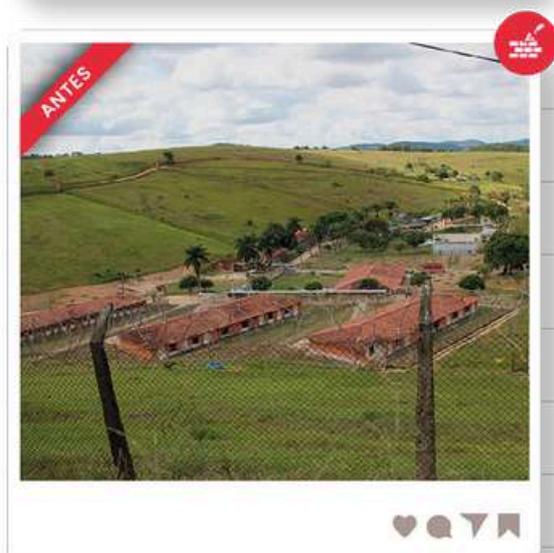
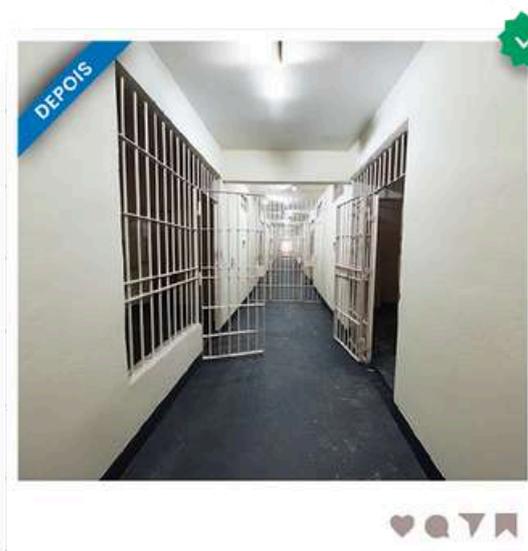
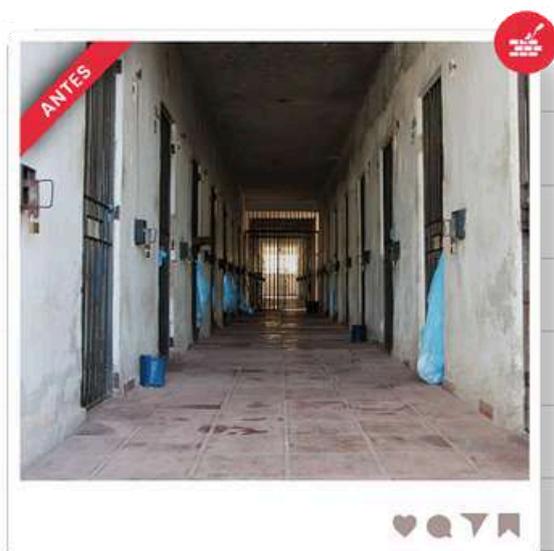
”

Manutenção geral na carceragem, instalações elétricas e hidrossanitárias



R\$ 1.674.265,37

Obra finalizada.

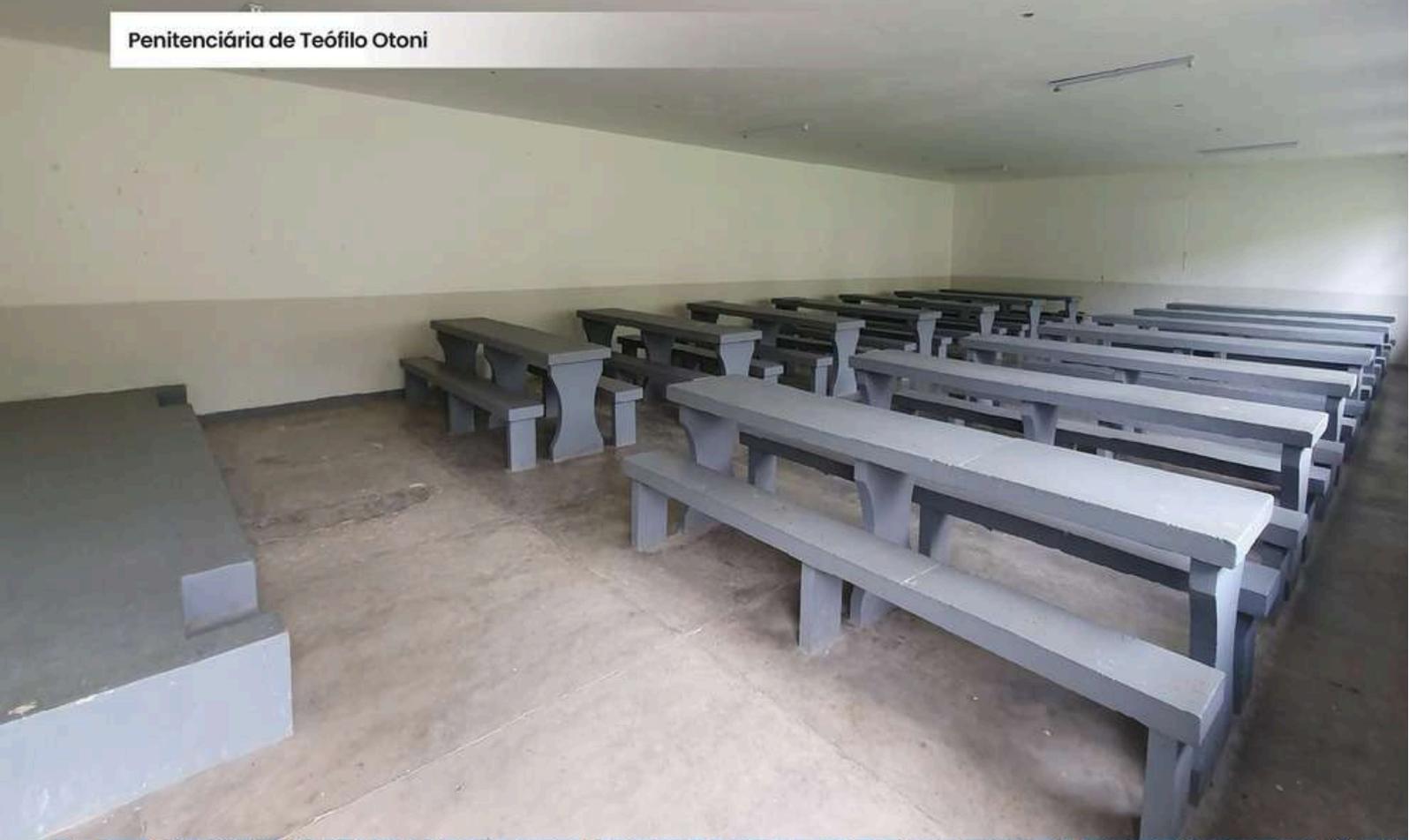


★★★★★

"Por se tratar de uma unidade prisional da década de 80, as obras vieram como um implemento considerável na segurança, já que as estruturas precárias foram submetidas a atualizações estruturais, que trouxeram mais tranquilidade nas rotinas, além do adequado e ideal conforto aos indivíduos privados de liberdade. Teremos outras frentes de melhorias para os próximos meses e seguimos confiantes nas transformações futuras em prol do servidor prisional!"

Helton de Freitas Cunha > Diretor Geral da Unidade

Penitenciária de Teófilo Otoni



Penitenciária de Teófilo Otoni



Presídio de João Monlevade



“

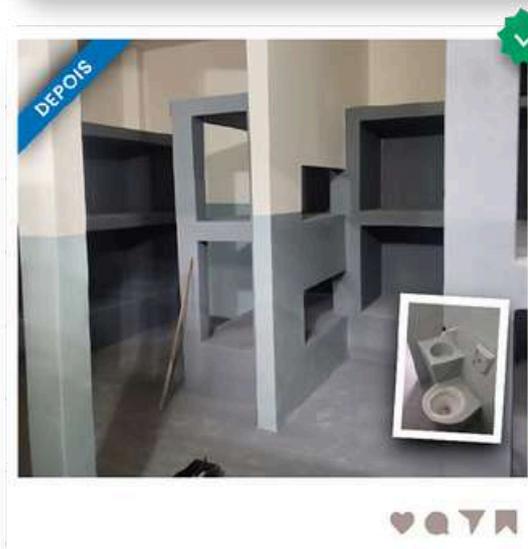
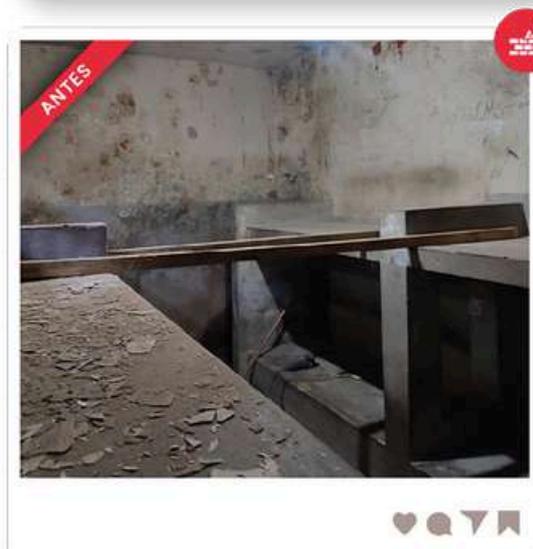
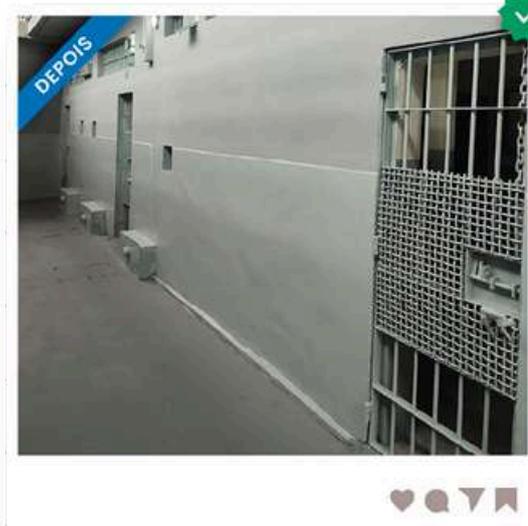
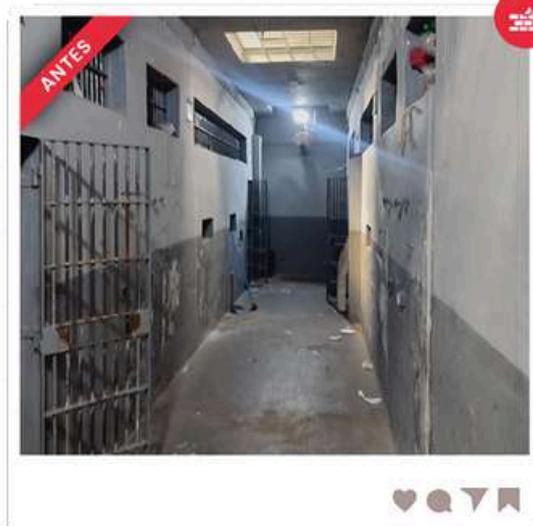
O que foi feito?

”

Manutenção geral pátio de banho de sol, carceragem e portaria

✳ R\$ 1.198.816,15

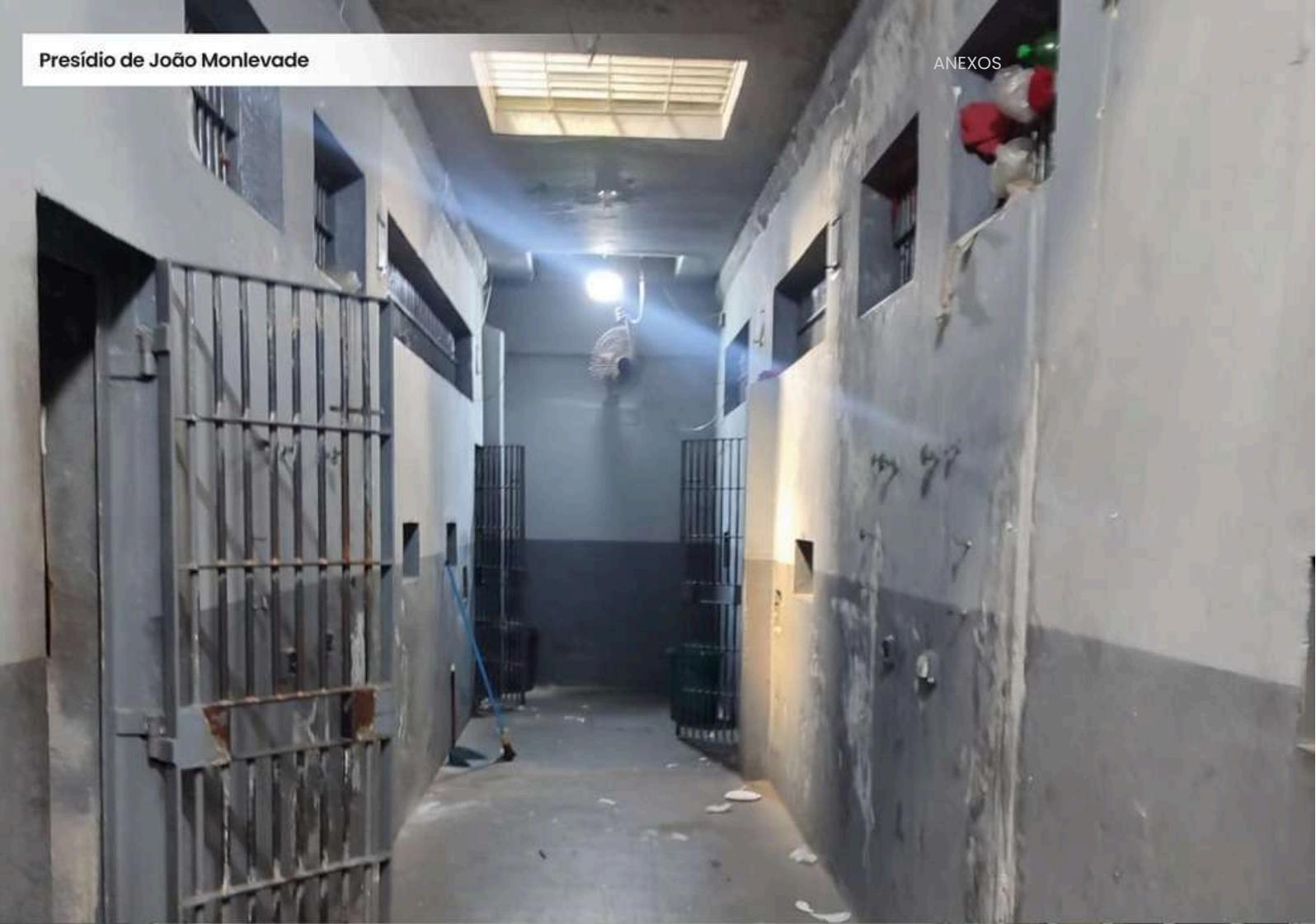
Obra finalizada.



★★★★★

“A reforma na carceragem foi de grande valia, onde trouxe mais dignidade, segurança, e salubridade para IPLs, familiares e servidores. A construção da nova lavanderia bem como a aquisição da máquina industrial para lavagem de roupas era sonho antigo que tornou-se realidade.”

Melquíades Moreira França Júnior > Diretor Geral da Unidade



Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires

Juiz de Fora



“

O que foi feito?

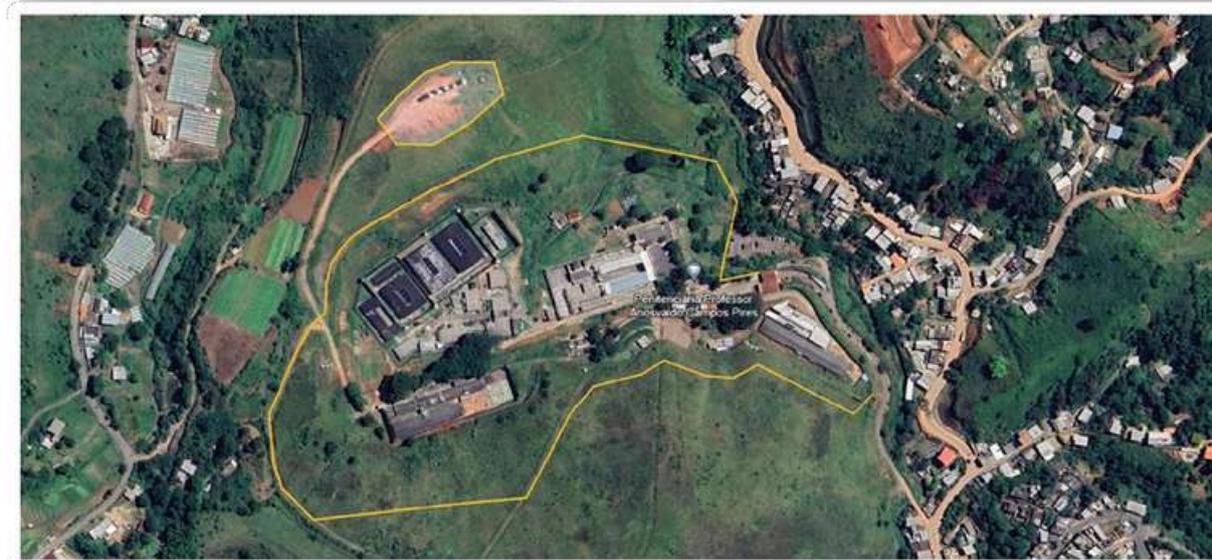
Número de presos trabalhando: 08

Fundação para reservatório

”

✳ R\$ 195.947,35

Obra finalizada.



★★★★★

"No dia 16/05/2023, ao assumirmos a Gestão da Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires, realizamos um estudo de caso e constatamos que a Unidade, inaugurada em 09/08/2004, necessitava urgentemente de reformas e meios preventivos. Com apoio do DEPEN, Diretor Regional Jefferson de Alcântara, Judiciário, Conselho da Comunidade de Bicas e Policiais Penais, conseguimos realizar o sonho. Separados somos fortes; unidos, insuperáveis. Só tenho que agradecer a DEUS e a todos que acreditaram no nosso trabalho."

Carlos Augusto da Cunha > Diretor Geral da Unidade



Penitenciário Professor Aluízio Ignácio de Oliveira

Uberaba



O que foi feito?

Revitalização do sistema de abastecimento

*** R\$ 415.883,53**

Obra finalizada.



ANTES



DEPOIS



ANTES



DEPOIS



★★★★★

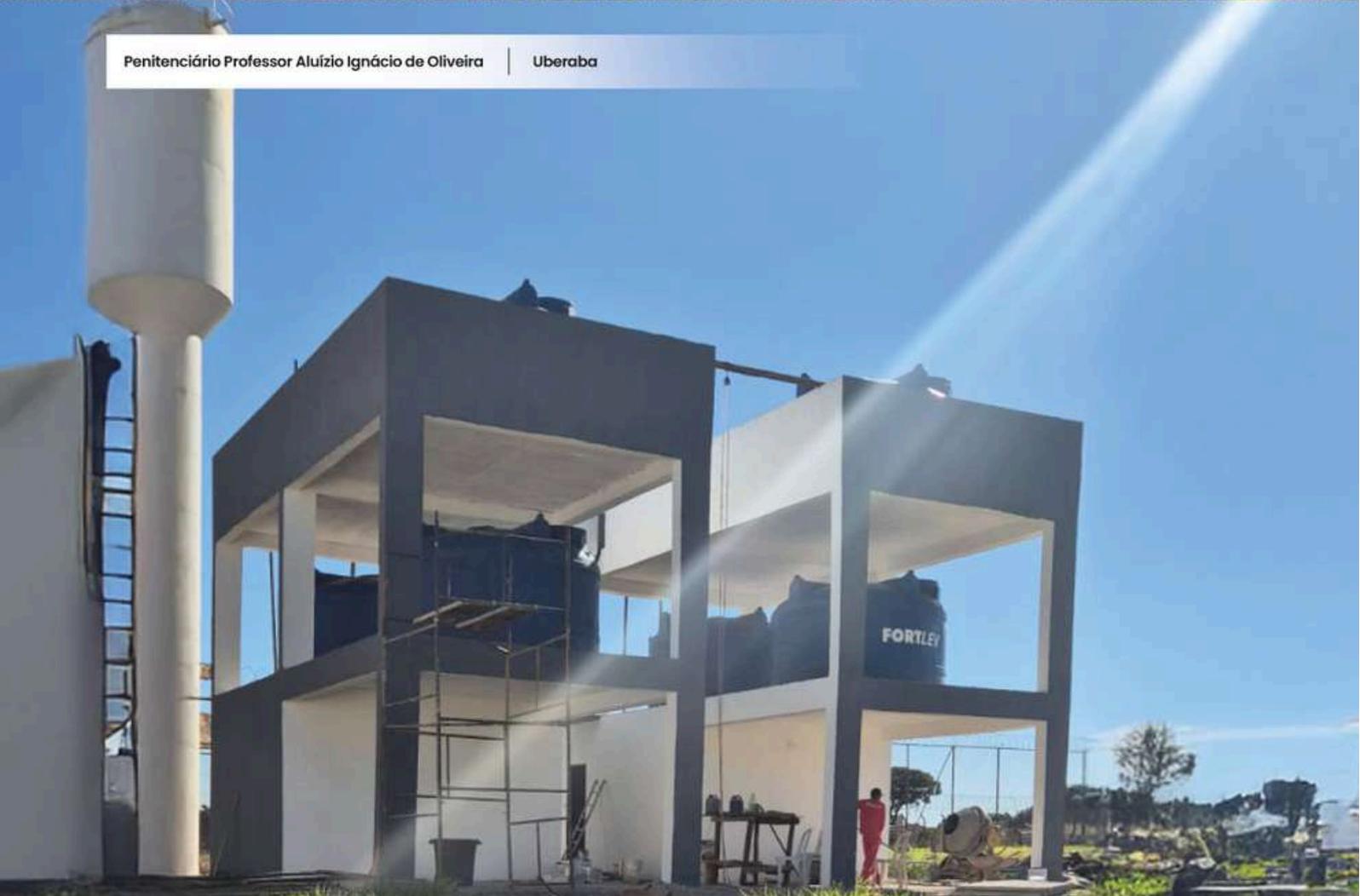
"A Penitenciária de Uberaba, inaugurada em março de 2006, conta com três pavilhões e uma ala feminina. Em 2010, foi inaugurada a Galeria Anexo, com quatro alas, ampliando a capacidade carcerária. Com o tempo, os reservatórios da galeria apresentaram oxidação e vazamentos, prejudicando o abastecimento de água. Em 2023, foi construído um novo reservatório com oito caixas de 10.000 litros cada, solucionando o problema. Cerca de seis IPLS participaram da obra. Um projeto está em andamento para um novo reservatório, que atenderá os pavilhões, o ala feminina e as áreas administrativas."

Jean Paulo dos Reis > Diretor Geral da Unidade

Penitenciário Professor Aluizio Ignácio de Oliveira | Uberaba



Penitenciário Professor Aluizio Ignácio de Oliveira | Uberaba



Presídio de Vespasiano



“

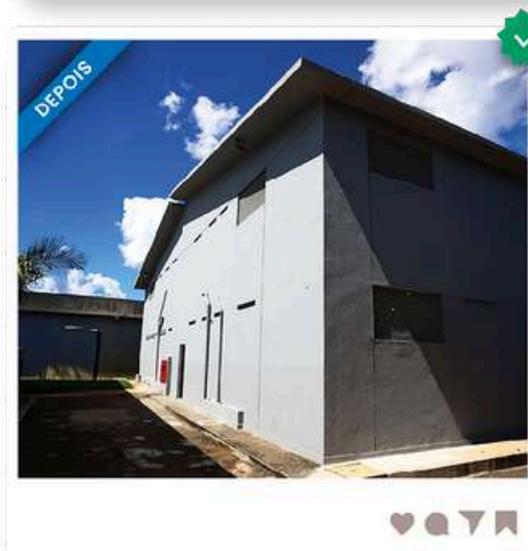
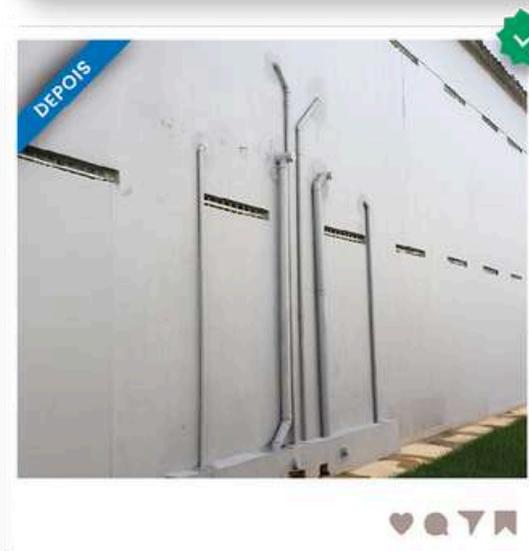
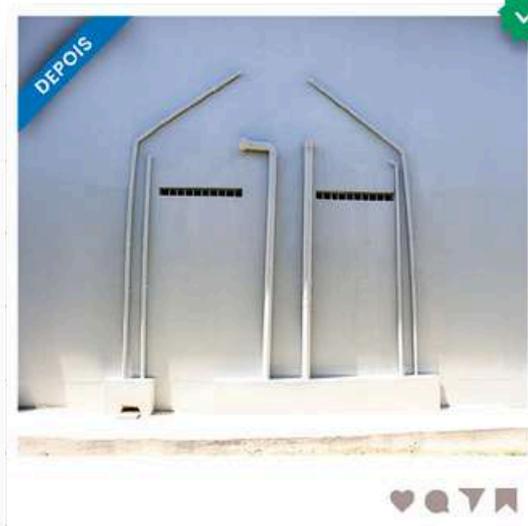
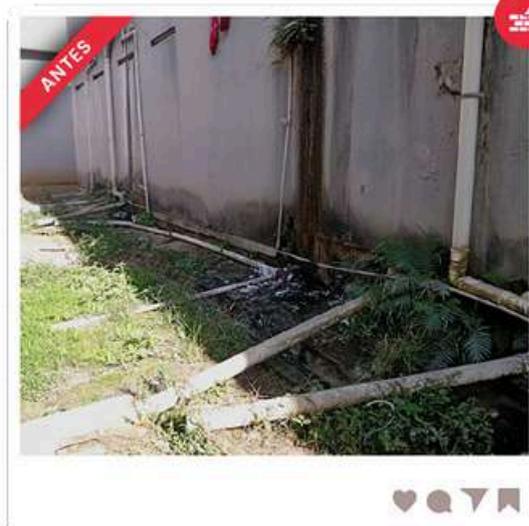
O que foi feito?

Número de presos trabalhando: 10

Revitalização do pavilhão principal, focado na revisão da rede hidráulica, esgoto e elétrica

*** R\$ 1.499.534,84** | Obra finalizada.

”



★★★★★

“A obra no Presídio de Vespasiano, foi uma grande realização para nós Diretoras, promoveu a dignidade para as IPLs e servidores além de um ambiente mais salubre e adequado para o cumprimento de pena de forma humanizada.”

Leticia Rodrigues Oliveira > Diretora Geral da Unidade

Presídio de Vespasiano



Presídio de Vespasiano



Ceresp

Betim



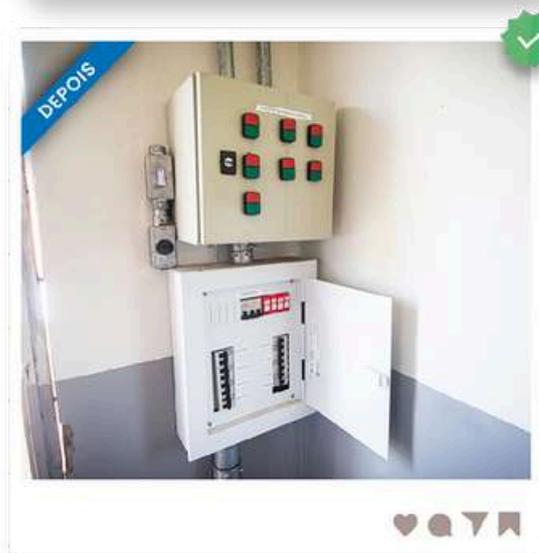
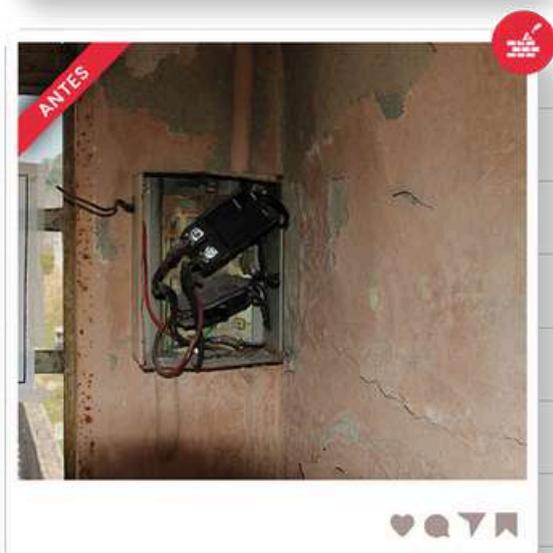
“

O que foi feito?

Manutenção da rede elétrica, corredores e carceragem para segurança dos servidores e indivíduos privados de liberdade

”

*** R\$ 1.481.211,20** Primeira etapa finalizada.

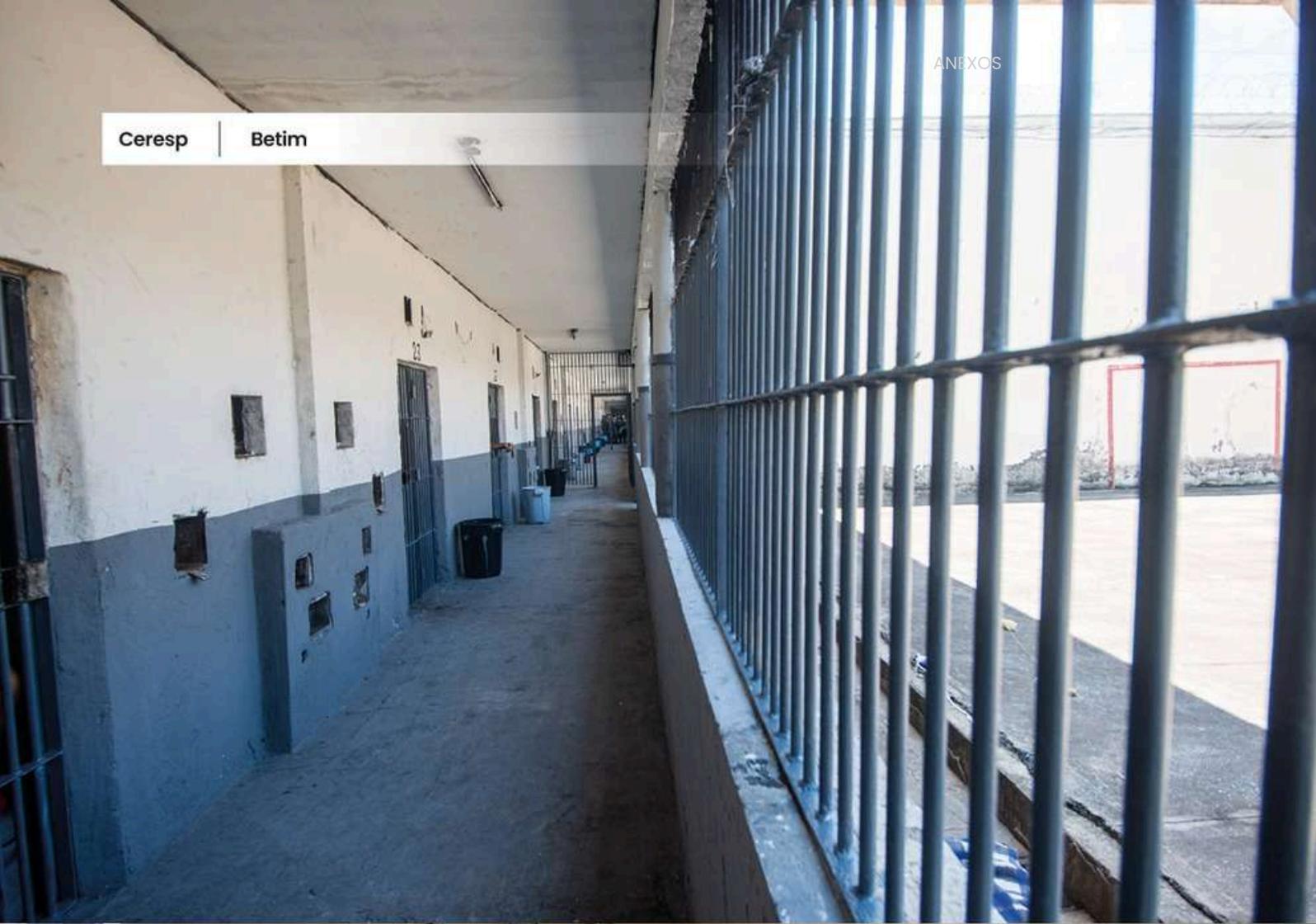


★★★★★

“As obras realizadas no Ceresp Botim, com apoio do Judiciário e Prefeitura, são de suma importância, pois visam o dignidade da pessoa humana, tanto do indivíduo privado de liberdade, quanto do servidor. Importante salientar que conseguimos mais verbas para novas obras, o trabalho continua.”

Nilmaier Cordeiro Assunção > Diretor Geral da Unidade

Ceresp | Betim



Ceresp | Betim



Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga

Uberlândia



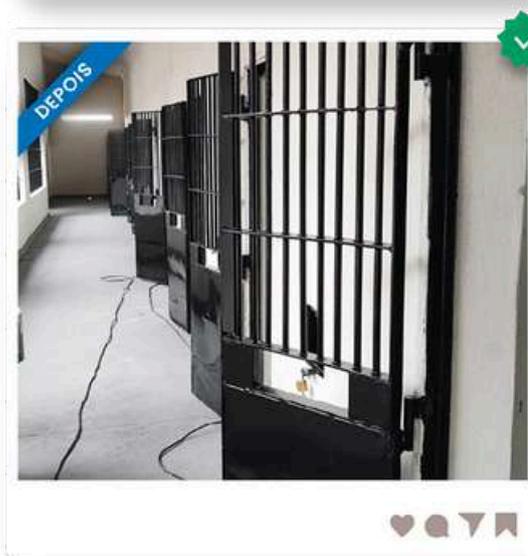
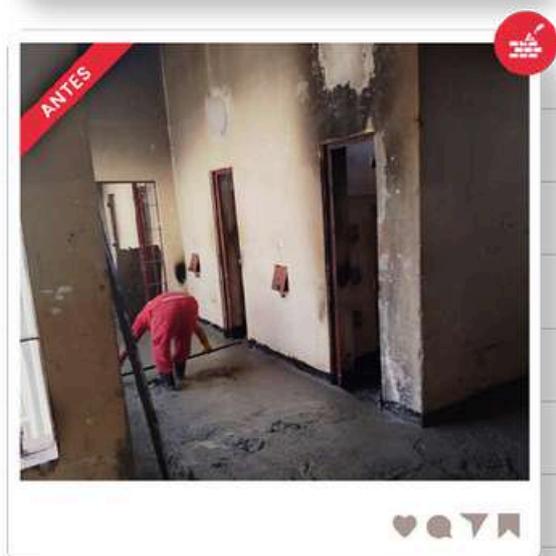
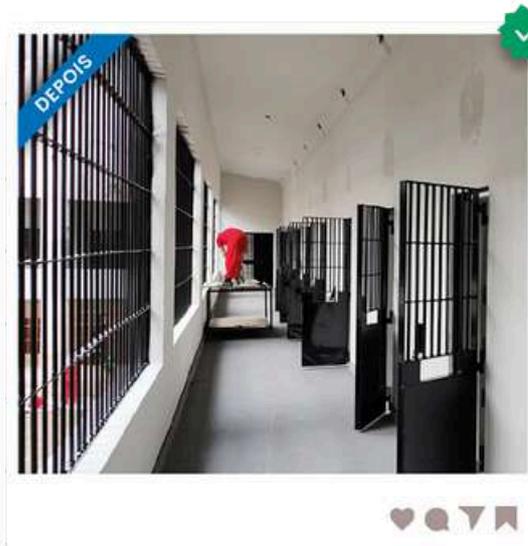
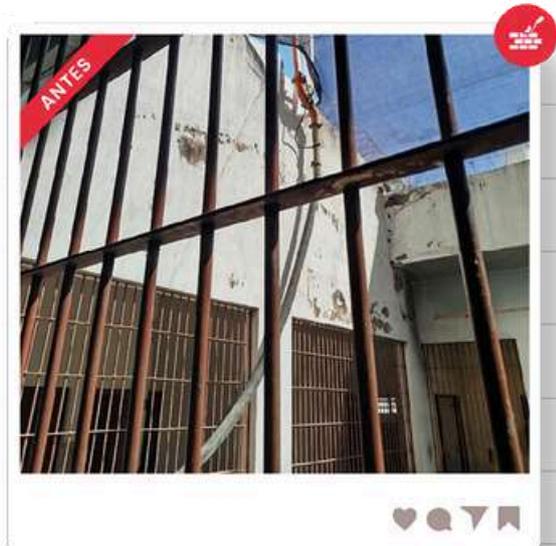
O que foi feito?

Número de presos trabalhando: 09

Reforma dos pavilhões 1, 2 e 3, pintura das paredes e grades, nivelamento de piso, substituição de todos os vasos sanitários, reforma das camas, sistema hidráulico, esgoto e retirada de pontos de energia do interior das celas

R\$ 703.033,00

Recurso originário de verbas pecuniárias da Vara de Execuções Penais de Uberlândia.



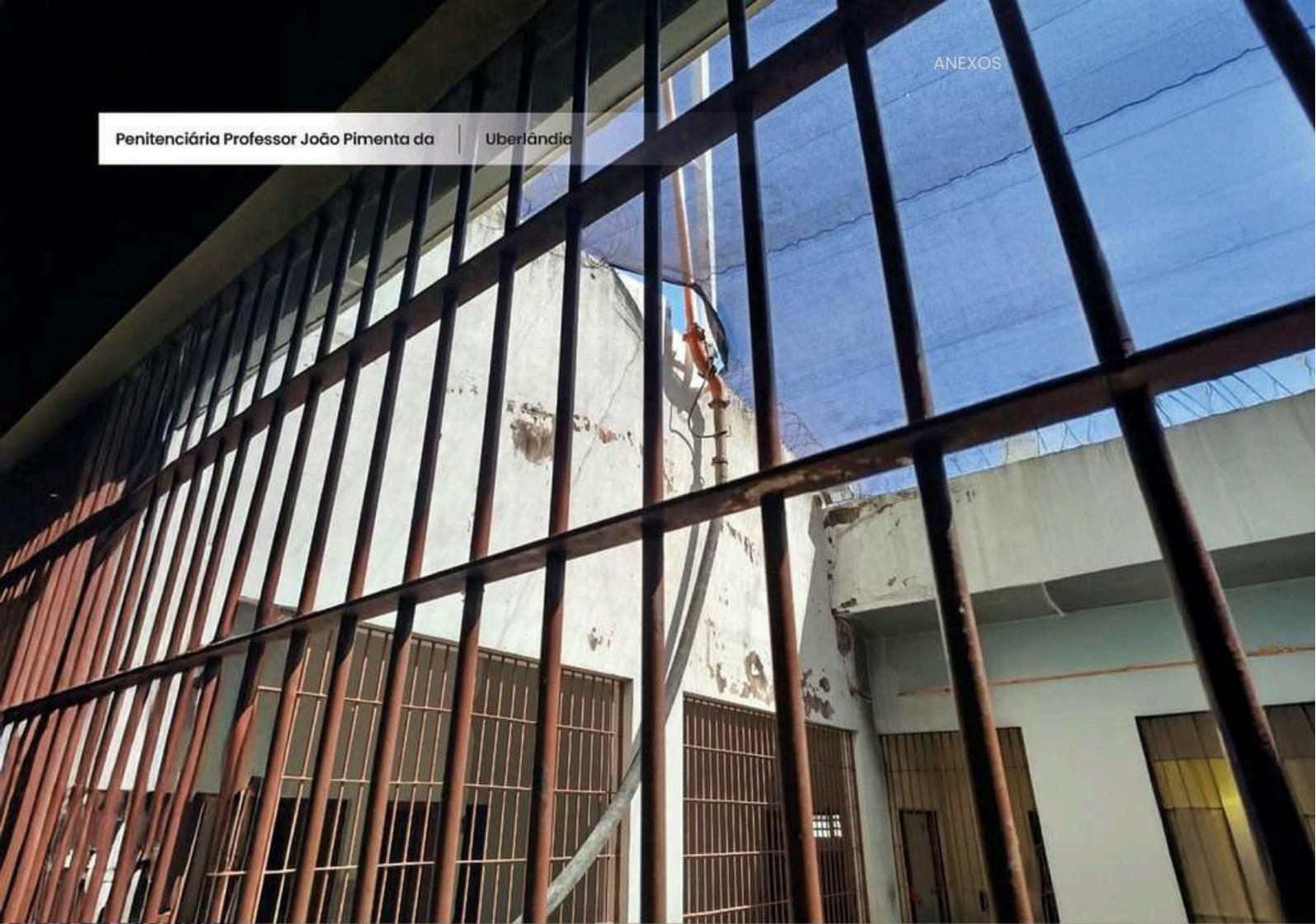
★★★★★

"No dia 5 de dezembro de 2024, foram concluídas as melhorias no piso superior do Pavilhão 01 desta unidade prisional, incluindo instalação de manta impermeável, reformas estruturais nos corredores, substituição de vasos sanitários, reparos nas portas das celas e pintura de grades e paredes. As obras também abrangeram o Pavilhão 03. A próxima etapa será a reforma do Pavilhão 02, finalizando a reestruturação das celas e resolvendo os problemas de infiltração, melhorando as condições físicas da unidade."

Carlos Humberto de Castro > Diretor Geral da Unidade

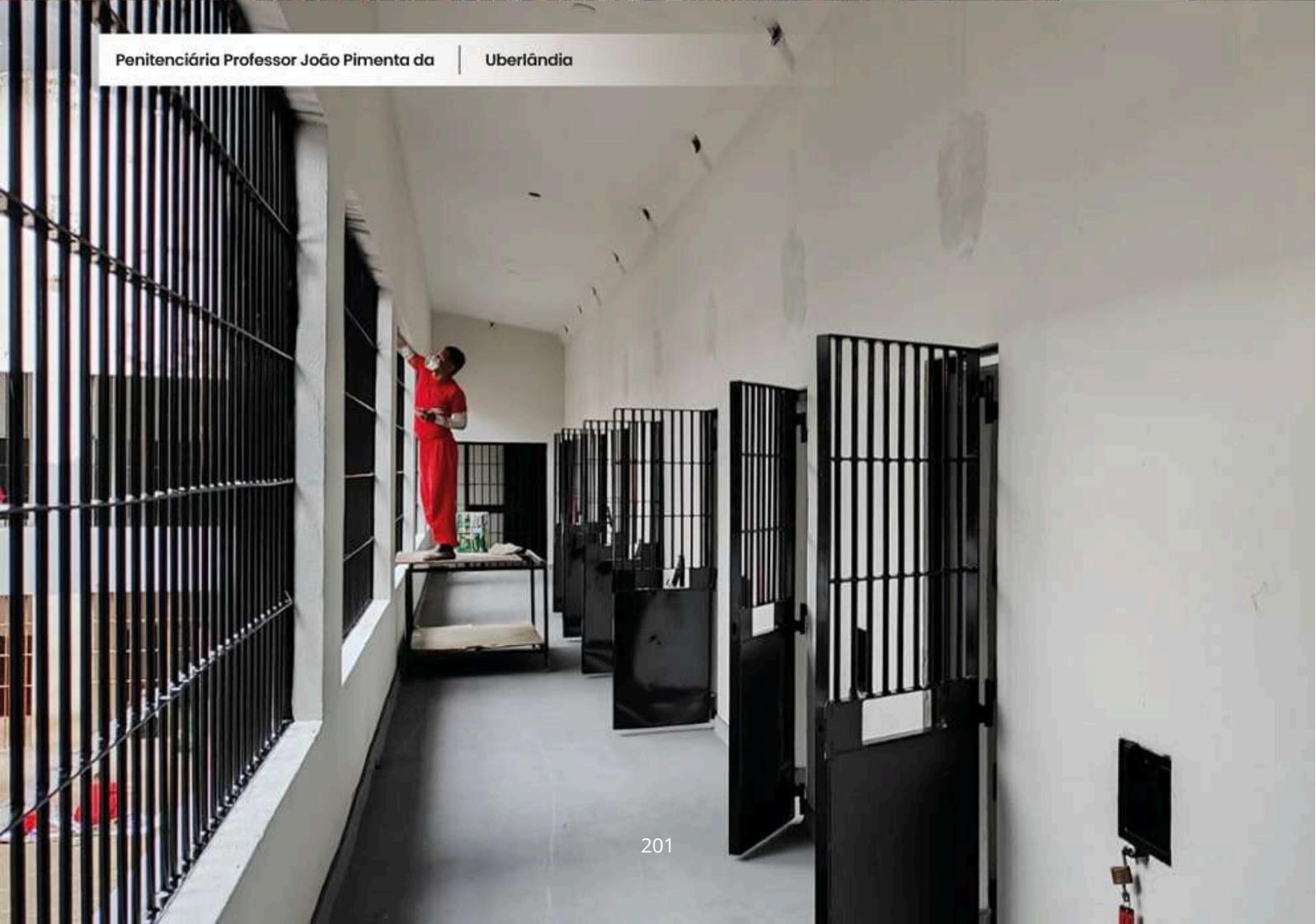
Penitenciária Professor João Pimenta da

Uberlândia



Penitenciária Professor João Pimenta da

Uberlândia



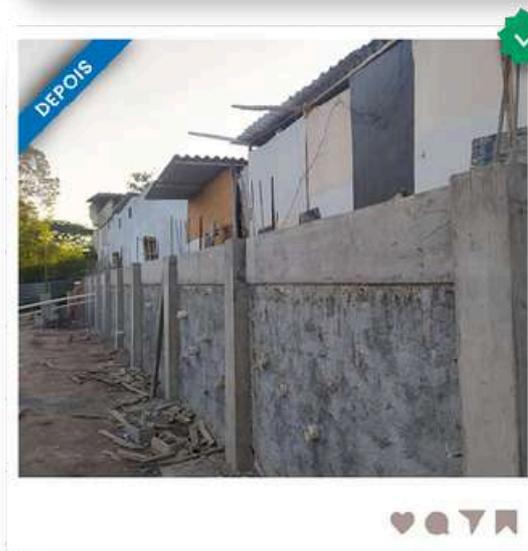
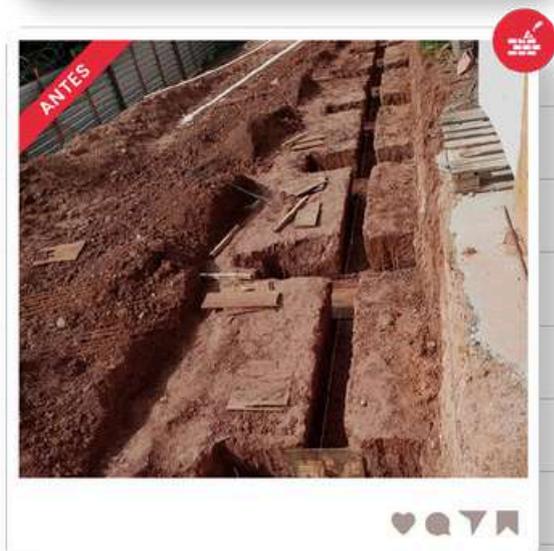
Presídio de Curvelo



O que foi feito?

Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos, instalações, adaptações, recuperação e conservação, a fim de atendimento de demanda para melhorias na infraestrutura.

R\$ 2.990.000,00 | Obra finalizada.



★★★★★

"A reforma no Presídio de Curvelo trará mais segurança para a unidade, ampliará o número de vagas e aprimorará as condições de trabalho para os servidores. Serão construídas quatro guaritas, um muro com passadiço nos fundos, além de alojamento e vestiário para os servidores. O núcleo de saúde será adequado, com salas exclusivas para atendimentos médicos e odontológicos, e beliches serão construídos em todas as celas, aumentando o número de vagas e proporcionando melhores condições para o cumprimento da pena."

Geraldo Pereira de Souza Neto > Diretor Geral da Unidade

Presídio de Curvelo



Presídio de Curvelo



Penitenciária Francisco Floriano de Paula

Governador Valadares

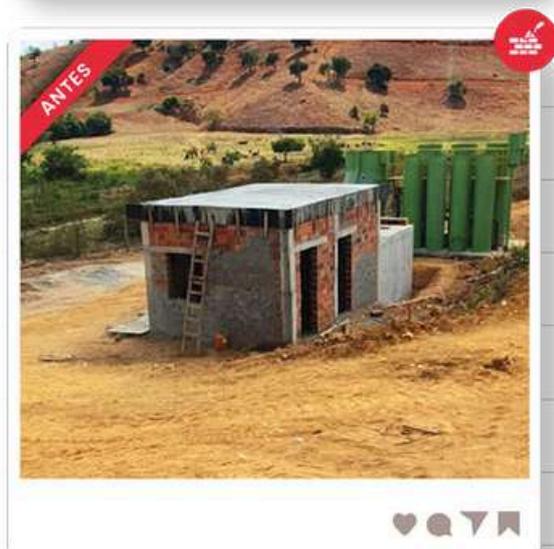
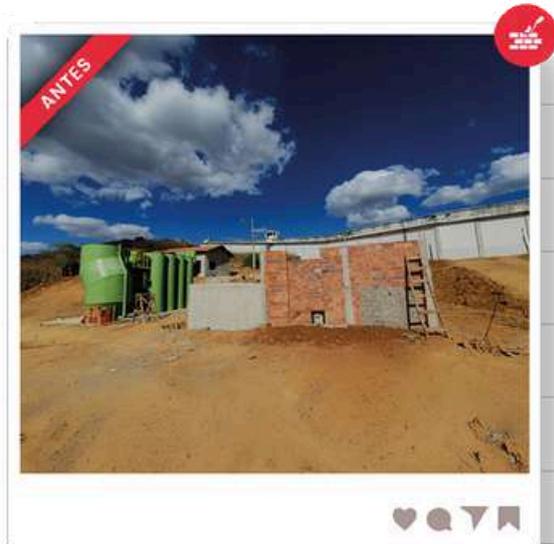


“ O que foi feito? ”

A obra foi iniciada em dezembro de 2023 e visa a melhoria da infraestrutura hídrica da unidade.

*** R\$ 3.969.738,06**

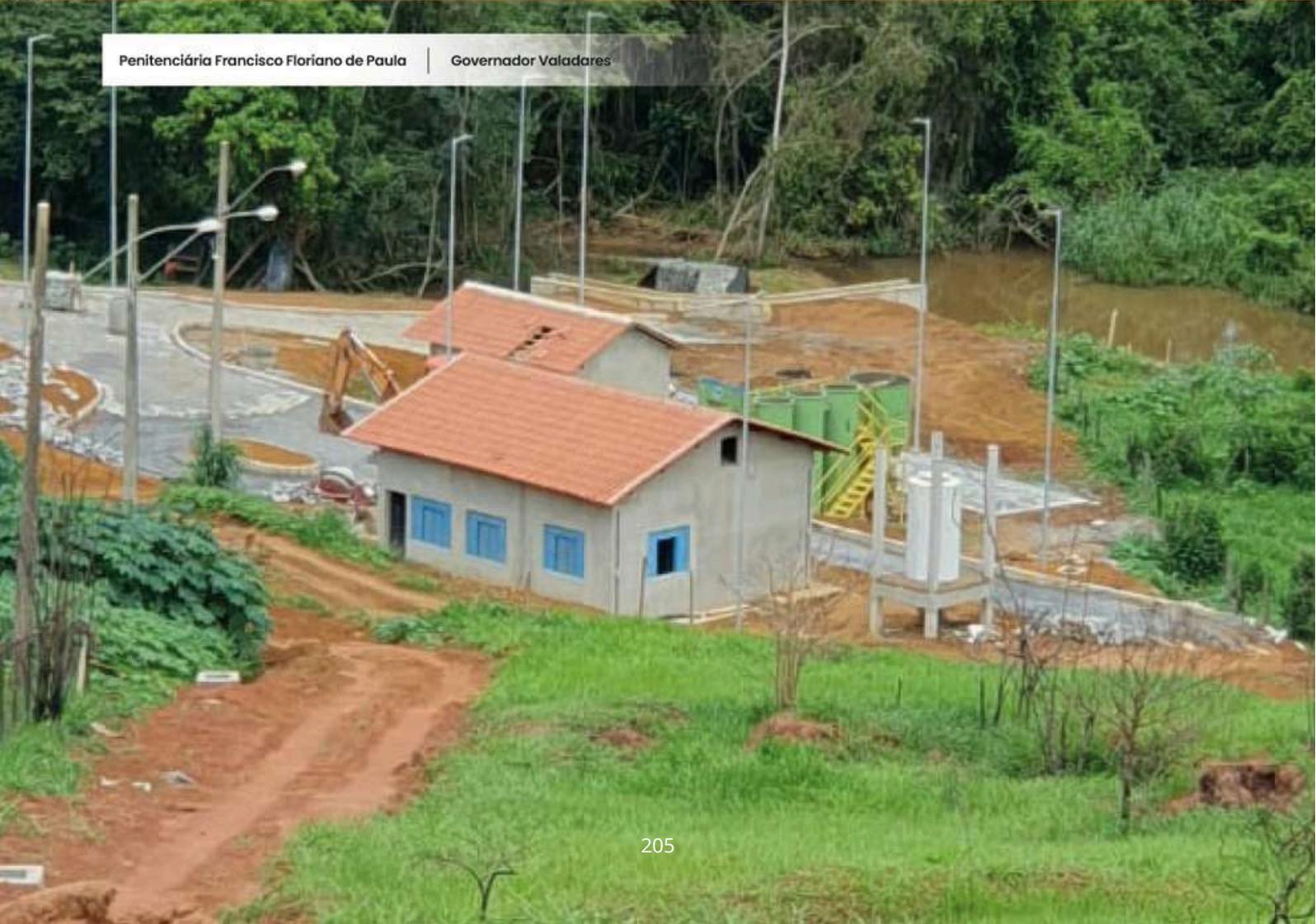
Obra ainda em andamento. 58,4 % de execução.



★★★★★

“A falta de água na Penitenciária Francisco Floriano de Paula sempre foi um problema recorrente. Com a captação feita em poços artesanais, a água não é tratada, na maioria das vezes com alto nível de turbidez, gerando várias reclamações dos IPLs e servidores. A construção da estação de tratamento de água (ETA) é uma grande conquista para a unidade, proporcionando água de qualidade e resolvendo definitivamente o problema da falta de água na penitenciária.”

Renato de Souza Ferrelra > Diretor Geral da unidade



Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior

Unaí



“ O que foi feito? ”

Manutenção e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água da Penitenciária de Unaí.

✳ R\$ 500.000,00

Obra ainda em andamento. Valor previsto: R\$500.000 - 25% de execução



★★★★★

“A unidade foi inaugurada no ano de 1994, nunca passou por uma reforma estrutural de forma significativa. A obra realizada irá mitigar alguns problemas enfrentados em relação ao abastecimento de água, dos presos que estão acautelados no regime fechado.”

Paulo Henrique Pereira > Diretor Geral da Unidade

Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior | Unai



Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior | Unai



Presídio de Campo Belo

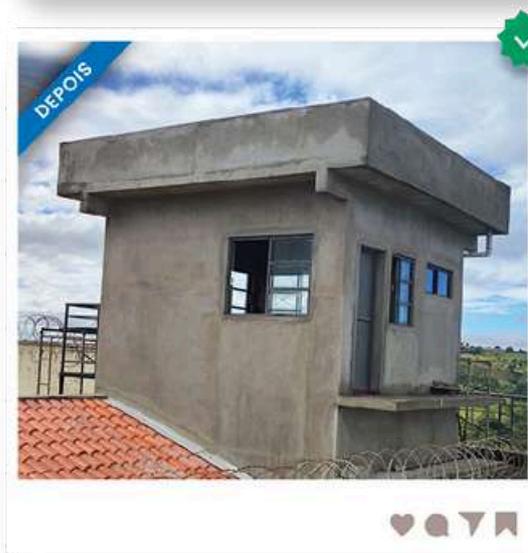
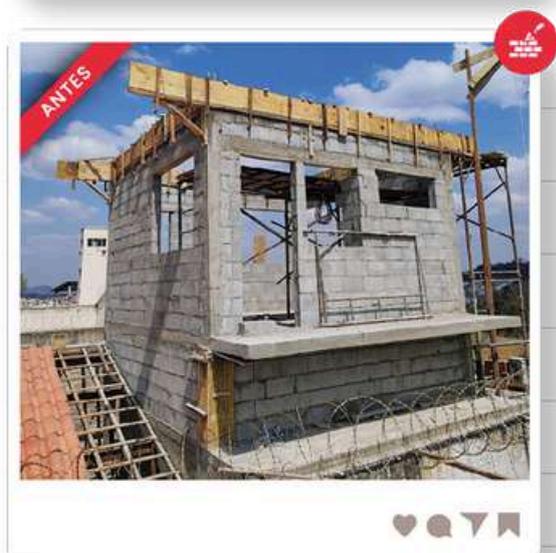


O que foi feito?

Número de presos trabalhando: 17

Manutenção em celas, banheiros, áreas de convivência e sistemas de segurança, para melhorias na infraestrutura do Presídio

*** R\$ 2.990.000,00** | Obra ainda em andamento.



Valceque dos Reis > Diretor Geral da Unidade



Bruno Jorge Pinheiro > Diretor Adjunto

★★★★★

"A reforma do Presídio de Campo Belo é fundamental para a melhoria da estrutura física, como também das condições de higiene e segurança dos indivíduos privados de liberdade. É uma maneira de respeitar os direitos humanos básicos, demonstrando um compromisso com a justiça social e o ser humano. No quesito segurança predial, as melhorias também vão ser consideráveis, pois evitarão o risco de fugas e motins."

Presídio de Campo Belo



Presídio de Campo Belo



CENTRAL DE BLOQUEIO DE CELULARES (CBLOC)

2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SR	607	775	682	710	553	610	644	606	911	496	545	692
IB	305	449	354	340	357	350	325	357	533	245	314	253

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS

IMEIS BLOQUEADOS

2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SR	797	973	625	574	773	625	531	522	584	508	362	599
IB	254	379	259	258	335	235	203	197	232	284	229	339

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS

IMEIS BLOQUEADOS

2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SR	415	606	438	559	523	448	415	359	332	326	331	251
IB	228	386	239	340	331	248	232	251	187	208	213	162

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS

IMEIS BLOQUEADOS

DISQUE-DENÚNCIA UNIFICADO (DDU)

2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	25.626	26.716	26.902	26.224	27.158	23.423	25.960	25.941	24.287	25.245	21.893	23.975
DG	5.311	5.719	5.432	5.273	5.262	5.204	5.260	5.622	5.119	5.022	4.673	4.918

CHAMADAS ATENDIDAS

DENÚNCIAS GERADAS

2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	25.516	24.090	27.708	26.704	25.915	24.284	24.597	24.937	26.604	26.660	27.369	27.995
DG	6.004	5.940	6.862	6.082	6.185	5.972	6.146	7.383	7.091	7.229	7.528	7.282

CHAMADAS ATENDIDAS

DENÚNCIAS GERADAS

2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	27.252	26.317	27.516	25.269	24.931	22.698	25.040	25.840	27.096	27.120	27.005	22.542
DG	7.476	6.778	6.877	6.754	6.303	5.698	6.167	6.566	7.200	7.061	6.395	5.915

CHAMADAS ATENDIDAS

DENÚNCIAS GERADAS

CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO E DESPACHO (CIAD)

2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	295.290	354.636	393.426	367.870	316.751	353.800	369.782	369.950	330.080	348.937	321.499	343.881
NV	98,49%	96,97%	97,60%	96,91%	95,60%	97,66%	97,55%	96,73%	95,55%	94,64%	97,24%	96,64%

CHAMADAS ATENDIDAS

NÍVEL DE SERVIÇO

2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	333.489	367.272	438.302	368.890	393.726	375.057	360.183	369.584	360.183	387.889	379.407	341.525
NV	97,88%	97,72%	97,59%	97,65%	99,12%	99,21%	98,34%	98,16%	99,16%	98,31%	98,74%	94,85%

CHAMADAS ATENDIDAS

NÍVEL DE SERVIÇO

2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	367.805	335.548	382.961	357.343	357.702	322.751	305.820	364.557	378.554	362.293	336.740	334.765
NV	99,16%	99,65%	94,23%	98,04%	98,62%	99,22%	96,06%	94%	93,36%	95,87%	96,46%	94,22%

CHAMADAS ATENDIDAS

NÍVEL DE SERVIÇO





 [seguranca.minas](https://www.instagram.com/seguranca.minas)

 seguranca.mg.gov.br

 [SegurancaPublicaMG](https://www.facebook.com/SegurancaPublicaMG)

 [SegurancaMinas](https://www.youtube.com/SegurancaMinas)

JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.